

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
E INSTITUCIONAL – PPGPSI

LISSANDRA VIEIRA SOARES



**ESCREVIVÊNCIAS SOBRE MULHERES NEGRAS ACOMPANHADAS PELA
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL**

Porto Alegre, RS, Brasil

2017

LISSANDRA VIEIRA SOARES

ESCREVIVÊNCIAS SOBRE MULHERES NEGRAS ACOMPANHADAS PELA
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional.

Orientadora: Profa. Dra. Paula Sandrine Machado

Porto Alegre, RS, Brasil

2017

LISSANDRA VIEIRA SOARES

ESCREVIVÊNCIAS SOBRE MULHERES NEGRAS ACOMPANHADAS PELA
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional.

Orientadora: Profa. Dra. Paula Sandrine Machado

Comissão Examinadora

Profa. Dra. Berenice Rojas Couto (PPGSS/PUCRS)

Profa. Dra. Fernanda Oliveira da Silva UNIRITTER

Profa. Dra. Lílían Rodrigues da Cruz (PPGPSI/UFRGS)

Profa. Dra. Priscila Pavan Detoni UNIVATES

Profa. Dra. Paula Sandrine Machado (Orientadora) (PPGPSI/UFRGS)

À minha mãe, Eva Maria Vieira, e às
mulheres negras: sou porque vocês foram;
sou para que muitas outras sejam...

Ainda me levanto

(Maya Angelou)

*Podes inscrever-me na História
Com mentiras amargas e retorcidas.
Podes espezinhar-me no chão sujo
Mas ainda assim, como a poeira, vou-me levantar.*

*Minha insolência incomoda?
Por que ficas soturno?
Porque eu ando como se tivesse poços de petróleo
Jorrando na sala de estar.*

*Como as luas e como os sóis,
Como a constância das marés,
Como a esperança alçando voo,
Assim me levanto.*

*Querias ver-me derrotada?
Cabeça curvada e olhos baixos?
Ombros caídos como lágrimas,
Enfraquecida de tanto pranto?
(...)*

*Minha sensualidade perturba?
Por acaso te surpreende
Que eu dance como quem tem diamantes
Ali onde as coxas se encontram?*

*Do fundo das cabanas da humilhação
Me levanto
Do fundo de um passado enraizado na dor
Me levanto
Sou um oceano negro, marulhando e infinito,
Sou maré em preamar*

*Para além de atrozes noites de terror
Me levanto
Rumo a uma aurora deslumbrante
Me levanto
Trazendo as oferendas de meus ancestrais
Portando o sonho e a esperança do escravo
Ainda me levanto
Me levanto
Me levanto*

AGRADECIMENTOS

À Prefeitura Municipal de Porto Alegre, por meio da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), pelo espaço para a pesquisa;

À equipe do CRAS Partenon, pela acolhida generosa em meio a um momento tão triste e desgastante. Meus sinceros respeito e admiração a vocês!

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por ser um espaço público para ensino, pesquisa e extensão com gratuidade e qualidade, mesmo em meio a tantos retrocessos;

Ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI/UFRGS), pela oportunidade de fazer pesquisa;

Aos professores do PPGPSI/UFRGS pelas trocas de afetos e conhecimentos;

Ao NUPSEX e ao CRDH, pelo espaço compartilhado de aprendizado e aproximação entre ativismo dos movimentos sociais e produção de conhecimento científico. Agradeço de modo particular ao colega Lucas Besen pelo auxílio na revisão do texto e pelo *abstract*.

À Prof. Dra. Paula Sandrine Machado, minha sensível orientadora, pela afetiva acolhida no grupo de pesquisa e pela contribuição ímpar ao meu trabalho;

Às professoras doutoras Berenice Couto, Fernanda Oliveira, Lílian Cruz e Priscila Detoni, que gentilmente aceitaram o convite para a leitura e avaliação do meu trabalho;

Ao artista visual Paulo Bevilacqua, pela tão delicada e intensa ilustração que gentilmente criou para o segundo capítulo do trabalho e que também figura na capa da dissertação;

Aos colegas da turma de mestrandos 2015, por toda a parceria durante esses dois anos de formação. De modo particular, agradeço às queridas amigas que fiz nesse período - Anete, Bruna, Carol, Dafni, Érica, Fernanda, Flavia e Julia: certamente a amizade de vocês é o que

levo de mais precioso! Obrigada pelas risadas, discussões, choros, reclamações e (muitas) comidinhas que partilhamos;

Aos colegas da Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social de Alvorada, pela parceria. Às queridas colegas do CRAS Umbu, agradeço pelo apoio e incentivo que me deram no início do mestrado, sempre as levo no meu coração e tudo o que vivemos me fortalece para seguir em frente.

Aos colegas da Secretaria Municipal de Saúde de Alvorada, pela receptividade e bons encontros. Aos colegas do CAPS ad Vida Nova, pela acolhida calorosa e generosidade em ensinar um novo fazer a quem (re)inicia a caminhada.

À psicóloga Teresinha Viana, por todo incentivo, carinho e disponibilidade;

Ao Ballet Adulto Clarissa Pesce, por cuidarem tão bem da minha alma enquanto meu corpo experimentou um turbilhão de novas emoções e sensações;

Os meus amores, mais uma vez, precisaram lidar com a minha falta de tempo e desgaste emocional. No entanto, mais uma vez, pude experimentar o que significa amor incondicional:

Ao Alexandre, pelo companheirismo, pela compreensão, pelo calor. Pelo layout do segundo capítulo, pelo elaboração do convite para a banca de defesa e pelas sugestões para a apresentação da mesma banca.

Aos meus amigos, pela possibilidade de existir na ausência e de se materializar instantaneamente na necessidade.

À minha família, vocês são a melhor parte de mim.

Resumo

O presente estudo analisou as trajetórias de vida de mulheres acompanhadas por serviços da Proteção Social Básica, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Pretendeu-se compreender, a partir das narrativas dessas mulheres e da observação de sua circulação na rede da Assistência Social, o modo como diferentes marcadores sociais se articulam em suas experiências, desde uma perspectiva interseccional, produzindo sujeitos dessa Política Pública. Tal perspectiva considera, portanto, as articulações entre diferentes marcadores sociais de diferença - como gênero, raça, etnia, classe, idade, etc -, procurando compreender de que modo a experiência de um modifica a experiência de outro, intensificando formas de vida precarizadas, mas também se rearranjando em possibilidades de resistência (BRAH, 2006). A experiência dessas mulheres, ao mesmo tempo em que absolutamente particular, já que os marcadores podem se articular de diferentes formas e em contextos distintos, mesmo na vida de uma mesma mulher, remete ao funcionamento das instituições pelas quais passam, ao local onde vivem e às estratégias que acionam nesses campos. No que se refere aos aspectos metodológicos, tratou-se de uma pesquisa qualitativa em que foi privilegiada a observação participante, com registro em diário de campo, e a entrevista etnográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres negras; Interseccionalidade; Trajetórias de vida; Proteção Social Básica; Assistência Social.

Abstract

This study analyzed the life's trajectories of women accompanied by social services' agencies in Porto Alegre, Brazil. From these women narratives, it intended to understand the ways that different social markers articulate themselves with those experiences in an intersectional perspective, producing subjects from that public police. Such perspective take into account the articulations between different social markers of difference –as gender, race, ethnicity, class, age, etc. – trying to understand how a social marker experience modifies others social marker experiences, intensifying precarious life's way, but rearranging itself in resistance possibilities (BRAH, 2006). The narrative of these women, at the same time they're particular as the social markers can articulates themselves sin different ways, refers to the institutional operation that they pass through as also to the place where they live. As for the methodological aspects, it consists a qualitative research who privileged the participant observation registered in field journals.

KEY WORDS: Black Women; Intersectionality; Life's trajectories; Social Care; Public Police.

Lista de Siglas

ACCAT – Associação Comunitária do Campo da Tuca

AI – Acolhimento Institucional

CADÚNICO – Cadastro Único de Programas Sociais

CORAS – Conselho Regional de Assistência Social

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CRIP – Centro de Relação Institucional Participativa

CT – Conselho Tutelar

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre

FESC – Fundação de Educação Social e Comunitária

FICAI – Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente

IAPI – Instituto de Assistência e Proteção à Infância

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ILEM - Instituto Leonardo Murialdo

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social

NIS – Número de Inscrição Social

ONG – Organização Não Governamental

OP – Orçamento Participativo

PAEFI – Serviço de Atendimento Integral da Família e do Indivíduo

PAIF – Serviço de Atendimento Integral à Família

PBF – Programa Bolsa Família

PCC – Pequena Casa da Criança

PCD – Pessoa com Deficiência

PGM – Procuradoria Geral do Município

PIB – Produto Interno Bruto

PMPA - Prefeitura Municipal de Porto Alegre

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PSB – Proteção Social Básica

PSE – Proteção Social Especial

SAF – serviço de Atenção às Famílias

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SINE – Sistema Nacional de Emprego

SMTDS – Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social de Alvorada

SOME – Sociedade Meridional de Educação

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema único de Saúde

UBS – Unidade Básica de Saúde

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
1. VOZES DISSIDENTES, CORES SUBALTERNAS: CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA E CONSTRUÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.	18
1.1 O início de uma trajetória de pesquisa	18
1.2 Posicionalidade - um lugar interseccional de onde produz ciência	23
1.3 Epistemologias de Fronteiras: Decolonialidade e Interseccionalidade	30
1.3.1 Decolonialidade	33
1.3.2 Precariedade e Sofrimento Social	37
1.3.3 Racismo Institucional	40
1.3.3 Branquitude	41
1.4 Abordagens etnográficas: narrativas e trajetórias/histórias de vida	42
2. HISTÓRIAS DE VIDAS.....	52
2.1 Escrevivendo.....	54
2.2 Sobre os personagens de uma narrativa escreviente	69
3. GESTÃO DAS PRECARIIDADES.....	71
3.1 O CRAS Partenon.....	71
3.2 O desmonte de uma política	79
3.3 O gerenciamento das vidas precárias e a produção de vítimas	83
3.4 Desproteção social: as mulheres negras na Proteção Social Básica	88
4. SOBRE MULHERES, ACOMPANHAMENTO E AGÊNCIA: CAMINHANDO POR ELAS, CAMINHANDO COM ELAS.	94
4.1 As usuárias do CRAS Partenon.....	95
4.2 A maternidade	99
4.3 As estratégias de articulação.....	101
4.3.1 Laços de solidariedade entre mulheres.....	102
4.3.2 As caminhadas.....	106
4.4 O fechamento de um ciclo	109
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	112

6. REFERÊNCIAS	115
7. ANEXOS	122
7.1 Figura 1 – mapa do território do CRAS Partenon	122
7.2 Figura 2 – panfleto de divulgação da caminhada do Partenon	123

APRESENTAÇÃO

A emergência da Assistência Social¹ como direito está inserida no processo de redemocratização do Estado brasileiro, período que sucede a Ditadura Militar, quando da promulgação da Constituição Federal de 1988. Em 1993, foi sancionada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a qual vai afirmar que “A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (BRASIL, 1993, p. 01).

Essa perspectiva permite compreender que, dentro de um processo de reformulação das práticas e dos discursos sobre a sociedade brasileira, condensado na constituição cidadã, entendeu-se que os direitos representam as condições fundamentais para que um sujeito possa ser considerado cidadão. Essa percepção descarta a noção de dever ou de quaisquer tipos de reciprocidades para que tais direitos sejam atendidos, considerando que o próprio desenvolvimento das coletividades e dos indivíduos já evocam as metas pensadas para o país.

Apenas em 2004, no entanto, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) foi organizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social, em um contexto de governo permeável à questão do combate às iniquidades e à desigualdade social que acometem o país. Ela tem como princípios e diretrizes:

Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; Universalização dos direitos sociais (...); Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; Igualdade de direitos no acesso ao atendimento (...); Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais (...); Descentralização político-administrativa (...); Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera do governo e; Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos (BRASIL, 2004, p. 32-33).

¹ Para um estudo aprofundado sobre a história da Assistência Social no Brasil, sugiro a leitura de Eliana Lonardoní et al. (2006), disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2_sonia.htm

Esse mesmo documento também organizará o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), afirmando que

O SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base da organização, que passam a ser definidos pela função que desempenham, pelo número de pessoas que dele necessitam e pela sua complexidade (BRASIL, 2004, p. 39).

Além disso, a PNAS também define a Proteção Social como “as formas institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros” (Di Giovanni, 1998, em BRASIL, 2004, p. 31). Durante a construção da política pública, duas proteções sociais foram afiançadas: a especial e a básica.

A proteção social especial (PSE) “é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras” (BRASIL, 2005, p. 37). Ela divide-se em PSE de Média Complexidade e PSE de Alta Complexidade: a primeira modalidade se organiza por meio do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) e oferece o Serviço de Atendimento Especializado à Família e ao Indivíduo (PAEFI), desenhado para pessoas ou famílias com ameaça ou efetiva violação de direitos, entre outras ações desenvolvidas pela unidade. Já a segunda se organiza em torno dos serviços de acolhimento institucional, modalidade de atendimento oferecida para situações de risco social e rompimento dos vínculos familiares.

Na mesma esteira, a proteção social básica (PSB) tem como objetivo “prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (BRASIL, 2005, p. 33). O Serviço responsável pela execução da PSB é o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), constituído como uma unidade pública estatal responsável pelo atendimento de até 1.000 famílias por ano residentes do território adscrito ao serviço. Nesse equipamento, entre outras atividades, é executado o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que consiste no “trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de

fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetiva e proativo” (BRASIL, 2009).

Em 2009, por fim, o Conselho Nacional de Assistência Social, por meio da Resolução nº 109, tipificou os serviços socioassistenciais, orientando sobre a oferta que deveria ser realizada em cada serviço previsto no SUAS e redirecionando a condução da PNAS ao âmbito do serviço público. Essa medida visou à garantia da responsabilização do Estado sobre essa política, em detrimento da terceirização das coordenações das atividades a entidades conveniadas pelos municípios. Dessa forma, passaram a ser atividades coordenadas pelos CRAS: Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e; Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

O presente estudo procurou debruçar-se, para fins de análise, sobre o contexto da PSB. Trata-se do nível mais próximo das famílias, situado no próprio território em que reside o usuário. A partir desse território, configuram-se ações de prevenção de vulnerabilidade e de risco social. O risco social, segundo Gilead Tavares et al. (2013, p. 45), está relacionado “à possibilidade de dano e mede a exposição ao perigo”. Ainda que a política não defina com precisão o que significa esse risco, ele pode ser inferido por meio das práticas de prevenção, que dizem respeito à manutenção de espaços de convívio comunitário, ao estímulo à frequência escolar, à diminuição de situações de exposição à rua, entre outras práticas que visam a garantia de direitos. Ademais, traduz-se em um campo no qual se aposta no fomento à cidadania e na restauração dos vínculos familiares e comunitários.

No primeiro capítulo, procurei discutir a trajetória de pesquisa e as escolhas teórico-metodológicas que contribuíram para o desenho do estudo. A seguir, no segundo capítulo, apresento as histórias de vida das usuárias, reconstituídas a partir dos fragmentos registrados em Diário de Campo. No terceiro capítulo, reporto a história do CRAS Partenon e do processo vivenciado durante a permanência no campo, à luz da discussão da precariedade e do desmantelamento dos serviços pelas práticas neoliberais - tais como a diminuição de recursos destinados às políticas públicas e a progressiva terceirização da execução das atividades desse setor **por meio de convênio de entidades socioassistenciais à prefeitura de Porto Alegre**, inclusive quanto ao provimento dos cargos públicos. Por fim, no quarto capítulo, apresento as histórias de vida constituídas pelos fragmentos de narrativas enunciados pelas usuárias desse

mesmo CRAS, procurando articular, no campo das Políticas Públicas, a discussão sobre racismo, branquitude e produção de subjetividade à perspectiva da interseccionalidade. Analisei, assim, as trajetórias de vida de mulheres acompanhadas no interior da PSB, procurando compreender, a partir das narrativas dessas mulheres, o modo como diferentes marcadores sociais se articulam em suas experiências, desde uma perspectiva interseccional, produzindo sujeitos dessa Política Pública.

1. VOZES DISSIDENTES, CORES SUBALTERNAS: CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA E CONSTRUÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.

Neste capítulo, apresentarei o processo de construção do problema de pesquisa, procurando explicitar os aspectos relacionados à condição de trabalhadora e de pesquisadora que possibilitaram o desenvolvimento da questão. Além disso, indicarei as bases teóricas que sustentam tanto a perspectiva escolhida para o aporte conceitual do trabalho quanto à reflexão sobre minha implicação ética com o estudo. Por fim, apresento as estratégias metodológicas que situaram a pesquisa em uma perspectiva alinhada com estudos produzidos no interior do Feminismo Negro e da produção de conhecimento decolonial.

1.1 O início de uma trajetória de pesquisa

Esse estudo tem como ponto de partida a minha nomeação como servidora pública do município de Alvorada/RS², no ano de 2013. Em um processo de reordenamento da Assistência Social nesse município, fui designada a ocupar uma vaga na Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social (SMTDS). Ainda que possuísse formação em Saúde Coletiva, senti-me confiante em aceitar a lotação para o trabalho em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Entendia que a lógica de atendimento no território, tal qual na Atenção Primária, auxiliar-me-ia na construção de uma prática também na Proteção Social Básica.

Acredito no trabalho que acontece próximo das pessoas. Encantei-me com as ações realizadas na perspectiva da promoção de saúde, em parceria com as lideranças comunitárias, com as pessoas no lugar onde passam a maior parte do tempo e de suas vidas. Estar na casa das pessoas me proporcionava a experiência de escutá-las falar da vida e interagir com elas na presença dos aromas, do vento, das crianças brincando pela rua; despertava-me a empatia ao também caminhar pelas ruas sem calçada, que obrigam o transeunte a andar no meio da rua, o esgoto passando no meio do pátio das residências. Faz sentido trabalhar em um lugar no qual tomamos parte.

² Alvorada é um município que compõe a região metropolitana de Porto Alegre. Possui 71 km² de área e faz divisa com os municípios de Viamão, Gravataí, Cachoeirinha e Porto Alegre. Possui uma população estimada de 208.177 mil habitantes, com renda média mensal de 2,3 salários por família. Em 2015, apresentava-se como um dos cem municípios com menor produto interno bruto do Estado (IBGE, 2017).

Após um período de adaptação, já reunia elementos o suficiente para avaliar que os dois sistemas – SUS e SUAS – guardavam particularidades, principalmente no que diz respeito a acesso ao serviço. A própria Constituição Federal Brasileira (1988) afirma que a política de Assistência Social é “para quem dela precisar”. Ao contrário da Universalidade proposta pela política de Saúde, a Assistência Social já antecipa, portanto, que a/o sua/seu usuário/a possui determinadas características, tais como a vulnerabilidade ao risco social, a fragilidade de vínculos familiares e a dificuldade do acesso a direitos.

Nesse sentido, algumas regularidades quanto aos marcadores sociais de diferença das/os usuárias/os do CRAS imediatamente emergiram para mim a partir dos atendimentos realizados para aquele território: tratavam-se, sobretudo, de mulheres, majoritariamente negras³, oriundas das porções mais pobres do território, com frequência, adultas jovens. Procuravam o CRAS (ou eram procuradas pela equipe através das buscas ativas⁴) em função de suas demandas de caráter social, mas, eminentemente, buscavam atendimento familiar decorrente do encaminhamento do Poder Judiciário, o qual ordenava o acompanhamento pela equipe do CRAS como parte do processo legal.

As demandas dessas mulheres remetiam majoritariamente a questões referentes ao cuidado das/os filhas/os – mantê-las/os na escola, não as/os levar ao trabalho, principalmente se o trabalho se der em situação de rua, não permitir que fiquem sozinhas/os em casa ou fiquem pelas ruas, envolvidas/os com o narcotráfico ou quaisquer outros contextos que possam ser considerados de risco. Tais demandas são analisadas pelo Conselho Tutelar, pelo Poder Judiciário ou por outros serviços pertencentes ao Estado, como a Escola. Elas geram a inclusão em programas de acompanhamento familiar, que, no contexto do CRAS, como já explicitado, organiza-se por meio do PAIF. Essas mulheres, então, assumem a função de “responsável familiar”, compreendida como a pessoa, a partir de 18 anos, a quem será dirigida a orientação, encaminhamento e exigida a presença nos atendimentos, visto que nem sempre é possível realizar o atendimento com todas/os as/os integrantes da família.

Além dessa constatação de que as mulheres negras adultas jovens compunham majoritariamente o contingente atendido pelo serviço, percebia que a figura do homem pouco

³ No interior da política de Assistência Social, existem dois mecanismos que permitem a verificação do pertencimento racial das/os usuárias/os – o prontuário SUAS e o CadÚnico.

⁴ A busca ativa consiste em um movimento realizado pela equipe em relação às famílias para localizá-las e propor-lhes o acompanhamento. Comumente está relacionada a uma ordem judicial ou a alguma demanda específica em que se deseje atingir um público definido (por exemplo, famílias em descumprimento do programa bolsa família).

aparecia nesse cenário, apresentando-se como um provedor que trabalha diuturnamente, um ex-companheiro que apenas paga pensão ou mesmo como um sujeito desaparecido/inexistente. Essa percepção ia ao encontro das estatísticas que informam um aumento no número de lares brasileiros chefiados por mulheres no contexto urbano. Desde 1995, houve um aumento de 13%, perfazendo o total de 37,8% dos lares brasileiros em que a mulher é considerada como responsável pelo seu domicílio na visão dos demais moradores (IPEA, 2013). Ainda que a mulher não seja considerada chefe da família, costuma ser a pessoa de referência para os atendimentos no contexto da PSB.

As autoras da pesquisa do IPEA (2013) enfatizam ainda que, a partir de 2007, 51,1% dessas famílias era chefiado por mulheres negras, isto é, na maioria dos lares chefiados por mulheres, elas são negras. Além disso, demonstra-se que as famílias chefiadas por mulheres negras representam maior fração nas categorias “casal com filhos” e “mulher com filhos”, 52,4% e 55,2% do total das famílias de chefia feminina, respectivamente (IPEA, 2013). Assim, no contexto das classes populares, percebe-se que os domicílios mais populosos são chefiados por mulheres negras, que costumam acolher, além de seus filhos, também as famílias de seus filhos ou familiares colaterais, tais como sobrinhos, primos e até mesmo noras e genros de relacionamentos anteriores de seus filhos.

Verificou-se, também, que 95,5% das famílias chefiadas por mulheres possuíam renda de até três salários mínimos (67,5% com rendas menores que um salário mínimo), parâmetro utilizado para inclusão de famílias no Cadastro Único para Programas Sociais, plataforma de informações sobre as famílias no que diz respeito à renda, trabalho, educação e composição familiar (IPEA, 2013). É a partir desse cadastro que as famílias podem ter acesso a programas sociais, tais como Bolsa Família, Tarifa Social, Minha Casa, Minha Vida, entre outros mecanismos de acesso a direitos fundamentais.

A renda média desses grupos familiares também foi objeto de interesse no estudo (IPEA, 2013). Informou-se que, entre as famílias chefiadas por mulheres negras, a renda média é R\$ 721,10, enquanto a renda média de famílias chefiadas por mulheres brancas é quase o dobro – R\$ 1370,40. O dado se torna ainda mais desigual se comparado à renda média de famílias chefiadas por homens brancos: R\$1516,10.

As mulheres sabem bem o que significa ser acompanhada pelo CRAS. Recordo-me de uma mulher que, ao chegar ao CRAS, muito contrariada, expressou a visão compartilhada sobre o atendimento nesse serviço: *“eu não sei por que eu estou aqui, eu não fiz nada de*

errado!”. Receber a visita do técnico social, então, é um presságio de que algo não está dando certo. Bastava o carro com a identificação da prefeitura municipal ser avistado no início da rua para que a criança fosse, pouco a pouco, entrando em suas casas, sem deixar, no entanto, de acompanhar, curiosa, na frente de qual casa o carro iria parar.

Algumas vezes, sequer éramos recebidos (o motorista e eu), resignando-nos a deixar uma solicitação de comparecimento ao serviço. Outras vezes, quando havia maior receptividade, quer por ser reconhecida como servidora do CRAS, quer por não ser interpretada como conselheira tutelar, estabelecia-se um diálogo bem repetitivo, completamente descorporificado: o meu, ao referir os motivos que me levavam a visitar aquela família, procurando propor o acompanhamento como uma forma de acesso à cidadania, conforme preconiza a PNAS; das mulheres, ao reafirmarem sua capacidade de ser boa mãe, boa gestora da renda familiar e alguém “injustiçada” pelo poder público – o problema estava no filho do outro, que fica pela rua, que a mãe não cuida, que é drogado, enfim, por que esses outros não são acompanhados pelo CRAS?

Quando essa resistência inicial era possível de ser superada e a inclusão no PAIF era realizada, fazia-se necessário estabelecer algumas metas: inclusão no SCFV, inclusão no CadÚnico, encaminhamento ao SINE, encaminhamento da documentação civil, encaminhamento a cursos. Na periferia de uma cidade como Alvorada, para poucos usuários isso fazia algum sentido... Ainda assim, essa era a aposta disponível, inscrevendo-os nos mecanismos estatais que os qualificaria para ocupar postos de trabalho e para se manterem nos empregos, visando garantir a carteira de trabalho e previdência social assinada e, assim, o título de trabalhador.

Claudia Fonseca (2000) observa que, por vezes, a ideologia de escolarização e de trabalho formal concorre com outros valores e modos de vida: em vez de ser empregado, submetido a uma chefia e a um salário mensal, muitas famílias optam pelo trabalho informal, o qual oferece flexibilidade, autonomia e dinheiro quando se precisa. Dessa forma, não é raro perceber a escolha por carreiras ligadas à Construção Civil, à coleta de material reciclável e à faxina, que oferecem essa informalidade. Estas ocupações, vistas por alguns setores de classes mais abastadas como desqualificadas e precarizadas, subvertem a lógica de trabalho como acúmulo de capital e renda, de modo que só serão acionadas quando e se o dinheiro for necessário.

Diante disso, sempre foi bastante evidente para mim que a maioria dos encaminhamentos disponibilizados ficaria em alguma gaveta daquelas casas pelas quais passávamos. Não obstante, o PAIF precisava continuar. Então, os atendimentos, em algumas situações, deslocavam-se para o terreno das narrativas, no qual a Psicologia parecia ter certo protagonismo. Contar histórias parecia ser uma prática confortável e desejada pelas usuárias e a Psicologia, ao operar com um dispositivo para fazer falar sobre si, assumia uma centralidade. Penso que a minha profissão (ou melhor, o imaginário sobre a psicóloga) era colocada nesse lugar de facilitador para que as pessoas falassem sobre as suas vidas – afinal, "psicóloga entende".

Jéssyca Barcellos (2016), ao relatar situações de Racismo Estrutural em seu estudo, sinaliza a possibilidade de acessar conteúdos referentes à raça, nos seus atendimentos a pessoas negras, porque era lida como uma psicóloga negra. Destaca, nesse sentido, como foi possível a essas pessoas falarem sobre o sentimento de opressão e de desvalia relacionado e reiterado à população negra, a qual está mais suscetível à negligência dos profissionais de políticas públicas, enfatizando o prejuízo causado pelo silenciamento quanto aos efeitos do Racismo. Ademais, eu poderia adicionar, a familiaridade de uma mulher negra falando com outra mulher negra evoca laços consanguíneos. Quantas histórias de filhas, irmãs, sobrinhas me foram contadas! É bem verdade que algumas histórias eram sobre a precariedade vivida por essas mulheres, jovens como eu, que, segundo as narradoras, demonstravam absolutas habilidades e desenvoltura para lidar com os obstáculos, principalmente quando envolviam crianças. Mulheres fortes, capazes de articular estratégias, avaliar contextos, negociar e administrar crises familiares e/ou comunitárias.

Após ouvir todas essas narrativas, era necessário, por vezes, redigir um relatório, ao final do dia, sobre a vulnerabilidade social dessas famílias e dessas mulheres. A objetividade do Poder Judiciário não possibilita argumentar sobre como elas eram potentes e bravas, pois seus filhos, por exemplo, eram infrequentes na escola. Como o atendimento era proposto a essas famílias apenas a partir da identificação de alguma inconformidade com a lei (colocando-se, inclusive, como um critério para a inclusão em PAIF) outros aspectos da vida cotidiana e das estratégias utilizadas por elas não ganhavam inteligibilidade⁵ em seus

⁵ A noção de inteligibilidade para Judith Butler (2003, p. 39) diz respeito à matriz cultural pela qual corpos e marcadores sociais ascendem a um domínio lógico, enquanto outros tornam-se ilegíveis, tidos como desviantes e/ou anormais.

atendimentos. O que inicialmente parecia um incômodo, tornou-se uma questão de pesquisa: **afinal, por que essas mulheres estão aqui?**

A PNAS, a partir de uma noção moderna de direito, ancorada em princípios colonizadores, contribui para a constituição de um imaginário de sujeito universal, o qual seria o usuário da Assistência Social no contexto brasileiro. Evidentemente atravessada pelos recortes de raça, de gênero e de classe, contudo, perguntei-me sobre os efeitos de verdade sobre os sujeitos que são constituídos por essa política pública. A demanda de inscrição na lógica da política produz uma espécie de homogeneização entre as usuárias, privilegiando os aspectos referentes à pobreza em detrimento de outros marcadores sociais.

Considerar as diferenças no processo de proteção social, principalmente no que diz respeito às articulações de múltiplos eixos de subalternidade, possibilita ter acesso às estratégias que essas mulheres utilizam no seu cotidiano para se relacionar com a demanda do Estado em relação às suas famílias. Conforme, Avtar Brah (2006) utilizar a experiência como uma forma de contestação, na qual se reformula a questão da agência, ao perceber que noções como “indivíduo” (eu) ou “sociedade” (nós) não desaparecem, mas prescindem de compreensões que vão interpretá-las como categorias unificadas, fixas e já existentes, dando espaço para a percepção de que são multilocalizadas, contingentes a práticas culturais e a políticas cotidianas. **Quer dizer que, para que se possa, de fato, compreender esse processo, se faz essencial considerar as práticas articulatórias e as variadas posições de sujeito que se derivam dessa operação.**

Desde a perspectiva interseccional, torna-se possível, então, lançar luzes ao modo como os sujeitos são constituídos a partir de experiências diferenciadas, em um espaço discursivo, rompendo com um sujeito da experiência dado a priori. Para esse estudo, importa entender, portanto, como a articulação desses marcadores opera na constituição de um sujeito da Proteção Social e quais serão os caminhos trilhados por ele. Quais serão, finalmente, os caminhos trilhados, em sua maioria, por mulheres negras pobres. Aos poucos, a pergunta também foi se deslocando de "quais caminhos" para "como" ocorre esse percurso e seus desdobramentos, desvios, reconduções.

1.2 Posicionalidade - um lugar interseccional de onde produz ciência

Pensar a posicionalidade, no que diz respeito à produção de conhecimento, também contribui para epistemologias mais democráticas e inclusivas. Quanto a isso, Donna Haraway (1995, p. 27) enfatiza que

Posicionar-se é, portanto, a prática-chave, base do conhecimento organizado em torno das imagens da visão, é como se organiza boa parte do discurso científico e filosófico ocidental. Posicionar-se implica em responsabilidade por nossas práticas capacitadoras. Em consequência, a política e a ética são a base das lutas pela contestação a respeito do que pode ter vigência como conhecimento racional. Admita-se ou não, a política e a ética são a base das lutas a respeito de projetos de conhecimento nas ciências exatas, naturais, sociais e humanas.

Ao produzir conhecimentos universalizantes, em que a discussão sobre as particularidades e diferenças seja subsumida em formulações genéricas, recorrendo a argumentos de neutralidade, reiteram-se preconceitos e violências relacionadas aos silenciamentos de grupos subalternizados. Isso não significa dizer que os posicionamentos oriundos dos referidos grupos politicamente minoritários não seja passível de avaliação crítica, mas são elas que têm uma maior probabilidade de acesso ao núcleo crítico da questão (HARAWAY, 1995). A autora afirma que as pessoas que compõem os grupos subalternizados “têm ampla experiência com os modos de negação através da repressão, do esquecimento e de atos de desaparecimento - com maneiras de não estar em nenhum lugar ao mesmo tempo em que se alega ver tudo”.

Nesse sentido, a construção de saberes parciais, “localizáveis, críticos, apoiados na possibilidade de redes de conexão, chamadas de solidariedade em política e de conversas compartilhadas em epistemologia” (p. 22-23) proporcionam um caminho que não esteja situado nos relativismos ou em premissas universalizantes.

Gloria Landson-Billings enriquece a discussão ao descrever o modo como epistemologias universalizantes, de bases ideológicas de tradição euro-americanas, podem ser agressivas, ao simplificarem e reduzirem universos simbólicos a objetos, e, por meio do imperialismo epistemológico, legitimaram-se como a única forma de acesso à ciência. Não obstante, evidencia como “diferentes discursos e epistemologias servem tanto como contraconhecimento quanto como instrumentos libertadores para as pessoas que sofreram (e continuam a sofrer) com o ‘regime da verdade’ (LANDSON-BILLINGS, 2006, p. 259)”.

A reflexão acerca dos marcadores sociais de diferença auxilia na identificação das opressões de caráter interseccional, conforme aponta Brah (1996). Não obstante, também é possível, a partir dessa perspectiva, reconhecer posicionalidades que marcam diferenciações entre os sujeitos atravessados por um mesmo marcador social, a raça, por exemplo. Penso

que, ao crescer em um contexto cercado de privilégios, dos mais básicos, tais como saneamento e acesso à saúde, aos mais elitizados, como viagens, curso pré-vestibular e educação em uma universidade federal, tive oportunidades em diversas instâncias que são pouco comuns entre as mulheres negras da mesma faixa etária (IPEA, 2013).

Enquanto a média de anos de estudo entre mulheres negras é de 7,1 anos (IPEA, 2013b), já acumulo 21 anos de escolarização formal. Isso porque tive acesso à escola próxima à residência da minha família, pude me dedicar integralmente aos estudos até o final da graduação, com alimentação, transporte e material escolar garantidos pelos meus pais. Vale destacar, nesse sentido, que apenas 7,7% das pessoas que acessam o Ensino Superior são negras.

Na mesma esteira, o acesso ao trabalho, facilitado pela formação em Psicologia, constitui um lugar incomum para uma mulher negra. Além do contingente de 2,4 milhões de mulheres negras desempregadas no Brasil (IPEA, 2013b), as mulheres negras são aquelas que obtiveram menores vantagens de seus avanços educacionais, ainda segundo a mesma pesquisa. Essas informações vão ao encontro do cenário percebido por mim, pela observação do cotidiano, bem como retratado pela literatura (GARCIA, 2005), no qual as mulheres negras estão concentradas nas ocupações de menor remuneração e de maior desgaste físico, como o serviço doméstico.

Na universidade, tive contato com a pesquisa científica, com a possibilidade de acessar as bases de dados mais modernas do mundo, bem como de integrar grupos de pesquisa de professores com alta qualificação em suas áreas. Fui bolsista de iniciação científica durante quase toda a formação, recebendo bolsas de fomento à pesquisa e apresentando meu trabalho em congressos e salões de iniciação científica, nos quais fui premiada duas vezes. Tive a oportunidade de seguir pesquisando durante a residência integrada em saúde e, finalmente, no mestrado, ainda que não seja bolsista (porque tenho um trabalho remunerado, o que impede o recebimento da bolsa), aprimoro e enriqueço meu percurso de pesquisa na partilha com um grupo de estudos e com trabalhos primorosos dos colegas.

Não obstante, não tive nenhum professor ou professora negro/a durante a graduação ou pós-graduação, como orientador de pesquisa, bem como pouquíssimas colegas durante o curso. bell hooks (1995, p.127) reconhece que existem estereótipos que desqualificam pessoas negras como docentes e pesquisadoras, “deixando-os em desvantagem em relação aos pares quando se trata de competição pela autoridade científica”.

Especificamente sobre carreira acadêmica, Paula Barreto (2015, p.56) afirma que “as mulheres estão menos presentes nas áreas de maior prestígio, que remuneram melhor, ocupando em menor proporção os cargos de direção, e sendo menos contempladas com bolsas de produtividade, indicam que as chances de sucesso e ascensão na carreira acadêmica e científica são menores para as mulheres”.

Joaze Bernardino-Costa (2015) correlaciona a forte presença de pessoas negras no trabalho doméstico à existência de concentração de renda nas camadas ricas:

(...) a alta concentração de renda, o que, obviamente, se conjuga com a existência de uma massa de trabalhadores destituída de recursos materiais e dispostas a vender sua mão-de-obra. A partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2008-2009, constata-se que quase 70% das famílias pertencentes ao décimo mais rico da população contratam uma trabalhadora doméstica, o que significa que cerca de 58% das trabalhadoras domésticas do país são empregadas por famílias situadas entre os 10% mais rico da população (p. 148)

Kaizô Beltrão e Moema Teixeira (2004) destacam a inserção no mercado de trabalho com perspectiva de ascensão social pela via do serviço público, isto é, por meio da seleção via concurso público, como um canal de acesso para as mulheres negras. Elas refletem que, devido ao ingresso que exige impessoalidade, as mulheres tendem a se sair melhor do que os homens, ainda que eles ocupem os cargos de coordenação e chefia mesmo em menor número. Marcelo Proni e Darcilene Gomes (2015) sinalizam, nesse sentido, o efeito da discriminação por gênero e por raça no mercado de trabalho nacional, uma vez que a diferença de rendimentos percebida nas pesquisas está relacionada a uma menor ocupação por parte de mulheres em posições de chefia ou supervisão, de modo que os postos de coordenação são ocupados por homens mesmo em campos ocupados eminentemente por mulheres.

Embora os dados do IPEA (2013b) demonstrem um aumento na renda das pessoas negras durante o período estudado, com as mulheres negras ganhando cerca de 40% do que recebiam as brancas em 1995 e, no final da série (2009), chegando a 51%, a estrutura da desigualdade permaneceu inalterada, uma vez que os menores rendimentos seguem sendo de famílias chefiadas por mulheres negras, seguidas pelos homens negros, pelas mulheres brancas e, por fim, os homens brancos com o maior rendimento quando na chefia da família.

Alguns estudos apontam que apenas 44,2% da população de estudantes no ensino médio era negra; 24,7% compõem o ensino superior; 17,1% possuem pós-graduação strictu sensu – nível de mestrado e de doutorado (BARRETO, 2015, p. 43-44). Em pesquisa

realizada quanto ao recorte de gênero no Ensino Superior (INEP, 2014), as mulheres são maioria entre os concluintes de curso superior (59,6%). Ainda que exista o acesso, as pessoas brancas ainda eram, em 2010, 75% da população universitária e predominavam nas carreiras de maior prestígio (LIMA & PRATES, 2015).

Bernardino-Costa (2015, p.150) explica, a partir da História, como opera a interseccionalidade entre raça e gênero no universo do trabalho formal. Afirmando o arranjo entre as divisões sexuais e raciais do trabalho, verifica que “no contexto do capitalismo moderno/colonial eurocentrado [...] os europeus e seus descendentes recebiam salários, enquanto o colonizado – partícipe da divisão do trabalho como escravo ou servo – não era digno de salário”. Ainda hoje, percebe-se esse processo operando nas relações de trabalho, no qual pessoas com características caucasianas ocupam os segmentos de maior prestígio, relegando as pessoas negras as tarefas de menor visibilidade.

Não obstante, Angela Figueiredo (2004) observa, considerando a transgeracionalidade, um fenômeno contemporâneo relacionado ao aumento de escolaridade e da “politização” sobre a condição negra - os filhos, mais escolarizados do que os pais, classificam-se como negros e não aceitam determinados trabalhos manuais através dos quais seus pais tinham sido inseridos no mercado de trabalho.

O acesso a espaços de sociabilidade também figura como componente desse sistema de privilégios e exclusão: frequentar praças e parques, ir a shows e a galerias de arte, praticar esportes, enfim, usufruir de momentos de exercício lúdico e criativo nem sempre são oportunidades oferecidas para a população de periferia. No que diz respeito à produção cultural ligada aos territórios pobres, percebe-se pouco recurso investido por parte do poder público, de modo que comumente se constituem como espaços empobrecidos ou mesmo administrados por instituições filantrópicas, ligadas principalmente a instituições religiosas.

Ainda, no que diz respeito à relação com a segurança/polícia, nunca tive nenhum amigo ou familiar morto em operações de rotina. Embora tenha vivenciado situações de abordagens violentas, as quais eram direcionadas eminentemente aos homens do grupo, nenhum amigo foi detido por parecer suspeito. E absolutamente nunca ouvi falar de que algum vizinho ou familiar tenha tido a residência invadida para busca e apreensão. O Mapa da violência (WASELFISZ, 2016) demonstra que ocorreram mais de 3000 mortes decorrentes de ações policiais em território nacional.

Aliás, as pesquisas sinalizam que a população negra está concentrada na faixa mais jovem da população – enquanto 42,6% das mulheres negras tinham até 24 anos, as mulheres brancas na mesma faixa de idade respondiam por 37,1%. O inverso também é verdadeiro: as negras de 60 anos ou mais eram apenas 10,3% do total, enquanto as brancas alcançaram 14%. Esses dados evidenciam que as mulheres negras vivem menos do que as mulheres brancas, em decorrência da violência genocida contra a população negra e o racismo institucional, que negligencia sistematicamente a população negra no acesso aos cuidados de saúde.

Quanto à questão religiosa, sempre que senti pertinente, pude expressar minha religiosidade e crenças pessoais sem temor de que fosse sofrer quaisquer tipos de violências ou de repressão. Não frequento nenhum templo que tenha sido apedrejado, incendiado, pichado ou depredado de qualquer maneira. Segundo estudo realizado pelo Ministério das mulheres, da igualdade racial, da juventude e dos direitos humanos (2016), entre 2011 e 2015, foram realizadas mais de mil denúncias de violência motivada por questões religiosas para ouvidorias situadas em território nacional.

Enfim, através da minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional, é possível reconhecer as largas margens de agência possibilitadas pelo acesso facilitado aos meios de desenvolvimento pessoal. Significa demonstrar que a existência ou não de determinados grupos nos seletos espaços de privilégios guarda relação com a gestão dos corpos e a manutenção de determinada estratificação social. Auxilia a entender os processos de racismo estrutural, nos quais importa realizar o recorte gênero.

A despeito dos privilégios, o racismo também compõe a experiência das mulheres negras em classes mais favorecidas. Carlos Moore explica que o Racismo se organiza por meio de três dimensões:

A inteligibilidade do Racismo através das sociedades ao longo da história depende, em grande parte, da possibilidade que temos de captar suas dinâmicas cambiantes e adaptativas, como forma de consciência, e catalogá-las em marcos conceituais suficientemente flexíveis e amplos, para poder traduzir a sua concretude. Isso é possível se considerarmos que o racismo implica três níveis ou instâncias diferentes, porém interconexos, cujas dinâmicas são, ao mesmo tempo, autônomas e reciprocamente interdependentes. (...): a) a fenotipização de diferenças civilizatórias e culturais; b) a simbologização da ordem fenotipizada por meio da transferência do conflito concreto para a esfera do fantasmático (isso implica fenômenos como a demonização das características fenotípicas do vencido em detrimento da exaltação das características do segmento populacional vencedor); e c) o estabelecimento de uma ordem social baseada em uma hierarquização raciológica, mediante a subordinação política e socioeconômica permanente do mundo populacional conquistado (MOORE, 2007, p. 247).

Significa afirmar que, ao ser interpretado como fenômeno social que atravessa a estrutura de classes, opera por meio da subordinação dos aspectos relacionados à negritude em detrimento dos aspectos relacionados ao mundo branco. Assim, a ínfima presença de negras na classe média pode ser entendida como um efeito da pauperização da população negra, mas também como um projeto ideológico no qual a negritude se torna um aspecto desarticulado da experiência de sujeito.

Ao tematizar a colonialidade, Joaze Bernardino-Costa e Ramón Grosfoguel (2016) definem como “o padrão de poder que se constitui juntamente com o capitalismo moderno/colonial [...] fundamentado na ideia de raça, que passou a classificar a população mundial, produzindo identidades raciais historicamente novas que passariam, por sua vez, a ficar associadas a hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes aos padrões de dominação”. Dessa maneira, percebe-se que o olhar colonizado a que as mulheres negras estão sujeitas está fortemente correlacionado ao modo de produção econômico, que também produz corpos e maneiras de se relacionar.

Ainda, na minha experiência, corroborada pela literatura, as mulheres negras comumente ficam fora do circuito de laços amorosos, com algumas exceções no que diz respeito aos traços embranquecidos – cabelos lisos ou cacheados, nariz afilado, pele clara. A literatura documenta a visão “exotificada” com o qual a mulher negra é tratada, nas relações interpessoais, na publicidade e na propaganda. Giovana Xavier Nascimento (2015), analisando a cultura norte-americana, assinala o processo em que, enquanto o escurecimento da pele de pessoas brancas, por meio do bronzeamento, bem como estadias em países tropicais são tomadas como um valor positivo, o clareamento das gerações de famílias negras, por meio da miscigenação, cria ambiguidades: ao passo que são vistas com corpos mais próximos do ideal de beleza, criam certa atmosfera de desconfiança quanto à degenerescência da mistura de raças.

Arilda Arboleya et al. (2015, p. 891) sinaliza que, ainda que haja um reconhecido avanço da população negra no que diz respeito aos aspectos econômicos, educacionais, intelectuais, políticos, etc., promovidos pela ampliação de políticas públicas que considerem aspectos relativos aos marcadores sociais de diferenças, eles são insuficientes para um adequado combate à desigualdade social, racial e de gênero, perceptíveis na ínfima

participação de pessoas negras nas camadas mais abastadas da população. A autora afirma que “as estruturas raciais da sociedade brasileira somente seriam destruídas quando a massa negra pudesse concorrer institucionalmente em condições de igualdade com o branco e sem nenhuma discriminação de qualquer espécie, o que implicaria participação racial igualitária nas estruturas de poder da comunidade política nacional”.

Ainda que as pessoas negras na classe média tenham recursos financeiros para acessar bens e serviços, a ideologia de branquitude marcadamente exclui as mulheres negras do mercado de consumo. Conforme Nascimento (2015), a intersecção entre gênero, classe e cor “deram luz a um referencial de beleza eugênica que, refletido também nos anúncios da cosmética e internalizado por muitos sujeitos de cor”. Assim, percebe-se um vasto contingente de mulheres que, a despeito das escolhas individuais, optam por tratamentos e produtos de beleza voltados para a aproximação desse padrão imputado, argumentando que não conseguem lidar com suas características físicas que remetem a negritude.

Diante desse cenário, que evidencia as assimetrias entre pessoas que compartilham diferentes marcadores sociais, demonstrando que existem diversas posicionalidades como lugares de onde será possível não apenas constituir a experiência, mas também produzir conhecimentos, sempre parciais, seguirei apresentando a perspectiva interseccional, agora como estratégia de análise, na seção que segue.

1.3 Epistemologias de Fronteiras: Decolonialidade e Interseccionalidade

“[...] a trajetória individual e coletiva dos sujeitos subalternos (especialmente das mulheres negras) é vista como um privilégio epistemológico de onde se elabora também um pensamento de fronteira a partir de uma perspectiva subalterna” (BERNARDINO-COSTA, 2015, p.20).

A emergência do feminismo negro está relacionada ao debate em torno da racialização do feminismo e da generificação do movimento negro. As mulheres negras, em meados da década de 1970, ratificaram denúncias já seculares (haja vista o discurso de Sojourner Truth, “Ain’t I a Woman?”, em 1851) de que não sentiam nossas demandas contempladas pelos esforços teóricos e políticos tanto do movimento feminista quanto do movimento negro. Era necessária uma perspectiva teórico-metodológica que expandisse as concepções referentes à

inter-relação raça e gênero, para além de uma sobreposição de marcadores ou da soma de violências.

Posteriormente, Kimberlé Crenshaw (2002, p. 177) utilizou o termo “Interseccionalidade” para conceituar “as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como “ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento” (CRENSHAW, 2002, p.177). Essa discussão, realizada entre as feministas negras desde a década de 1960, permite acessar elementos sutis contidos nos marcadores e que, nas análises tradicionais, são percebidos como homogêneos (por exemplo, dentro da raça, a questão do colorismo; dentro do gênero, a performatividade⁶ de feminilidade/masculinidade).

A autora utiliza como exemplo a pobreza, a responsabilidade do cuidado dos filhos e a falta de capacitação profissional como a sobrecarga que acomete as mulheres de cor norte-americanas, isto é, mulheres de origem africana, latino-americana e sul-asiáticas. Ela reflete que “essas sobrecargas, consequências da opressão de gênero e de classe, são então compostas por emprego e práticas domésticas racialmente discriminatórias que mulheres de cor costumam enfrentar, assim como o desproporcionalmente alto desemprego entre as pessoas de cor” (CRENSHAW, 1991, tradução própria⁷).

A autora aponta, então, que “a subordinação interseccional não necessita ser intencionalmente produzida; de fato, ela é frequentemente a consequência de imposições de uma sobrecarga que interage com vulnerabilidades preexistentes, criando uma nova dimensão de desempoderamento” (CRENSHAW, 1991, p. 1249). Dessa forma, ela expõe o caráter simbólico e culturalmente produzido das opressões, expresso nas práticas de reiteração de condições de vida precarizadas, nas quais há uma explícita desassistência que recai sobre os sujeitos socialmente mais frágeis. Assim, a proposta de Crenshaw é utilizar o conceito de

⁶ “(...) esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado. A performatividade propõe a construção do gênero em atos, gestos e/ou representações cotidianas” (BUTLER, 2003, p. 194).

⁷ Alguns textos discutidos nesse trabalho não estavam disponíveis para a Língua Portuguesa. Dessa forma, realizei a tradução quando os utilizei como citação no corpo do texto.

interseccionalidade para demonstrar, a partir da experiência de mulheres negras, que as intersecções entre racismo e sexismo somente poderão ser compreendidas completamente por meio de um olhar em que as dimensões de raça e de gênero não sejam tomadas como experiências separadas. Essa se constitui como a estratégia para que as demandas particulares das mulheres negras não fiquem subsumidas em discussões genéricas, tanto do Feminismo quanto do Movimento Negro.

Adriana Piscitelli (2008) pondera que, embora a abordagem de Crenshaw ofereça importantes recursos para o campo dos direitos humanos, ela apresenta fragilidades que precisam ser consideradas: pensada para contextos de graves violações de direitos humanos, como guerras civis ou conflitos étnicos, acaba fundindo a noção de diferença e de desigualdade. Além disso, utiliza uma perspectiva de poder como propriedade, o qual alguns têm e outros não têm, não considerando a possibilidade de um caráter relacional.

Em outras correntes teóricas, a noção de Interseccionalidade foi retrabalhada e apresentada em termos de “categorias de articulação”. Nessa apreensão, o foco está no modo como se articulam diferentes marcadores sociais de diferença, entendendo que cada um deles tem sua experiência alterada por meio, justamente, das práticas articulatórias. Destaca-se Avtar Brah como representante dessa corrente, que afirma: “estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como ‘variáveis independentes’ porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela” (BRAH, 2006, p. 351). A assertiva sinaliza a dimensão referente às opressões sofridas nos sistemas imperialistas, nas quais as dimensões políticas e econômicas estão e são constituídas pelas relações patriarcais.

Essa perspectiva considera “a distinção entre categorias de diferenciação e sistemas de discriminação, entre diferença e desigualdade” (PISCITELLI, 2008, p.268). Permite, assim, pensar a Interseccionalidade em termos de subjetividade e de identidade/experiência coletiva, ao possibilitar análises em outras densidades a respeito das diversidades, incrementando a margem de agência dos sujeitos, se comparada à primeira perspectiva. Conforme Avtar Brah, “a experiência não reflete uma ‘realidade’ já dada, mas sim o efeito discursivo dos processos que constroem o que chamamos de realidade” (BRAH, 1996, p.34).

No entanto, alguns críticos assinalam que essa perspectiva pode ser problemática ao dar demasiada ênfase aos eixos de classificação em detrimento da experiência dos sujeitos (PISCITELLI, 2008, p. 269). Brah teoriza que,

“experiência” é um processo de significação que é a condição mesma para a constituição daquilo a que chamamos “realidade”. Donde a necessidade de re-enfatizar uma noção de experiência não como diretriz imediata para a “verdade”, mas como uma prática de atribuir sentido, tanto simbólica como narrativamente: como uma luta sobre condições materiais e significado (BRAH, 2006, p. 360).

Desse modo, enfatiza-se o modo como os sujeitos são constituídos a partir de experiências diferenciais, que constitui um espaço discursivo, rompendo com um sujeito da experiência dado a priori. Essa é a abordagem que orienta o presente estudo, para o qual importa entender como a articulação de marcadores sociais de diferença, sobretudo gênero, raça e classe, opera na constituição de um sujeito da Proteção Social e quais serão os caminhos trilhados por esses sujeitos, que geralmente são mulheres negras pobres.

Nesse sentido, é possível considerar a potência relacionada ao conhecimento das intelectuais negras, uma vez que o conhecimento oriundo das diversas correntes do Feminismo Negro está situado como “outsiders within”, isto é, “estudiosas feministas negras podem pertencer a um dos vários distintos grupos de intelectuais marginais cujos pontos de vista prometem enriquecer o discurso sociológico contemporâneo. Trazer esse grupo – assim como outros que compartilham um status de outsider within ante a sociologia – para o centro da análise pode revelar aspectos da realidade obscurecidos por abordagens mais ortodoxas” (COLLINS, 2016, p. 101).

1.3.1 Decolonialidade

A discussão em torno da Decolonialidade emerge a partir da reflexão sobre “a centralidade do conceito de colonialidade do poder, entendido como a ideia de que a raça e o racismo se constituem como princípios organizadores da acumulação de capital em escala mundial e das relações de poder do sistema-mundo” (BERNARDINO-COSTA & GROSGOUEL, 2016, p. 17). Segundo os autores, ela pode ser entendida como “uma prática de oposição e intervenção, que surgiu no momento em que o primeiro sujeito colonial do sistema mundo moderno/colonial reagiu contra os desígnios imperiais que se iniciou em 1492” (p.17).

Larissa Rosevics (2017) apresenta as principais aproximações e divergências entre os movimentos que se contrapuseram ao Colonialismo no interior dos estudos culturais – a Pós-colonialidade e a Decolonialidade. Sobre a Pós-colonialidade, explica que “o projeto pós-colonial é aquele que, ao identificar a relação antagônica entre colonizador e colonizado, busca denunciar as diferentes formas de dominação e opressão dos povos” (p. 187). Destaca a contribuição de teóricos como Franz Fanon, Aimé Césaire e Stuart Hall para essa perspectiva, enfatizando que ela não possui uma matriz única, emergindo em diferentes polos de produção de conhecimento. Acrescenta, ainda, que, “a preocupação dos estudos pós-coloniais esteve centrada nas décadas de 1970 e 1980 em entender como o mundo colonizado é construído discursivamente a partir do olhar do colonizador, e como o colonizado se constrói tendo por base o discurso do colonizador” (p. 188).

Durante a década de 1990, alguns pesquisadores passaram a criticar o uso de teóricos europeus, tais como Foucault, Derrida ou Gramsci, para a produção do conhecimento pós-colonial. Segundo Rosevics (2017), “é neste sentido que surge a crítica decolonial, trazendo a necessidade de decolonizar a epistemologia latino-americana e os seus cânones, na maior parte de origem ocidental” (p. 189).

Linda Alcoff (2016) aposta na dimensão política da Decolonialidade como chave para a leitura da mudança proposta por essa perspectiva. Ela informa que uma epistemologia política necessariamente considera as condições que estruturam os papéis epistêmicos, revelando “como a autoridade e a presunção de credibilidade são às vezes arbitrariamente distribuídas”. Isto é, considerar o componente político da epistemologia permite ter acesso aos modos como a produção de conhecimento legitima um saber em detrimento de outros saberes, como estratégia para a manutenção dos apagamentos epistemológicos por meio da construção de um ator do conhecimento genérico, mas que vai corresponder aos aspectos identitários coloniais.

A colonialidade do poder atua como um arranjo de fronteiras entre colonizadores e colonizados, o qual produz epistemologias e modos de produção do conhecimento engajadas no projeto de assimilação do conhecimento subalterno, visando a equivalência de pensamento entre colonizadores e colonizados, isto é, a hegemonia do pensamento das posições de dominação. Nesse sentido, a perspectiva decolonial também figura como estratégia de resistência e de produção da diferença.

Propondo pensar a partir das fronteiras, Gloria Anzaldúa apresenta o conceito de “consciência mestiça”, utilizando-se justamente da posicionalidade de uma pessoa que se constitui na confluência das raças:

Em um estado constante de nepantilismo mental, uma palavra asteca que significa ‘partido ao meio’, *la mestiza* é um produto da transferência de valores culturais e espirituais de um grupo para outro. Ser tricultural, monolíngue, bilíngue, ou multilíngue, falando um patois, e em um estado de transição constante, a mestiza se depara com o dilema das raças híbridas: a que coletividade pertence à filha de uma mãe de pele escura? (ANZALDÚA, 1987, p. 705, grifo próprio).

Ainda que pressuponha um processo diferente de construção das identidades, ao assimilar para si todas elas, a consciência mestiça é estratégica no projeto decolonial ao fazer um uso subversivo das fronteiras, constituindo-se a partir dela, sem, no entanto, deixar de transitar nos domínios de identidades únicas: trata-se, justamente, de expor a dimensão volátil das identidades.

A consciência mestiça, segundo a autora, contribui para o combate aos pensamentos dualistas, que situam sujeitos em marcos opostos da existência – branco-de cor, homens-mulheres, ricos-pobres, heterossexuais-homossexuais -, expondo “a cicatrização da divisão que se origina nos próprios fundamentos de nossas vidas, nossa cultura, nossas línguas, nossos pensamentos” (ANZALDÚA, 1987). Olhar para esse processo pode ser doloroso, mas necessário, e se configura como um possível início de uma luta que conduzirá a diminuição da violência.

Alcoff (2016) propõe que se possa “mudar a geografia da razão”, por meio de um esforço para a reconstrução da epistemologia, tornando-a mais próxima da complexidade da realidade política experimentada e, dessa forma, superando o chamado “obstáculo epistemológico”, que se constitui justamente na negativa em participar desse projeto. A autora sugere que esse processo enfrenta resistências justamente porque “reclama de nós o desvelamento e a reavaliação dos conhecimentos rejeitados e o esclarecimento dos fundamentos de nossas próprias demandas de adequação ou de progresso epistêmico” (ALCOFF, 2016, p. 133).

A fronteira se constitui como “o espaço que rompe com os binarismos, isto é, onde se percebe os limites das ideias que pressupõem essências pré-estabelecidas e fixas” (BERNARDINO-COSTA, 2015). Trata-se de colocar em questão a instabilidade das

polarizações, reconhecendo que as práticas decorrentes do processo colonial produzem entrelugares compostos por diversidade e múltiplas linguagens – o que o torna dicotômico, uma sensação de “nós” e “eles” é justamente a perspectiva colonizada de contar a história de um lugar. Nas palavras do autor,

as fronteiras não são somente este espaço onde as diferenças são reinventadas, são também *loci* enunciativos de onde são formulados conhecimentos a partir das perspectivas, cosmovisões ou experiências dos sujeitos subalternos. O que está implícito nessa afirmação é uma conexão entre o lugar e o pensamento [...] afirmar o *locus* de enunciação significa ir na contramão dos paradigmas eurocêntricos hegemônicos que, mesmo falando de uma localização particular, assumiram-se como universais, desinteressado e não situados. O *locus* de enunciação não é marcado unicamente por nossa localização geopolítica dentro do sistema mundial moderno/colonial, mas é também marcado pelas hierarquias raciais, de classe, gênero, sexuais etc. que incidem sobre o corpo (BERNARDINO-COSTA, 2015).

Considerar a subalternidade como uma fração constituinte do processo colonial, por meio da percepção do lugar do sujeito subalternizado, evidenciando as relações de poder e as produções discursivas acerca dos processos de dominação.

A ênfase dessa perspectiva à posicionalidade e à identidade “desessencializada”, isto é, percebida em sua instabilidade e múltipla composição, auxiliam no trabalho de preservação da agência epistêmica, demonstrando como “as considerações política podem, em alguns casos, ser legitimamente muito importantes para a justificação” (ALCOFF, 2016, p. 134). Reconhecer que outras posicionalidades também remetem a certa dimensão de realidade e de verdade tanto quanto a perspectiva hegemônica, sem a intenção de valorar ou hierarquizar conhecimentos, oferecendo uma pluriversão da História, permite a eclosão de uma virada epistêmica e o rompimento com a assimetria entre os lugares de enunciação.

Ainda, atentar para o processo em que algumas epistemologias são desautorizadas e sistematicamente excluídas pelo colonialismo, considerando que existe um fortalecimento de outras, em um processo de disputa dos espaços de legitimidade, significa também a retomada do conceito de identidade, colocado em segundo plano por perspectivas pós-modernas/pós-estruturalistas. Não obstante, trata-se de entender a identidade como uma estabilização de um processo múltiplo e dinâmico, supondo que “experiências em diferentes localizações são distintas e que a localização importa para o conhecimento” (ALCOFF, 2016).

Brah (2006) discute também de que maneira as identidades emergem nesse campo discursivo sem que, para isso, tornem-se unidades essencializadas. Ela pondera que, se por um lado, a necessidade de criar identidades políticas conduziu alguns grupos políticos a caminhos que homogeneizam experiências comuns, afirmando uma diferença aparentemente essencializadas, por outro lado, parece que tal essencialismo pode ser estratégico, uma vez que seja advindo do ponto de vista do subalterno.

Alcoff ainda reflete que as “identidades não são vividas como um conjunto discreto e estável de interesses com determinadas implicações políticas, mas como uma localização na qual a pessoa possui vínculos com eventos e comunidades históricos e a partir dos quais se engaja em um processo de construção de sentidos e, portanto, de onde obtém uma janela para o mundo” (ALCOFF, 2016, p. 140). Propõe, portanto, que a posicionalidade constitui identidades com variadas margens de agência e que terão acesso a diferentes perspectivas de realidade e verdade. Aliás, a autora também propõe que, nessa perspectiva epistemológica, a verdade possa ocupar um espaço político, no qual o sujeito do enunciado também se constitui como um sujeito da verdade.

A Decolonialidade, portanto, oferece uma perspectiva fundamental aos objetivos desse trabalho, ao recorrer a formas de produzir conhecimento situadas no contexto do próprio campo de pesquisa: as ferramentas metodológicas, que serão apresentadas na seção seguinte, apontam para a própria produção epistêmica desenvolvida nos contextos em que foram estudadas.

1.3.2 Precariedade e Sofrimento Social

A precariedade, como aspecto inerente a condição humana na sociedade ocidental, bem como a produção teórica sobre o trauma e as vítimas sociais, vêm sendo discutidas por uma série de estudos (BUTLER, 2006; COELHO et al., 2013; DAS, 2011; DIFRUSCIA, 2010; FASSIN, 2010). A noção de que o sofrimento serve como prova última da necessidade de intervenção do Estado e das Políticas Públicas, amparado em todo um aparato técnico-científico (particularmente no campo da Psicologia), está presente também na Política de Assistência Social, por meio do conceito de “vulnerabilidade social”, amplamente utilizado nesse contexto. Ainda que se considere esse aspecto como universal, parece haver uma distribuição desigual de atenção a essa vulnerabilidade, criando hierarquia sobre quais sujeitos estão inscritos em um regime de biopolítica e quais estão situados na abjeção.

A vulnerabilidade social pode ser percebida como um conceito organizador da PNAS, que se utiliza de todo o aparato do SUAS a fim de evitar que ela se instale. Contudo, a própria política não conceitua explicitamente o que se pode entender por vulnerabilidade social: ela pode ser inferida por meio das práticas que visam preveni-la e afastá-la das famílias, mas não pode ser diretamente acessada pela definição conceitual.

Percebe-se, no cotidiano de trabalho, que se trata de um construto que remete à pobreza, à violência, ao adoecimento, ao abandono, enfim, a situações de vida que estejam em desacordo com o preconizado na legislação e que serão lidas como situações de vulnerabilidade. Por exemplo, a falta de alimentos vivenciada por uma família, devido a ausência ou escassez de renda, pode ser considerada uma situação de vulnerabilidade, uma vez que pode gerar situação de fome, de desnutrição ou de trabalho infantil, que estão em desacordo com o direito à alimentação, à saúde e à infância sem trabalho.

Considerando o uso desse construto pela Política de Assistência Social e nas práticas dela decorrentes, lanço a seguinte questão: e se utilizássemos, ao invés da ideia de vulnerabilidade como algo que afeta determinados sujeitos, a noção de precariedade, conforme adotada por Butler (2006), como uma condição intrínseca a vida, coexistindo, entretanto, diferentes regimes de atenção voltados a tal condição?

Butler ajuda a pensar de que maneira uma vida passa a ser considerada como tal, quais vidas podem ser choradas diante da morte ou da perda e o valor simbólico que o luto representa em diferentes registros de vida. A autora reflete: “(...) algumas vidas valem a pena, outras não; a distribuição diferencial da dor que decide que classe de sujeito merece um luto e que classe de sujeito não, produz e mantém certas concepções excludentes de quem é normativamente humano: o que conta como vida vivível e morte lamentável?” (BUTLER, 2006, p. 16-17). Considerando essas análises em tempo de tantos discursos de intolerância como o que estamos vivendo, em que se observa o endurecimento das leis penais, cabe, segundo Butler, a reflexão sobre quais corpos recaem as penalidades mais desumanas, em contraponto a modos de vida que são sistematicamente protegidos e celebrados, ainda que inflijam dor e medo a uma parte da população.

Butler (2006) reflete, em seu trabalho, mais especificamente sobre a relação entre os Estados Unidos e os países árabes, de modo particular o Iraque e o Afeganistão. No caso brasileiro, pode-se utilizar suas reflexões para pensar a relação entre a política de segurança

pública e a população negra, por exemplo, principalmente a que está situada na porção mais pobre das metrópoles; ou entre a indústria do agronegócio e os movimentos sociais dos sem-terra; ou, ainda, entre setores da igreja evangélica e os fiéis dos terreiros de religiões de matrizes africanas, só para citar algumas possibilidades. Não se trata apenas de lados opostos de uma violência indefinida, mas, como sugere a autora, de uma distribuição desigual do luto, da solidariedade e da possibilidade de reclamar uma vida que valha a pena ser vivida.

Didier Fassin (2010) examina os modos como a ciência vem produzindo a noção de trauma e de que modo ela repercute nos processos de subjetivação de pessoas que passaram por situações de violência ou terror. Ele descreve o uso que se faz das cenas de estresse como explicação para eventos físicos, psicológicos e sociais, de modo que o trauma assume um lugar de identidade para aquelas pessoas que, então, constituem-se como vítimas. O autor aponta que “as pessoas afetadas pelos ataques terroristas eram duplamente vítimas: em primeiro lugar, da violência do ataque por ele mesmo e suas consequências físicas e psicológicas, e em segundo lugar, da conspiração de silêncio que os cercou, mergulhando-lhes em esquecimento e negação” (FASSIN, 2010, p. 110). Essa assertiva é operativa para as análises empreendidas nesta dissertação, na medida em que permite refletir sobre as formas com que um sujeito pode ser aprisionado em um lugar de vitimização, de modo que sua experiência singular já não seja escutada.

Nessa mesma esteira, Veena Das (2011) reflete sobre o lugar das testemunhas dentro de um contexto de violência e de sofrimento. Pensando o contexto da Partição da Índia, na década de 1940, a autora analisa o que pode ser dito em uma situação de defesa política de determinadas posições. Ela aponta que “[...] a afirmação da natureza única do ser contra a letra da lei não está localizada na submissão à imediatez da necessidade ou do desejo. Em lugar disso, a zona entre duas mortes é identificada como a zona a partir da qual a verdade indizível sobre a natureza criminosa do direito pode ser dita” (DAS, 2011, p. 14). O testemunho, pensado em contextos de consequências extremas, conduz a produção de verdades sobre determinados sujeitos que determinarão efeitos, individuais e coletivos, de modo que se trata de uma posição estratégica para os destinos políticos aos quais determinadas populações podem ser conduzidas.

1.3.3 Racismo Institucional

A literatura referente à temática do Racismo Institucional assinala como importante entrave ao acesso de pessoas negras a educação, trabalho e emprego, saúde, assistência social, entre outros direitos fundamentais garantidos constitucionalmente. Pode-se compreender o fenômeno, conforme documento elaborado pela ONG Géledes (2013), a partir da perspectiva de mecanismo estrutural, performativo ou produtivo, “capaz de gerar e legitimar condutas excludentes, tanto no que se refere a formas de governança quanto de *accountability*”, isto é, que garante a exclusão seletiva dos grupos racialmente subordinados. Conforme Avtar Brah (2006):

Processos de racialização são, é claro, historicamente específicos, e diferentes grupos foram racializados de maneira diferente em circunstâncias variadas, e na base de diferentes significantes de “diferença”. Cada racismo tem uma história particular. Surgiu no contexto de um conjunto específico de circunstâncias econômicas, políticas e culturais, foi produzido e reproduzido através de mecanismos específicos e assumiu diferentes formas em diferentes situações (BRAH, 2006, p.344)

Ou seja, significa que as macroestruturas que constituem a sociedade atuam sobre as instituições, segregando grupos e sujeitos a partir de sua raça/cor de maneira específica e direcionada. Aponta-se, por exemplo, que quanto mais clara a pessoa é considerada, maiores são as possibilidades de ocupar posições de maior relevância e prestígio. Em contrapartida, quanto mais escura a pessoa é considerada, maiores são as possibilidades de ocupar posições subalternas e precarizadas.

Além disso, existe a dimensão ideológica do racismo, o qual direcionará a constituição de prioridade das demandas e a economia moral diante das experiências dos sujeitos, reforçando estereótipos e legitimando culturas de segregação. Ao que parece, esse nível de racismo atua como agente de invisibilização para outras dimensões do fenômeno, dificultando a identificação de práticas racistas como tal e perpetuando o mito da “democracia racial”.

Existe, ainda, a noção subjetiva e relacional do racismo, de modo que os efeitos dos racismos institucionais sancionam regimes de verdade, engendrando modos de subjetivação e estabelecendo relações assimétricas de poder. No contexto das políticas públicas, esses efeitos geram desproteção social, ao passo que: a) ampliam e disseminam práticas de ação focalizadas nos tidos como incapazes de gerar riqueza própria, em um processo de re-filantropização das políticas sociais; b) reduzem os objetivos das políticas públicas à remediação dos efeitos colaterais da competição capitalista; c) abandonam a perspectiva de

redistribuição e transformação social; d) reduzem a capacidade de redução ou eliminação das disparidades raciais e de gênero, entre outras (GELEDÉS, 2013).

1.3.3 Branquitude

A produção teórica referente à Branquitude, isto é, sobre “os traços da identidade racial do branco brasileiro a partir das ideias sobre branqueamento” (BENTO, 2002, p. 25), deu-se a partir de uma demanda em deslocar o objeto de investigação das relações raciais dos sujeitos negros, tensionando o lugar do branco como sujeito universal e não-racializado. Conforme sugere Lia Schucman,

Branco: cor, raça, grupo, cultura? Afinal, o que é ser branco no Brasil contemporâneo? Definir o que é Branquitude, e quem são os sujeitos que ocupam lugares sociais e subjetivos da Branquitude é o nó conceitual que está no bojo dos estudos contemporâneos sobre identidade racial branca. Isso porque, nessa definição, as categorias sociológicas de etnia, cor, cultura e raça se entrecruzam, colam e se descolam umas das outras, dependendo do país, região, história, interesses políticos e época investigados. Ser branco, ou seja, ocupar o lugar simbólico de Branquitude, não é algo estabelecido por questões genéticas, mas sobretudo por posições e lugares sociais que os sujeitos ocupam (SCHUCMAN, 2014, p.84).

Constitui-se como um campo que se presta a pensar o lugar de privilégio ocupado pelos sujeitos considerados como brancos, mas também a pensar as heterogeneidades e assimetrias que existem em um grupo supostamente coeso, visibilizando as hierarquias existentes entre as diferentes tonalidades de pele clara, atravessadas pela etnicidade e pela classe, bem como pelos ideais fomentados pela ideologia do embranquecimento. Assim, conforme sugere Simone Nogueira (2013, p. 25), no contexto brasileiro, em que a racialização está fortemente atrelada ao fenótipo, uma pessoa que tenha a pele clara, ainda que tenha “sangue negro”, pode ser considerada como parda; se pertencer a um estamento social ou financeiro mais privilegiado, pode ser considerada como branca.

Trata-se, portanto, de uma necessária problematização dos efeitos das estruturas de poder remanescentes do período da colonização, “compreendendo-o como uma rede na qual os sujeitos brancos estão consciente ou inconscientemente exercendo-o em seu cotidiano por meio de pequenas técnicas, procedimentos, fenômenos e mecanismos que constituem efeitos específicos e locais de desigualdades raciais” (SCHUCMAN, 2012, p. 23). Em sua relação com gênero e classe, oferece ferramentas epistemológicas para a compreensão da economia

de desejos e de acesso, materializada na naturalização de ideais de beleza relacionados a “feições europeias” e a hipervalorização das culturas identificadas como mais eruditas e complexas.

Importa perceber como a noção de sujeito universal proposta na política de Assistência Social está ideologicamente alinhada com a Branquitude. Percebe-se um processo de homogeneização da experiência de pobreza, em que não são considerados, do ponto de vista da execução do trabalho, os demais marcadores sociais da diferença.

1.4 Abordagens etnográficas: narrativas e trajetórias/histórias de vida

Falar de história de vida é pelo menos pressupor – e isso não é pouco – que a vida é uma história e que, como no título de Maupassant, uma vida, uma vida é inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história (BOURDIEU, 1996, p. 183)

Durante o percurso do mestrado, após ter em mente a questão de pesquisa e o campo onde realizá-la, pensei que o espaço pertinente para tal exercício era o meu local de trabalho. Contar as histórias que ouvia durante o expediente, ter a oportunidade de refletir a respeito dessas falas de uma maneira mais consistente do que o possível no processo de trabalho, enfim, oferecer às minhas indagações cotidianas toda a sistematização analítica que um mestrado acadêmico poderia oferecer, talvez como um comum cacoete dos trabalhadores de políticas públicas no seu contato com as Universidades.

Com o passar do tempo, contudo, algumas decisões de gestão na Política de Assistência Social do Estado foram tomadas e a organização dos espaços de trabalho foi reconfigurada, o que incluiu o local onde eu exercia minha atividade. Muitas demandas a respeito dos serviços de acompanhamento eram endereçadas à Psicologia (isto é, a mim), de modo que eu, antes tão itinerante pelo território, percebi-me uma burocrata atrás de uma mesa, entre planilhas, prontuários e registros de usuários em acompanhamento.

O trabalho que me inspirou a buscar crescimento na formação, a cada dia, tornava-se mais estéril e cansativo. Somava-se a isso muita pressão por resultados, a falta de recursos para executar a maioria das ações, o aumento da violência no território, que atingiu também o CRAS.

Percebi que a minha permanência naquele serviço estava sufocando toda a vontade de estar com as pessoas, assim como de seguir estudando sobre aquele local. Precisava sair. Foi quando protocolei um pedido formal de remoção do meu setor para qualquer serviço da Secretaria Municipal de Saúde de Alvorada. Após alguns meses de angustiante espera, fui realocada em um serviço de Saúde Mental daquela cidade.

Ainda encontro algumas usuárias com as quais convivi no CRAS circulando pelos equipamentos de saúde, vivendo suas vidas que tanto me interpelaram. Retomei a reflexão sobre onde realizar o campo da pesquisa, e considerei importante seguir pesquisando no contexto da Assistência Social. Seria também possível analisar as trajetórias de vida de mulheres, mais particularmente de mulheres negras, no interior da rede de saúde, mas me pareceu que algo dessa relação, da questão que me mobilizou, ficaria esvaziada. Ainda que as mulheres utilizem as redes de solidariedade e as estratégias de articulação para o acesso à Saúde, como será discutido no quarto capítulo, parece-me que a circulação na Assistência Social guarda particularidades próprias, associadas a um maior número de encaminhamentos e de espaços para atendimento das usuárias, acionando um conjunto talvez mais patente de habilidades pessoais para a manutenção no atendimento da PSB.

Optei, então, por realizar o estudo em um serviço vinculado à Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), em Porto Alegre. Ainda que esse município tenha características bastante diversas de Alvorada, apostei na possibilidade de que a minha questão conversasse com outros contextos de pesquisa. Assim, conforme sugestão da banca de qualificação do projeto de pesquisa, selecionei um distrito que possuísse características semelhantes à realidade sociodemográfica que percebia no meu cotidiano de trabalho. O local escolhido foi o CRAS Partenon.

O CRAS Partenon está situado em um dos distritos com maior diversidade populacional e econômica do município de Porto Alegre, porém com uma presença significativa de pessoas autodeclaradas negras. Além disso, tratava-se de um local de fácil acesso, por ser próximo a uma avenida com muitas opções de transporte, viabilizando o deslocamento de aproximadamente 20 km entre o meu local de trabalho e o de realização da pesquisa – não bastava considerar apenas as características do local, era preciso reconhecer a factibilidade da pesquisa devido a minha limitação de tempo para o deslocamento e a permanência no campo, inerente à condição de trabalhadora-pesquisadora.

O bairro onde se localiza o serviço que me recebeu situa-se na zona leste do município. A história oficial relata que se trata de uma região que foi nomeada como Partenon devido à presença de um grupo de escritores cuja associação se intitulava “Parthenon Litterario”, no ano de 1868. O objetivo dos literatos era o de construir uma sede que se remetesse ao Partenon Grego e, por isso, lançaram a pedra fundamental do edifício no alto de um morro, onde hoje se situa a paróquia Santo Antônio do Partenon (PORTO ALEGRE, 2017).

A despeito do nome imponente, o Partenon caracterizou-se como uma região de Porto Alegre relegada aos excluídos, aos não desejados pelo centro da cidade. Não ao acaso, o então “Arraial do Partenon” recebeu, em 1884, o Hospital São Pedro, instituição que serviu ao propósito da reclusão de pessoas consideradas “alienadas” (CHEUICHE, 2004). Ainda hoje, o espaço presta atendimento como hospital psiquiátrico, oferecendo atendimento ambulatorial e internação para pessoas oriundas da região metropolitana de Porto Alegre e do interior do estado do Rio Grande do Sul.

Homens e mulheres negros/as mais velhos do que eu e que residem em Porto Alegre desde o , a comunidade negra de Porto Alegre, ao fim do século XIX e início do século XX, concentrava-se nos bairros Rio Branco, Moinhos de Vento, Bom Fim, Cidade Baixa e Menino Deus, em áreas cedidas por pessoas que utilizavam a mão-de-obra de pessoas negras escravizadas, no período pós-abolição da escravidão no Brasil. Constituíam-se como uma área pouco atendida pelo poder público, marcada pela precarização de recursos básicos e pela presença de violência, de modo que, com o crescimento da cidade e a expansão territorial, as pessoas negras começaram a ser expulsas dessa região, sob o pretexto da urbanização e do pagamento de impostos territoriais.

Dessa forma, a população negra migrou para as regiões mais afastadas do centro, tais como Restinga, Rubem Berta, Vila Cruzeiro, Lomba do Pinheiro e Partenon. Ainda hoje, esses bairros são os que apresentam a maior concentração de pessoas negras no município. O bairro Partenon apresenta pouco mais de 25% de sua população autodeclarada negra⁸, considerando que o percentual do município fica em cerca de vinte pontos percentuais.

O bairro foi criado pela Lei 2022 de 7/12/59, com limites ampliados no sentido leste, pela Lei 6572 de 08/01/90. Integra a região Partenon do Orçamento Participativo (OP),

⁸ Para a autodeclaração, o município de Porto Alegre utiliza os critérios estabelecidos pelo IBGE para categoria de raça/cor, reunindo a categoria preto e a pardo.

juntamente aos bairros Cel. Aparício Borges, São José, Santo Antônio e Vila João Pessoa. Essa divisão é utilizada para fins de setorização da cidade e atendimento das demandas específicas de cada local. Faz vizinhança com os bairros Glória, Santana, Santa Cecília, Jardim Botânico, Jardim do Salso, Jardim Carvalho e Agronomia (PORTO ALEGRE, 2017).

A região possui muitos estabelecimentos comerciais e espaços para prestação de serviço, principalmente nas avenidas de maior movimento. Não obstante, boa parte da população do Partenon trabalha em outros locais da cidade, de modo que o transporte se constitui numa questão-chave para o deslocamento dos cidadãos desse local. O bairro conta com onze linhas de ônibus, distribuídas pelas vilas e pela porção habitada pela classe média da região. Existe um projeto da atual gestão do município de Porto Alegre para limitar o itinerário dos ônibus que servem as vilas (não só do Partenon, mas do município como um todo) até os terminais intermediários, utilizando-se de um sistema precarizante de “baldeação”.

O CRAS está situado na Região Partenon do Orçamento Participativo, ou seja, além do bairro Partenon, ele atende a região da Agronomia, Intercap e Jardim Bento Gonçalves. Segundo informações do observatório de Porto Alegre, a Região possui 118.923 habitantes (cerca de 8% da população municipal), com área de 14,57 km² (cerca de 3% da área municipal) e densidade demográfica de 8.162,18 hab./km². Ainda, a taxa de analfabetismo é de 2,9% e o rendimento médio dos responsáveis por domicílio é de 3,58 salários mínimos. O serviço se situa também no bairro Partenon, de modo que os moradores dos bairros mais afastados do CRAS são atendidos em equipamentos auxiliares – a equipe volante do CRAS e os Serviços de Atendimento à Família (SAF). A equipe volante atende no Centro de Relação Institucional Participativa do Partenon (região 7), situado no bairro Agronomia, o SAF ILEM está localizado no bairro Vila São José e o SAF ACCAT encontra-se no Campo da Tuca (figura 1).

Os SAF's são serviços constituídos a partir dos antigos módulos da Assistência Social no município, equipamentos anteriores a implementação do SUAS no município, que ocorreu em 2007 (PORTO ALEGRE, 2017). Não estão previstos na política nacional e, por esse motivo, não podem executar PAIF, ainda que estejam integrados ao trabalho do CRAS e executem atividades similares ao PAIF, tais como acompanhamento familiar, acolhida de usuários, grupos de desenvolvimento, orientação à comunidade sobre direitos e benefícios, entre outras ações. Não realizam inclusão no Cadastro Único para Programas Sociais

(CadÚnico), de maneira que a demanda é direcionada ao CRAS Partenon. Esses serviços, a rigor, não recebem financiamento federal, sendo mantidos por meio de verba municipal. A equipe mínima é composta por um psicólogo e um assistente social, a qual é integralmente contratada por entidade conveniada à prefeitura municipal (SOME) e desenvolvida em espaços cedidos pela comunidade (por exemplo, o atendimento à população do Jardim Bento Gonçalves e Agronomia é realizado no CRIP Partenon). Trata-se de um modelo precarizado, com alta rotatividade de profissionais e espaço físico que limita a ação preconizada pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

A equipe do CRAS onde foi realizada a pesquisa é composta por uma coordenadora, uma assistente social e uma Auxiliar Administrativo, provenientes do quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Complementam a equipe dois assistentes sociais, duas psicólogas, dois educadores sociais, a equipe de cadastradores do CadÚnico e um porteiro, que foram contratados por empresa conveniada a prefeitura. A equipe está sediada em casa alugada pela prefeitura, composta por prédio de dois pavimentos (térreo e subsolo), divididos em uma sala de espera, três salas de atendimento, duas salas de grupo, uma sala para os educadores sociais, uma sala para a inclusão no CadÚnico, uma sala para atividades administrativas, uma sala para os técnicos sociais, duas salas usadas como depósito, um banheiro para usuários, um banheiro para a equipe e uma cozinha.

Os educadores sociais realizam a atividade de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) com os idosos no ambiente do CRAS. A prefeitura de Porto Alegre também terceiriza o atendimento em SCFV, estabelecendo convênios com diversas entidades no município. Para o CRAS Partenon, existem três entidades conveniadas para encaminhamento de crianças e de adolescentes, que devem, antes, passar por avaliação técnica da equipe do CRAS: o Instituto de Assistência e Proteção à Infância (IAPI), A Pequena Casa da Criança e o Instituto Vida Solidária.

A partir da inserção no local, pude perceber um processo de enfraquecimento do serviço em sua capacidade de atendimento, ocasionada pela sistemática negligência do poder público em fornecer subsídios ao trabalho da equipe. Considero que essas mudanças observadas no campo vão ao encontro de movimentos mais amplos que acontecem em todo o município de Porto Alegre, bem como nas instâncias estadual e nacional da política, de modo

que analisarei essas informações no terceiro capítulo, dedicado à discussão acerca do que chamei de a “gestão das precariedades”.

A escolha metodológica para esse trabalho procurou contemplar tanto a abordagem onde os saberes que dialogam com a pesquisa emergem, como a pertinência das estratégias investigativas para atingir os objetivos propostos pelo projeto. Dessa maneira, um estudo etnográfico, em que fosse possível a imersão da pesquisadora no campo, procurando vivenciar o cotidiano do serviço e a circulação das mulheres, pareceu uma profícua aposta. Tal método possibilitou olhares múltiplos sobre o tema, ou, em outras palavras, “a Etnografia reconstitui as visões da base mais variadas do que se imagina; permite o cruzamento de diversos pontos de vista sobre o objeto, torna mais clara a complexidade das práticas e revela a sua densidade” (BEAUD & WEBER, 2007, p. 10-11).

Procurei, então, a partir da imersão etnográfica no serviço, atentar para as trajetórias de vida de mulheres negras usuárias do CRAS Partenon. Para tanto, optei, em um primeiro momento, em realizar entrevistas etnográficas centradas nas narrativas biográficas das mulheres e em suas experiências com a rede da Assistência Social, bem como em utilizar a observação participante no CRAS e em outros lugares acompanhando as mulheres. Não obstante, as entrevistas não foram possíveis de serem realizadas conforme planejado, devido ao momento político atravessado no local da pesquisa, no qual a equipe estava fragilizada e as usuárias demonstraram não ter interesse em participar de entrevistas de caráter mais estruturado. Por outro lado, foram bastante receptivas em falar livremente comigo e permitirem o registro em diário de campo.

Conforme Fernando Fernandes (2007, p. 490), a observação participante é “uma técnica de levantamento de informações que pressupõe convívio, compartilhamento de uma base comum de comunicação e intercâmbio de experiências com o(s) outro(s) primordialmente através dos sentidos humanos: olhar, falar, sentir, vivenciar... entre o pesquisador, os sujeitos observados e o contexto dinâmico de relações no qual os sujeitos vivem e que é por todos construído e reconstruído a cada momento”. Essa técnica pressupõe que o pesquisador tenha uma postura adequada diante dos sujeitos da pesquisa, respeitando as regras e os limites do próprio pesquisador e do local em que esteja inserido.

A propósito das trajetórias, a perspectiva utilizada vai ao encontro da produção a respeito das narrativas biográficas e sua relação com a etnografia, uma vez que “podem ser

dispositivos para criar pessoas, personalidades, santos, heróis e fracassados, ou, ainda, incorporar ideias e valores – ideologias e moralidades – em vidas concretas considerando-as como passíveis de serem expandidas, supondo a vida como modelo passível de imitação” (KOFES, 2015, p. 36). A expectativa é a de que, ao reconstituir seus percursos de acompanhamento, as falas das mulheres evidenciem racionalidades, narrativas e práticas referentes aos eixos de sujeição aos quais a literatura apontam que estão submetidas.

Ainda, Michel De Certeau (1998) complementa a ideia de trajetória ao referi-la como “um movimento, mas resulta ainda de uma projeção sobre um plano, de uma redução. Trata-se de uma transcrição. Um gráfico (que o olho pode dominar) é substituído por uma operação; uma linha reversível (que se pode ler nos dois sentidos) dá lugar a uma série temporalmente irreversível; um traço, a atos” (DE CERTEAU, 1998, p. 46). Nesse sentido, na trajetória de vida haverá elementos que ficam de fora do discurso, evidenciando seu caráter parcial, mas que também compõem o plano de sentidos que sustenta a própria narrativa, demonstrando um potencial para que diferentes trajetórias, ainda que singulares, possam compartilhar a mesma perspectiva. O autor segue destacando que a história de vida possui um traçado particular conferido pelo narrador, que vai situar um ponto de partida, uma origem, bem como a ordem em que os fatos serão apresentados. Da mesma forma, o desfecho, que se organiza como uma chegada a um objetivo, a um ponto onde se desejava realizar o fechamento desse gráfico.

Assim, a escolha inicial pela reconstrução de trajetórias deu-se a partir da expectativa de, por meio delas, ser possível a problematização de diferentes elementos que pudessem emergir nas histórias narradas, tais como aspectos referentes à Interseccionalidade gênero-raça-classe, entre outros, ao Racismo ou outras violências no âmbito institucional, à lógica de gestão dos corpos da política de Assistência Social, mas também às margens de agência das usuárias diante do acompanhamento, dos movimentos de resistência e trajetórias fugidias utilizadas por elas. Na perspectiva interseccional, a noção de trajetória é central, pois se utiliza a concepção de experiência e busca-se compreender como os arranjos entre os marcadores vão ocorrendo ao longo da vida de uma pessoa.

Enquanto aguardava o processo de autorização do projeto pela FASC, já aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS, por meio do parecer consubstanciado nº 1899476, procurei me apropriar, pela internet, do funcionamento do CRAS, da oferta de serviços, da demanda de usuários, enfim, de como estava organizada a rede socioassistencial.

Quando obtive a permissão para a pesquisa e fui conversar com a equipe, percebi que existia uma defasagem em relação ao que estava veiculado pela página da prefeitura municipal. A oferta de serviços era bastante restrita, não apenas naquele local, como em todo o município (no terceiro capítulo, seção “o desmonte de uma política”, tratarei, de maneira mais detalhada, sobre esse cenário). Pelas características teórico-conceituais do estudo, procurei eleger os espaços coletivos como foco da pesquisa, divididos entre sala de espera, acolhida e grupo de desenvolvimento.

A situação funcional dos trabalhadores tornou-se cada vez mais crítica, chegando ao ponto, transcorridos três meses de pesquisa e sete visitas ao campo, de que quase toda a equipe de técnicos sociais havia recebido aviso de demissão. Além da evidente fragilização da equipe, os serviços precisaram ser reformulados de modo que as duas trabalhadoras que permaneceriam no CRAS (a coordenadora e uma assistente social) pudessem dar conta das atividades. Muitas famílias foram remanejadas para um único grupo de desenvolvimento, assim como algumas famílias tiveram o acompanhamento temporariamente descontinuado. Principalmente, percebo que houve uma desmobilização das usuárias, evidenciado na ausência de diversas no último encontro que eu acompanhei.

Nessa oportunidade, inclusive, conversei com uma das usuárias sobre a sua história de vida, a qual me foi narrada espontaneamente. Contudo, quando solicitei que realizássemos uma entrevista individual, ela negou-se a participar. Essa negativa produziu um efeito reflexivo, fazendo-me atentar ao fato de que, em um contexto de fragilização e corte dramático dos vínculos entre trabalhadores e usuários, qualquer declaração que elas pudessem dar remontaria ao discurso em defesa do CRAS e do acompanhamento como espaço de favorecimento na superação das dificuldades vivenciadas por elas. Além disso, revisando o Diário de Campo, percebi que havia um conteúdo bastante vasto, mais do que suficiente para a produção escrita da experiência etnográfica.

Atentei para a fala da usuária, que desejava falar livremente, sem os contornos metodológicos de uma entrevista – que, por mais “livre” que seja conduzida, tem as características de uma assimetria, de quem porta as perguntas, de quem porta o gravador. Conforme ensina Claudia Fonseca (2000, p. 64), “o pesquisador, um intruso mais ou menos tolerado no grupo, não nutre mais a ilusão de estar ‘em controle da situação’. É justamente aqui, quando seu mal-estar, sua incompetência nas linguagens locais o obriga a reconhecer

dinâmicas sociais que não domina bem, que o antropólogo sente que está chegando a algum lugar”.

O diário constitui-se como memória da pesquisadora, mas também como fonte de informações-chave para análise, ao sinalizar cenas e eventos relevantes para a pesquisa, mas que não foram enunciados ou mesmo não se mostraram tão significativos em um primeiro momento. Ele serve também para registro de conteúdos não verbais, como movimentos do grupo ou sensações, percepções e emoções da pesquisadora na experiência do campo. Conforme salientam Beaud e Weber:

É o diário de campo que consiste, igualmente, em sua arma principal quando se trata de uma pesquisa por distanciamento. De fato, esta se fundamenta sobre a reflexividade. [...]. É por escrito que se deve responder a essas questões. Isso o ajudará a romper com seus hábitos, a desfazer de seu ponto de vista original. Mas é preciso que os tenha anotado antes de eles terem-se desfeito (BEAUD & WEBER, 2007, p.37).

A pesquisa com seres humanos requer que a sensibilidade do pesquisador esteja aguçada o tempo inteiro. Utilizar a ferramenta mais pertinente conforme os fluxos das intensidades do campo permitirá uma permanência mais frutífera e engajada durante o estudo. O conhecimento produzido que decorre desse tipo específico de pesquisa leva em conta a parcialidade das formulações, consideradas circunscritas, datadas e sujeitas aos aspectos subjetivos do pesquisador. Aliás, a etnografia não opera com a premissa de que as informações estejam dadas pelo campo, relegando ao pesquisador a tarefa de coletá-las, mas requer a ação da pesquisa para a produção das cenas, registros e memórias que irão compor o estudo.

(...) tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um ‘sujeito’ cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações. Os acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado (BOURDIEU, p. 189-90).

Conforme Kofes (2015), por meio de narrativas, a pesquisadora pode utilizar-se das biografias narradas como registro do processo social. Isso porque essa perspectiva procura

romper com dicotomias como indivíduo/sociedade, particular/universal, sem, no entanto, objetivar uma generalização.

A expressão de experiências supõe uma dimensão narrativa, e não uma redução à linguagem: ela dramatiza um vivido. Como meio de expressão, a narrativa daria forma e temporalidade à experiência, sem a dicotomia entre a percepção e a conceituação do mundo, sem partir de uma totalidade pré-fixada – como na dicotomia indivíduo e sociedade, por exemplo (KOFES, 2015, p. 35).

Da mesma forma, entender quando chega o momento de encerrar a pesquisa, principalmente por respeito e proteção dos participantes, constitui-se um dos principais sustentáculos da ética em pesquisa. Senti que o momento de encerrar a inserção no campo havia chegada e optei por solidarizar-me aos colegas e iniciar essa escrita, meu compromisso com as usuárias.

2. HISTÓRIAS DE VIDAS

A partir da experiência da inserção no campo, a qual será retomada em detalhes no terceiro capítulo, senti a necessidade de que as trajetórias de vida das mulheres com as quais convivi durante a pesquisa fossem narradas por meio de “escrevivências”, conceito cunhado pela escritora Conceição Evaristo, o qual põe em perspectiva os usos da escrita e a construção de pautas políticas, referentes aos traços do/a autor/a presentes na narrativa (MATTOS & XAVIER, 2016). Trata-se, assim, de poder contar as histórias dessas mulheres por meio da minha própria história como trabalhadora e pesquisadora negra. Nessa perspectiva, conforme Evaristo (2017, p.13), “as histórias são inventadas, mesmo as reais, quando são contadas”. Isso se dá em um processo em que a autora se coloca no espaço aberto entre a invenção e o fato, utilizando-se dessa profundidade para construir uma narrativa singular, mas que aponta para uma coletividade.

Conforme sugere Luiz Henrique Oliveira, as narrativas de Conceição Evaristo emergem desde um lugar de enunciação solidário e identificado com o contexto da periferia, principalmente no que diz respeito às mulheres negras. O autor também identifica três elementos que compõem as escrevivências - corpo, condição e experiência. Oliveira explica que:

(...) o primeiro, reporta à dimensão subjetiva do existir negro, arquivado na pele e na luta constante por afirmação e reversão de estereótipos. Lê-se o passado e a tradição contrabandeando-os, saqueando-os. A representação do corpo funciona com o ato sintomático de resistência e arquivo de impressões que a vida confere. O segundo aponta para um processo enunciativo fraterno e compreensivo com as várias personagens que povoam a obra. [...] O terceiro, por sua vez, funciona tanto como recurso estético quanto de construção retórica, a fim de atribuir credibilidade e persuasão à narrativa (OLIVEIRA, 2009, p.88).

Entendo, portanto, que contar as histórias dessas mulheres por meio de ficção aponta para a minha história e militância como mulher/psicóloga/pesquisadora negra, que deseja acolher histórias de vida e enunciá-las por meio de uma escrita que atravessa a minha própria experiência. Escolhi utilizar fragmentos contidos no Diário de Campo e organizá-los como narrativas, criadas com base na minha experiência de vida, pessoal e profissional, bem como informadas pelas histórias narradas por outras mulheres negras da minha ancestralidade, que também pertenciam a mesma classe social que as mulheres usuárias do CRAS, ainda que em outro tempo histórico. Luis Artur Costa afirma que “reinventando nossa realidade

independente dos estados de coisas referentes, podemos torná-la ainda mais real, mais complexa, densa e intensa ao intrincar suas tramas com novas possibilidades de relação. A ficção fia mundos onde a confiança ultrapassa a fidedignidade sem perder realidade” (COSTA, 2014, p. 553). Assim, são histórias que remetem à singularidade de cada usuária, mas também à coletividade da história das mulheres negras pobres, tanto em Porto Alegre, como em outras partes do Brasil, como evidenciam as obras de Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, entre outras autoras negras que falaram sobre a sua história de vida.

Recorri às falas das mulheres que participavam de grupos de desenvolvimento do CRAS e de acolhidas⁹. Foram em torno de oito mulheres, com idades entre 15 e 59 anos. Participavam do CRAS devido a demandas familiares, de modo que a maioria tinha filhos, embora não seja um critério para a participação nas atividades. Poucas possuíam companheiro, bem como as que tinham não necessariamente viviam em situação estável. Durante o período de campo, não foi possível acessar informações sobre escolaridade, rendimentos ou religião. Para contar essas histórias e preservar a confidencialidade das participantes da pesquisa, utilizei, no lugar do nome das usuárias, nomes de ruas do território: selecionei tanto nomes femininos existentes na região quanto feminizei os nomes masculinos (João do Rio tornou-se Joana; Paulino Azurenha, Paulina). Essa escolha foi feita como forma de reconhecimento da importância do território para a constituição dessas mulheres, e dessa população em geral.

Embora o território atendido pelo CRAS compreenda vários bairros, com diferentes realidades socioeconômicas, depreendia-se, da fala dessas mulheres, que a condição de moradora de uma vila/favela delimitava a forma como elas viviam e se relacionavam com a política pública. As histórias que escutei delas em campo sobre o seu território, sobre a suas vidas, as relações com a família, com a vizinhança e com os serviços da rede de assistência social servirão como suporte aos próximos capítulos desta dissertação, aparecendo como narrativas outras que foram enunciadas no decorrer da pesquisa, mas também operaram como fragmentos que foram se compondo para dar origem às histórias que seguem.

⁹ Essas atividades compõem o trabalho desenvolvido no ambiente do CRAS, sendo a acolhida um espaço para o primeiro atendimento à demanda das usuárias e o grupo de desenvolvimento, uma metodologia para o acompanhamento familiar ligado ao PAIF. Ambas as atividades serão explicadas no terceiro capítulo, na seção “O CRAS Partenon”.




2.1 Escrevivendo...

Joana desce a rua para ir ao CRAS Partenon. Ela faz parte de um dos grupos de acompanhamento familiar coordenados pelo serviço. Está com 53 anos, todos eles vividos na mesma vila situada nesse bairro. É uma mulher negra, de olhos e pele escuros, cabelo curto e crespo. Embora não seja muito alta, Joana tem pernas e braços longos, o que lhe confere um andar altivo, de passos firmes. Com a passagem do tempo, perdeu alguns dentes, o que de modo algum impede que siga com seu sorriso largo e seu modo de ser acolhedor e amigável. É reconhecida pelos vizinhos como uma pessoa “que se dá com todo mundo”, o que lhe possibilita um trânsito facilitado pelas ruas do bairro.

A mãe de Joana, D. Paulina, era uma mulher de origem indígena, natural da fronteira oeste do Estado, que veio acompanhando a família para quem trabalhava no interior – dois filhos de um barão que vieram morar em Porto Alegre para frequentar a faculdade. Com apenas 19 anos, passava o dia cuidando da casa e dos dois rapazes a quem praticamente criou, ainda que não acumulasse dois ou três anos de idade a mais do que eles. Conheceu Bento, seu esposo, casualmente: trabalhador da construção civil, ele estava erguendo uma casa na frente do edifício em que Paulina morava. Era um homem de seus 28 anos, negro, muito alto, de expressão imponente, sempre muito sério (resultado de alguns anos de serviço militar).

Não precisou de muito tempo até que um notasse a presença do outro, apaixonassem-se e resolvessem morar juntos. Como Bento não permitia que Paulina morasse no emprego, ela foi obrigada a deixar o apartamento. O novo casal soube de um terreno baldio que estava sendo ocupado por

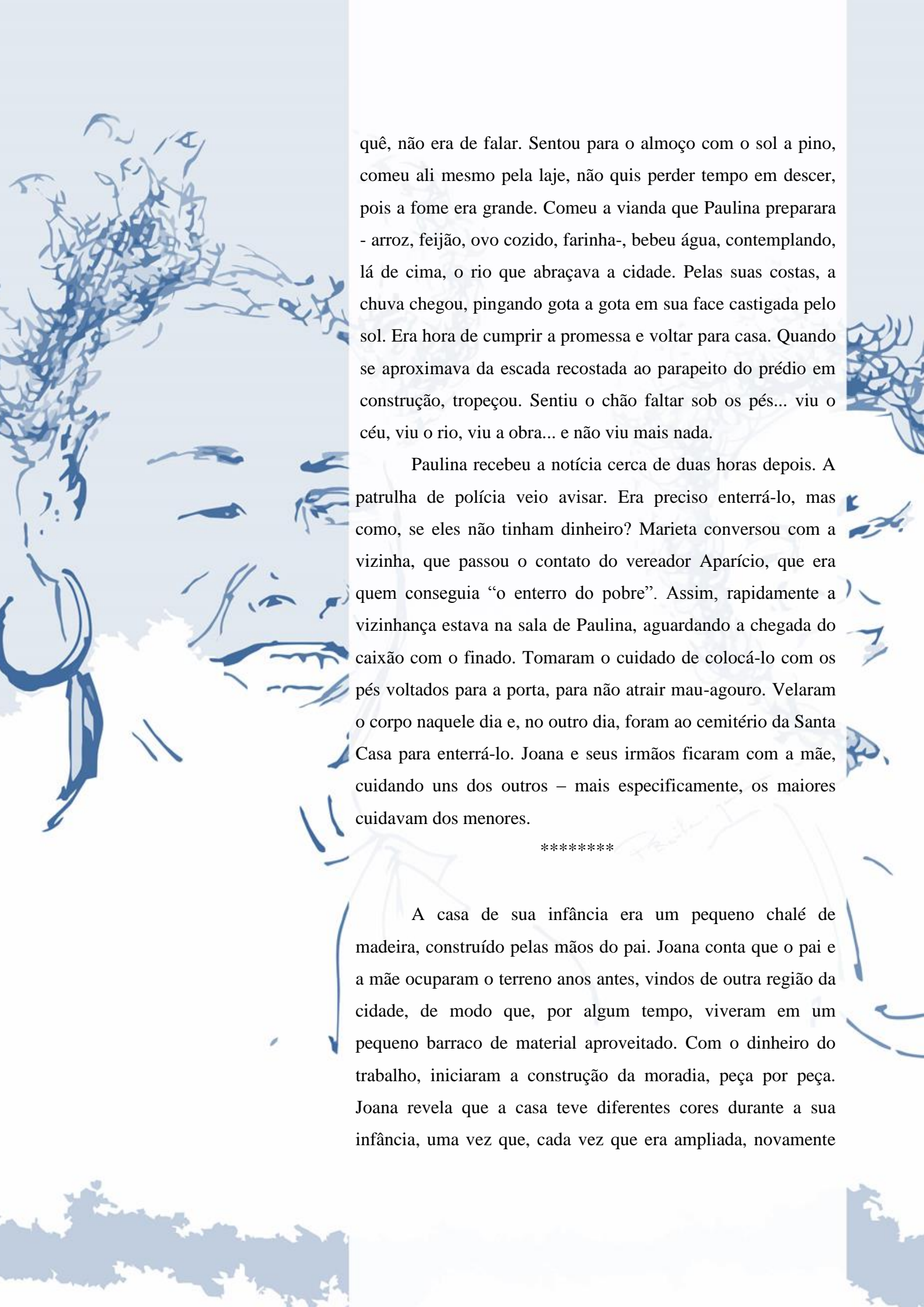


famílias vindas de várias partes da cidade e resolveu buscar um início da vida a dois nessa vila¹⁰. Paulina passou a trabalhar como lavadeira (“lavava para fora”), enquanto Bento seguiu como trabalhador da construção civil.

Joana conta que nasceu pelas mãos da parteira, D. Maria, que ajudou quase todos os bebês da comunidade a virem ao mundo. Joana foi a segunda do casal (antes dela, veio o Humberto), mas era a filha mais velha entre as meninas. Após seu nascimento, sua tia, Marieta, veio do interior para ajudar nos cuidados dos sobrinhos, também em busca de uma vida melhor. Morou com a irmã por alguns meses, mas logo construiu sua casinha ao lado de Paulina – queria ter algo de seu sem depender de homem nenhum. Marieta tinha um espírito festivo, era alegre, afetiva e gostava muito de cantar. Dizia que um dia ainda seria famosa e cantaria no rádio, como a Ângela Maria. Joana ficava encantada com a tia, com quem passava boa parte do dia enquanto a mãe lavava as roupas para a clientela.

Pelos infortúnios da vida, Bento faleceu aos 38 anos de idade, quando Joana tinha apenas oito anos. Era um dia denso de verão, muito úmido e quente, predizendo a tempestade que chegaria a qualquer momento. Bento, ainda assim, foi para o canteiro de obras – sua austeridade não permitia que faltasse ao trabalho, mesmo com condições climáticas tão adversas. Tomou o café com leite de costume, quente e pingado, despediu-se de Paulina, prometeu chegar cedo em casa, “antes do temporal”. Trabalhou durante toda a manhã com afinco, sem descanso, o pensamento distante, ninguém sabia muito bem no


¹⁰ O termo “vila”, utilizado nesse estudo, não corresponde à definição encontrada no campo da Geografia: trata-se de um sinônimo para favela, local de ocupações, de moradias irregulares do ponto de vista legal. É uma expressão largamente utilizada no Rio Grande do Sul.



quê, não era de falar. Sentou para o almoço com o sol a pino, comeu ali mesmo pela laje, não quis perder tempo em descer, pois a fome era grande. Comeu a vianda que Paulina preparara - arroz, feijão, ovo cozido, farinha-, bebeu água, contemplando, lá de cima, o rio que abraçava a cidade. Pelas suas costas, a chuva chegou, pingando gota a gota em sua face castigada pelo sol. Era hora de cumprir a promessa e voltar para casa. Quando se aproximava da escada recostada ao parapeito do prédio em construção, tropeçou. Sentiu o chão faltar sob os pés... viu o céu, viu o rio, viu a obra... e não viu mais nada.

Paulina recebeu a notícia cerca de duas horas depois. A patrulha de polícia veio avisar. Era preciso enterrá-lo, mas como, se eles não tinham dinheiro? Marieta conversou com a vizinha, que passou o contato do vereador Aparício, que era quem conseguia “o enterro do pobre”. Assim, rapidamente a vizinhança estava na sala de Paulina, aguardando a chegada do caixão com o finado. Tomaram o cuidado de colocá-lo com os pés voltados para a porta, para não atrair mau-agouro. Velaram o corpo naquele dia e, no outro dia, foram ao cemitério da Santa Casa para enterrá-lo. Joana e seus irmãos ficaram com a mãe, cuidando uns dos outros – mais especificamente, os maiores cuidavam dos menores.

A casa de sua infância era um pequeno chalé de madeira, construído pelas mãos do pai. Joana conta que o pai e a mãe ocuparam o terreno anos antes, vindos de outra região da cidade, de modo que, por algum tempo, viveram em um pequeno barraco de material aproveitado. Com o dinheiro do trabalho, iniciaram a construção da moradia, peça por peça. Joana revela que a casa teve diferentes cores durante a sua infância, uma vez que, cada vez que era ampliada, novamente



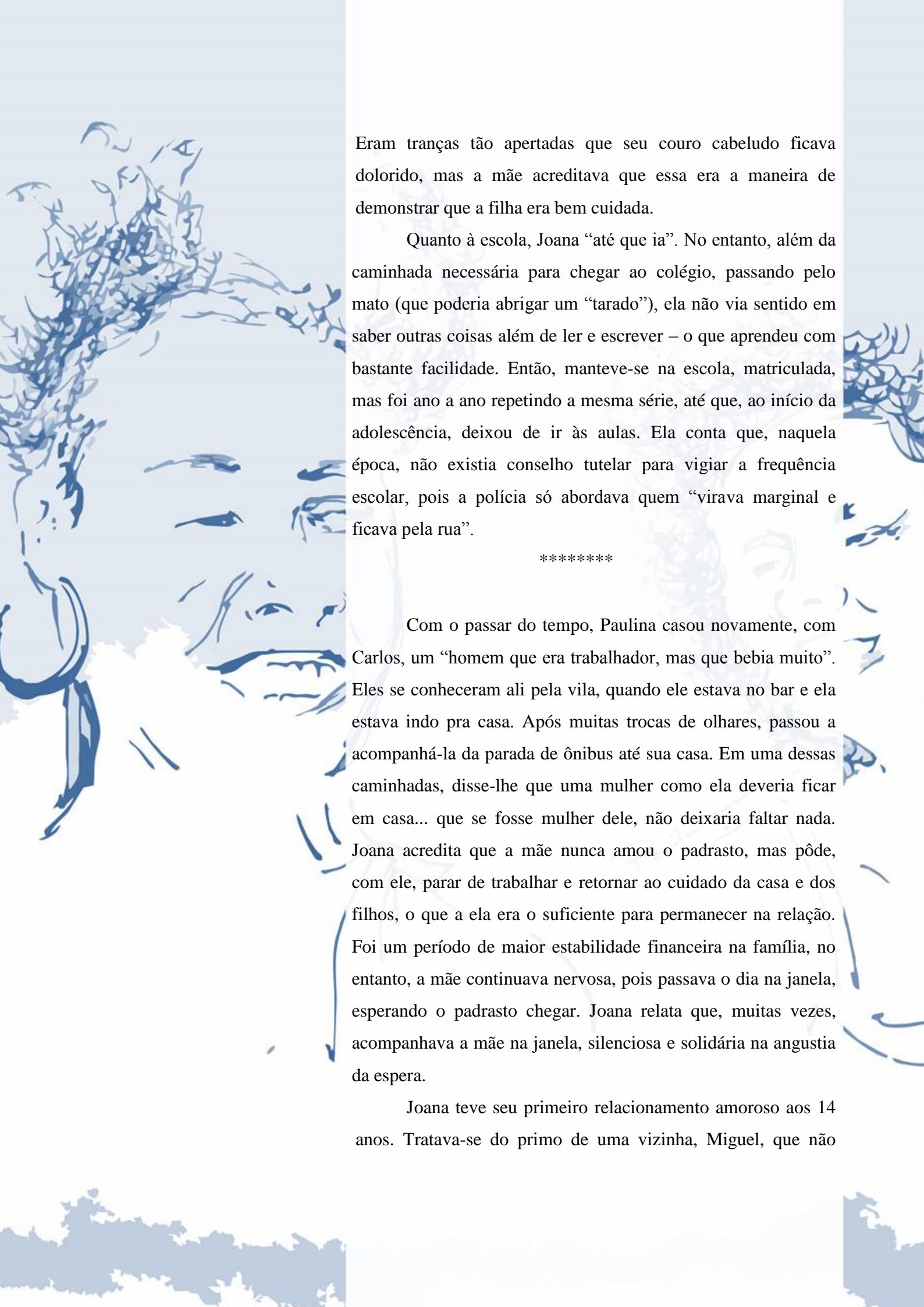
era repintada. Assim, era uma casa de cor singular, resultado da mistura de tintas de muitos anos.

Ela possuía dois quartos, uma cozinha e uma sala – o banheiro veio muitos anos depois, quando a rede de esgoto finalmente foi instalada. Alguns vizinhos construíram a famosa “casinha”, um espaço separado da casa para abrigar a patente; a mãe de Joana optou pelos urinóis, segundo ela, mais fáceis de higienizar. Os excrementos eram depositados nas áreas verdes que circundavam a região. Não existia água encanada, mas o departamento de saneamento básico instalara uma “bica”, onde diariamente Joana buscava baldes para o serviço da casa.

Aliás, com pouca idade, Joana e os irmãos eram responsáveis por uma série de atividades domésticas: após a morte do pai, a mãe voltou a trabalhar para um dos filhos do barão, passando praticamente todo o dia fora (“saía bem cedinho e voltava só à noite”). Assim, Joana ficava responsável pelos cuidados dos menores (de 6 e 3 anos), enquanto Humberto, o irmão mais velho, exercia o papel de manter o exigido pela mãe em cumprimento - se a casa e os irmãos não estivessem limpos e alimentados, os dois eram surrados, pois a mãe era “bem atacada dos nervos”.

Joana conta que, nessa época, já existia a Pequena Casa da Criança (PCC)¹¹, único espaço que oferecia cursos, lazer e alimentação para as crianças daquela região. Joana e seus irmãos frequentavam o espaço. Relembra que uma das tias afirmou que ela deveria ter o cabelo cortado “pois tinha o cabelo ruim e poderia passar piolho para as outras crianças”. Ela diz que por muito tempo, após a mãe saber disso, tinha os cabelos trançados aos finais de semana, quando ela tinha folga.

¹¹ Conforme a apresentação institucional da entidade, “A **Pequena Casa da Criança** foi fundada em 15 de agosto de 1956 pela Irmã Nely Capuzzo, da Congregação Missionárias de Jesus Crucificado (...). A instituição sempre priorizou a ação preventiva dirigida a crianças, adolescentes, família e idosos. (...) são realizadas ações de educação, profissionalização, mobilização comunitária e de assistência social”. Disponível em: <http://www.pequenacasa.org.br/quem-somos/> Acesso em: 19 out. 2017.

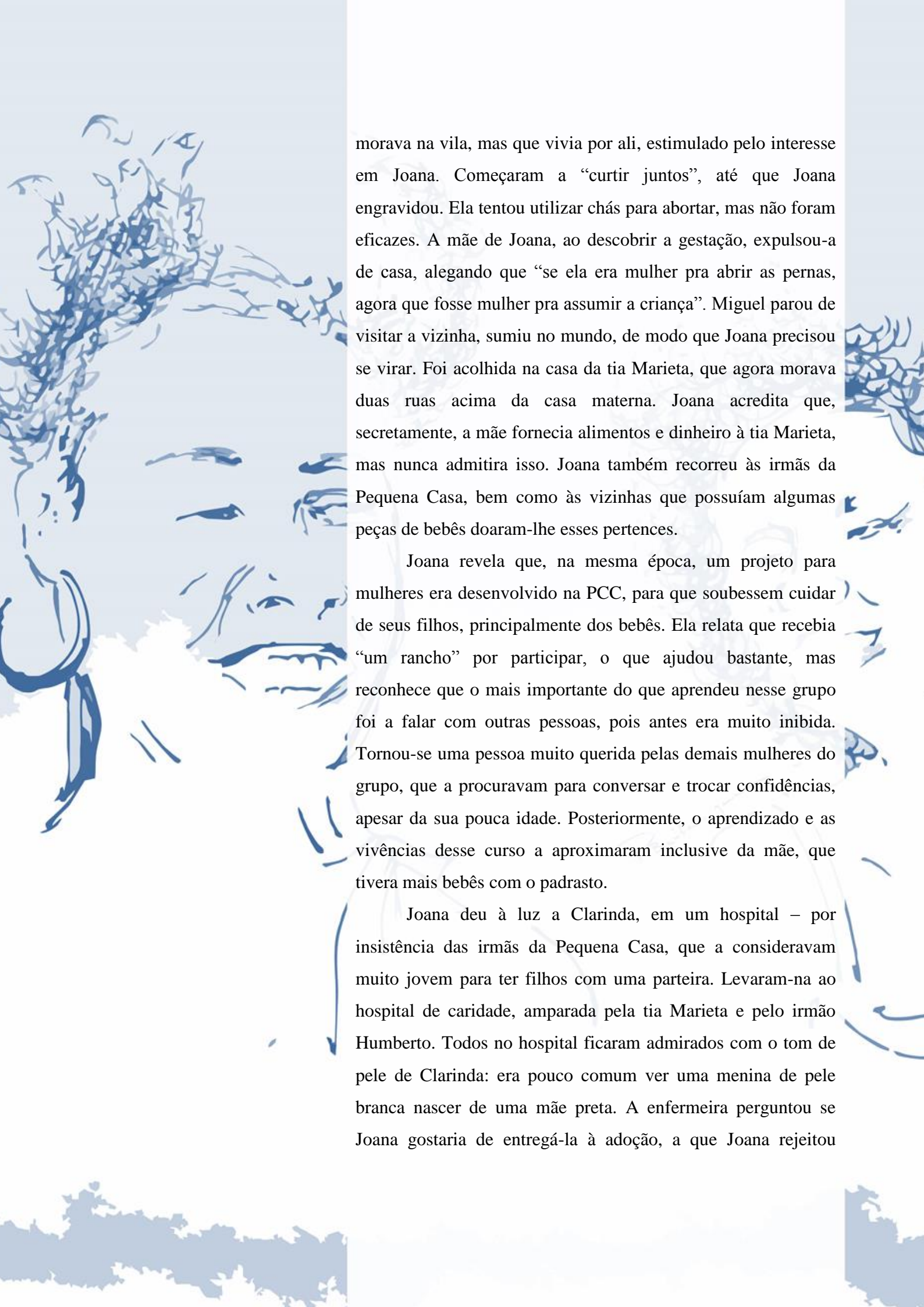


Eram tranças tão apertadas que seu couro cabeludo ficava dolorido, mas a mãe acreditava que essa era a maneira de demonstrar que a filha era bem cuidada.

Quanto à escola, Joana “até que ia”. No entanto, além da caminhada necessária para chegar ao colégio, passando pelo mato (que poderia abrigar um “tarado”), ela não via sentido em saber outras coisas além de ler e escrever – o que aprendeu com bastante facilidade. Então, manteve-se na escola, matriculada, mas foi ano a ano repetindo a mesma série, até que, ao início da adolescência, deixou de ir às aulas. Ela conta que, naquela época, não existia conselho tutelar para vigiar a frequência escolar, pois a polícia só abordava quem “virava marginal e ficava pela rua”.

Com o passar do tempo, Paulina casou novamente, com Carlos, um “homem que era trabalhador, mas que bebia muito”. Eles se conheceram ali pela vila, quando ele estava no bar e ela estava indo pra casa. Após muitas trocas de olhares, passou a acompanhá-la da parada de ônibus até sua casa. Em uma dessas caminhadas, disse-lhe que uma mulher como ela deveria ficar em casa... que se fosse mulher dele, não deixaria faltar nada. Joana acredita que a mãe nunca amou o padrasto, mas pôde, com ele, parar de trabalhar e retornar ao cuidado da casa e dos filhos, o que a ela era o suficiente para permanecer na relação. Foi um período de maior estabilidade financeira na família, no entanto, a mãe continuava nervosa, pois passava o dia na janela, esperando o padrasto chegar. Joana relata que, muitas vezes, acompanhava a mãe na janela, silenciosa e solidária na angústia da espera.

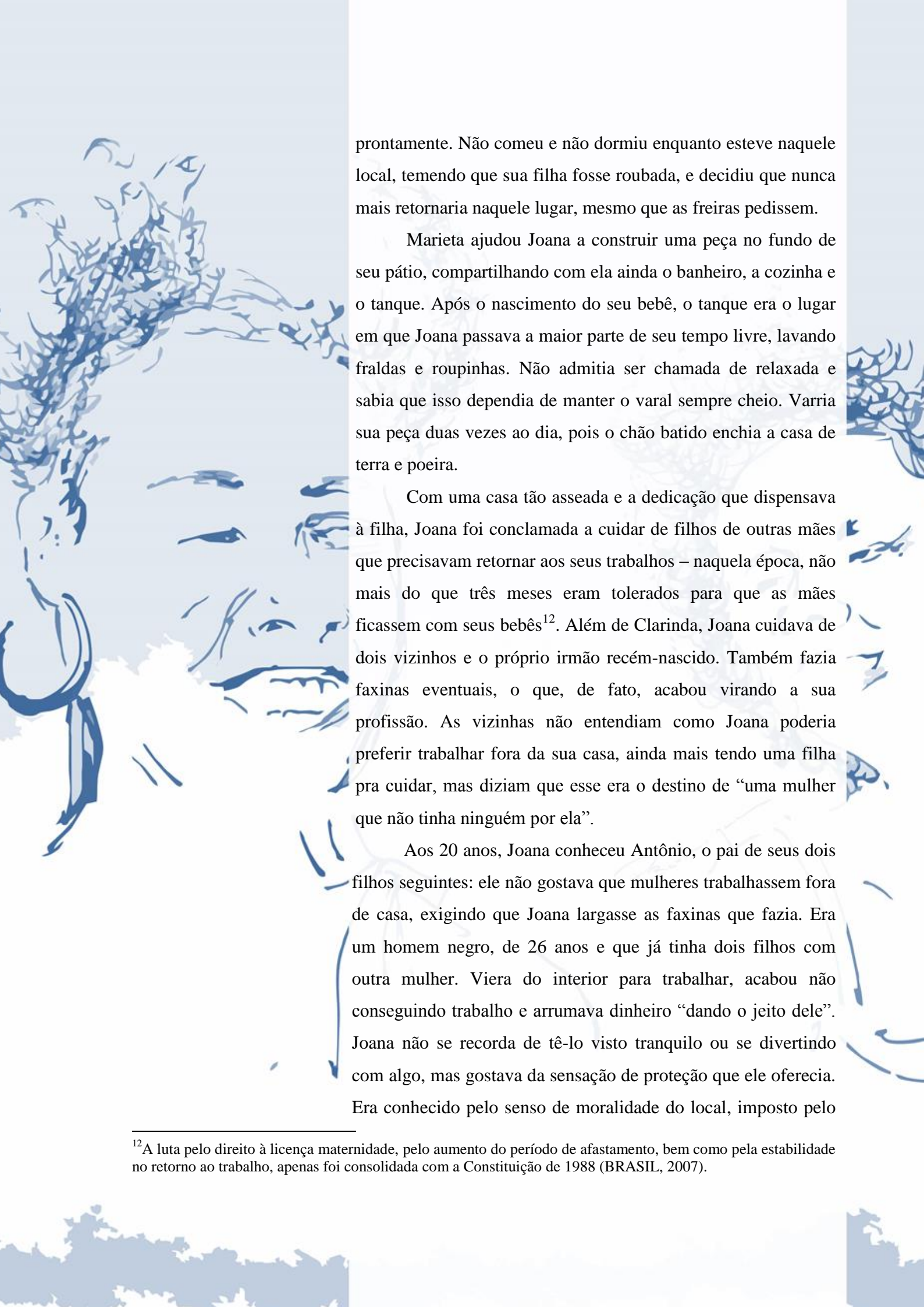
Joana teve seu primeiro relacionamento amoroso aos 14 anos. Tratava-se do primo de uma vizinha, Miguel, que não



morava na vila, mas que vivia por ali, estimulado pelo interesse em Joana. Começaram a “curtir juntos”, até que Joana engravidou. Ela tentou utilizar chás para abortar, mas não foram eficazes. A mãe de Joana, ao descobrir a gestação, expulsou-a de casa, alegando que “se ela era mulher pra abrir as pernas, agora que fosse mulher pra assumir a criança”. Miguel parou de visitar a vizinha, sumiu no mundo, de modo que Joana precisou se virar. Foi acolhida na casa da tia Marieta, que agora morava duas ruas acima da casa materna. Joana acredita que, secretamente, a mãe fornecia alimentos e dinheiro à tia Marieta, mas nunca admitira isso. Joana também recorreu às irmãs da Pequena Casa, bem como às vizinhas que possuíam algumas peças de bebês doaram-lhe esses pertences.

Joana revela que, na mesma época, um projeto para mulheres era desenvolvido na PCC, para que soubessem cuidar de seus filhos, principalmente dos bebês. Ela relata que recebia “um rancho” por participar, o que ajudou bastante, mas reconhece que o mais importante do que aprendeu nesse grupo foi a falar com outras pessoas, pois antes era muito inibida. Tornou-se uma pessoa muito querida pelas demais mulheres do grupo, que a procuravam para conversar e trocar confidências, apesar da sua pouca idade. Posteriormente, o aprendizado e as vivências desse curso a aproximaram inclusive da mãe, que tivera mais bebês com o padrasto.

Joana deu à luz a Clarinda, em um hospital – por insistência das irmãs da Pequena Casa, que a consideravam muito jovem para ter filhos com uma parteira. Levaram-na ao hospital de caridade, amparada pela tia Marieta e pelo irmão Humberto. Todos no hospital ficaram admirados com o tom de pele de Clarinda: era pouco comum ver uma menina de pele branca nascer de uma mãe preta. A enfermeira perguntou se Joana gostaria de entregá-la à adoção, a que Joana rejeitou



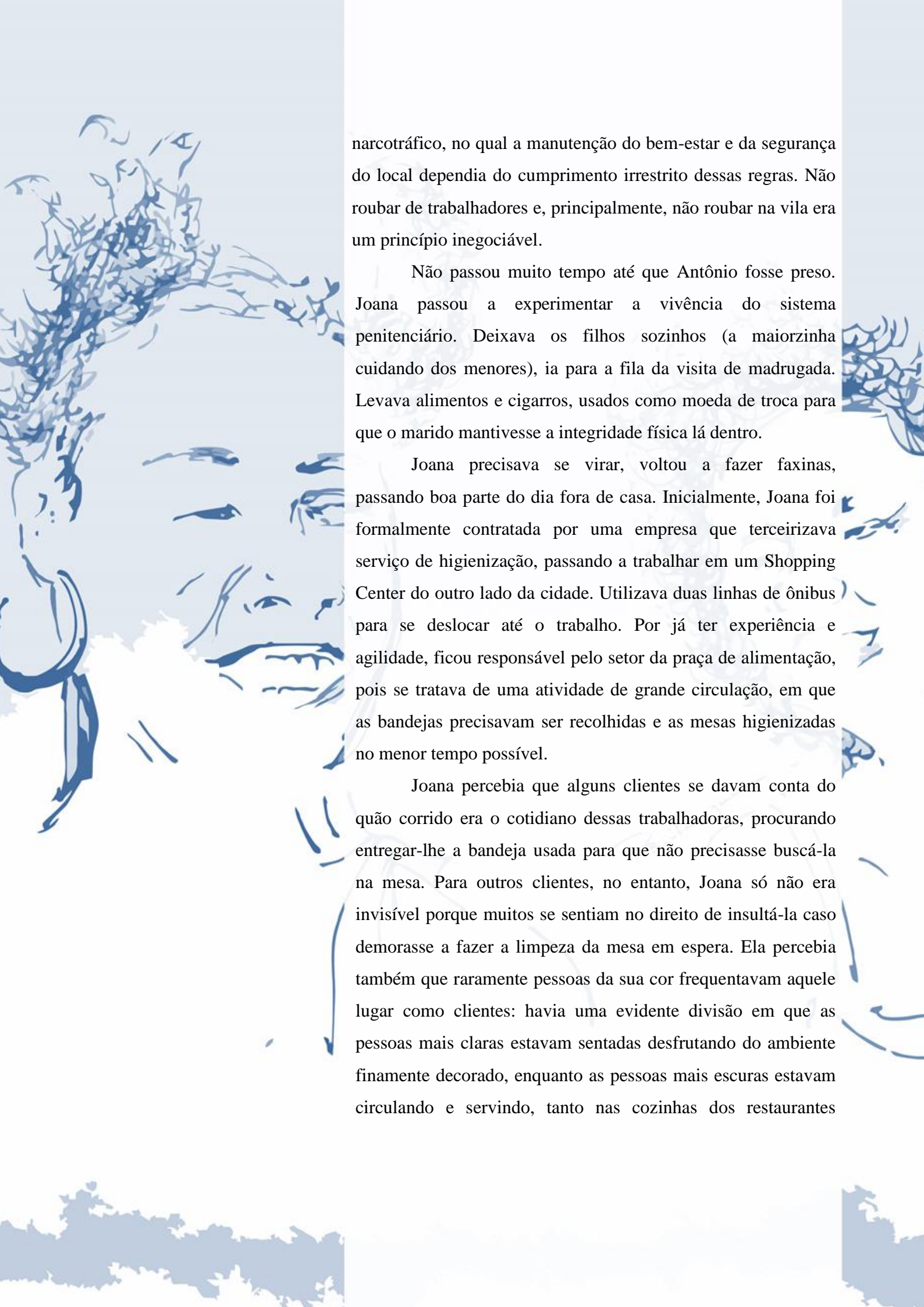
prontamente. Não comeu e não dormiu enquanto esteve naquele local, temendo que sua filha fosse roubada, e decidiu que nunca mais retornaria naquele lugar, mesmo que as freiras pedissem.

Marieta ajudou Joana a construir uma peça no fundo de seu pátio, compartilhando com ela ainda o banheiro, a cozinha e o tanque. Após o nascimento do seu bebê, o tanque era o lugar em que Joana passava a maior parte de seu tempo livre, lavando fraldas e roupinhas. Não admitia ser chamada de relaxada e sabia que isso dependia de manter o varal sempre cheio. Varria sua peça duas vezes ao dia, pois o chão batido enchia a casa de terra e poeira.

Com uma casa tão asseada e a dedicação que dispensava à filha, Joana foi conclamada a cuidar de filhos de outras mães que precisavam retornar aos seus trabalhos – naquela época, não mais do que três meses eram tolerados para que as mães ficassem com seus bebês¹². Além de Clarinda, Joana cuidava de dois vizinhos e o próprio irmão recém-nascido. Também fazia faxinas eventuais, o que, de fato, acabou virando a sua profissão. As vizinhas não entendiam como Joana poderia preferir trabalhar fora da sua casa, ainda mais tendo uma filha pra cuidar, mas diziam que esse era o destino de “uma mulher que não tinha ninguém por ela”.

Aos 20 anos, Joana conheceu Antônio, o pai de seus dois filhos seguintes: ele não gostava que mulheres trabalhassem fora de casa, exigindo que Joana largasse as faxinas que fazia. Era um homem negro, de 26 anos e que já tinha dois filhos com outra mulher. Viera do interior para trabalhar, acabou não conseguindo trabalho e arrumava dinheiro “dando o jeito dele”. Joana não se recorda de tê-lo visto tranquilo ou se divertindo com algo, mas gostava da sensação de proteção que ele oferecia. Era conhecido pelo senso de moralidade do local, imposto pelo

¹²A luta pelo direito à licença maternidade, pelo aumento do período de afastamento, bem como pela estabilidade no retorno ao trabalho, apenas foi consolidada com a Constituição de 1988 (BRASIL, 2007).



narcotráfico, no qual a manutenção do bem-estar e da segurança do local dependia do cumprimento irrestrito dessas regras. Não roubar de trabalhadores e, principalmente, não roubar na vila era um princípio inegociável.

Não passou muito tempo até que Antônio fosse preso. Joana passou a experimentar a vivência do sistema penitenciário. Deixava os filhos sozinhos (a maiorzinha cuidando dos menores), ia para a fila da visita de madrugada. Levava alimentos e cigarros, usados como moeda de troca para que o marido mantivesse a integridade física lá dentro.

Joana precisava se virar, voltou a fazer faxinas, passando boa parte do dia fora de casa. Inicialmente, Joana foi formalmente contratada por uma empresa que terceirizava serviço de higienização, passando a trabalhar em um Shopping Center do outro lado da cidade. Utilizava duas linhas de ônibus para se deslocar até o trabalho. Por já ter experiência e agilidade, ficou responsável pelo setor da praça de alimentação, pois se tratava de uma atividade de grande circulação, em que as bandejas precisavam ser recolhidas e as mesas higienizadas no menor tempo possível.

Joana percebia que alguns clientes se davam conta do quão corrido era o cotidiano dessas trabalhadoras, procurando entregar-lhe a bandeja usada para que não precisasse buscá-la na mesa. Para outros clientes, no entanto, Joana só não era invisível porque muitos se sentiam no direito de insultá-la caso demorasse a fazer a limpeza da mesa em espera. Ela percebia também que raramente pessoas da sua cor frequentavam aquele lugar como clientes: havia uma evidente divisão em que as pessoas mais claras estavam sentadas desfrutando do ambiente finamente decorado, enquanto as pessoas mais escuras estavam circulando e servindo, tanto nas cozinhas dos restaurantes

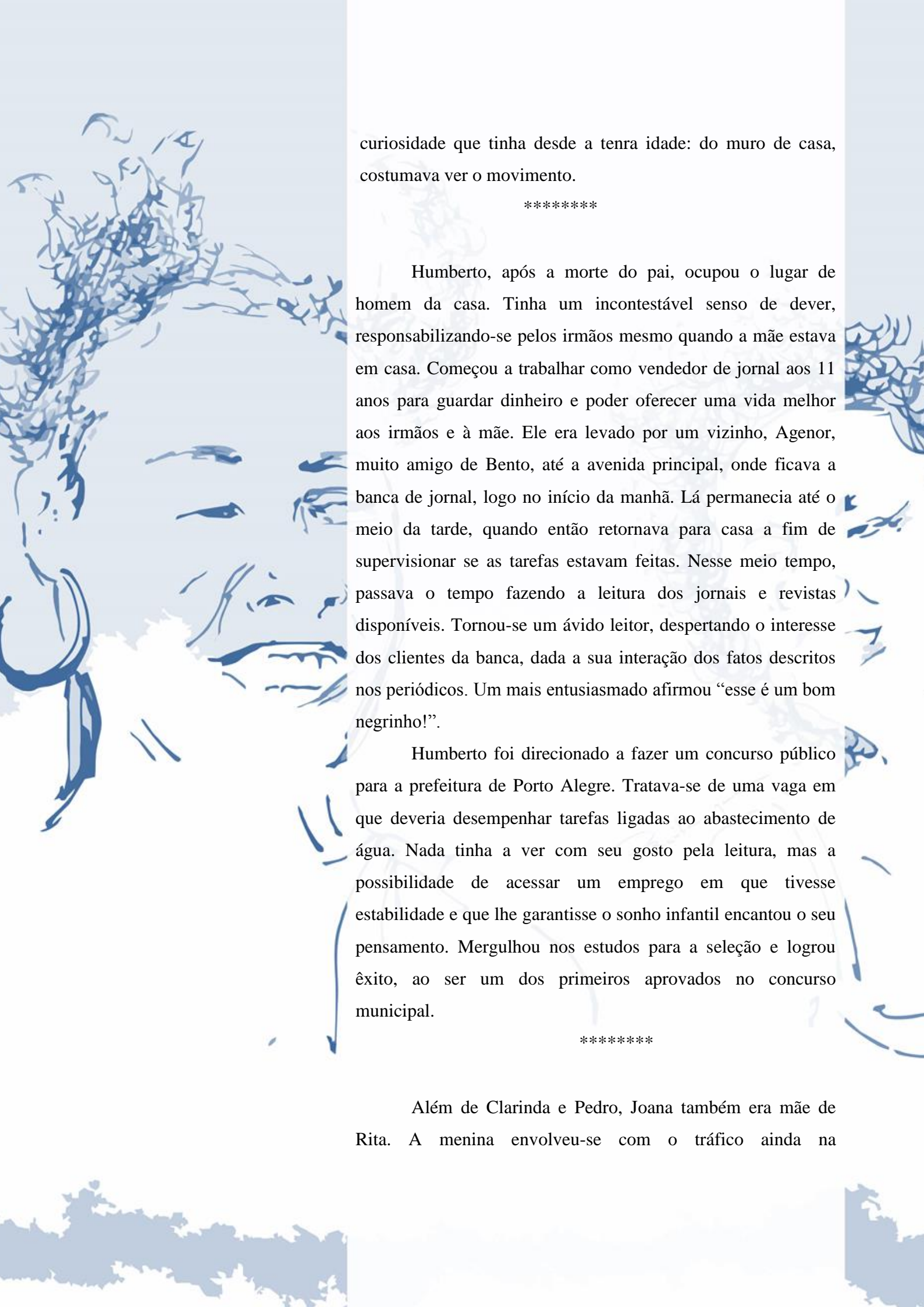


quanto no serviço de limpeza.

Diferentemente da sua infância, o Conselho Tutelar (CT) foi acionado para verificar a situação de sua família. Joana precisou comparecer ao atendimento do CT, sob pena de que as crianças fossem recolhidas ao abrigo. Após o atendimento, as crianças foram encaminhadas também a PCC, como na infância da mãe. O filho de Joana, Pedro, já não ia à escola havia dois meses. Uma Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI) foi emitida e então Joana foi chamada para acompanhamento familiar no módulo da Fundação de Educação Social e Comunitária (FESC). Era um espaço bastante distante de sua casa, situado em um prédio público em outro bairro. Sempre foi muito difícil instalar serviços na vila porque, mesmo com tantos anos de existência, ainda era quase que completamente composta por habitações irregulares.

Enfim, Joana procurava ir aos atendimentos agendados com a assistente social, mas nem sempre tinha passagens para se deslocar até lá – e, a pé, Pedro não aceitava ir. Joana procurava atender aos pedidos do filho, pois acreditava que ele estava resistente para chamar a sua atenção. Conseguiu fazer um contato com um vizinho que trabalhava na construção civil e despachou o menino para trabalhar como servente. Sentia-se orgulhoso em ter a mesma profissão do avô, então não se importava em passar longos períodos trabalhando.

Pedro estava satisfeito em ganhar seu próprio dinheiro e, no meio da diversidade de colegas de trabalho, vivenciou uma série de experiências: passou a fumar cigarros, a tomar cachaça após o expediente e, de vez em quando, a fumar um baseado. Também conheceu a vida noturna da vila, uma

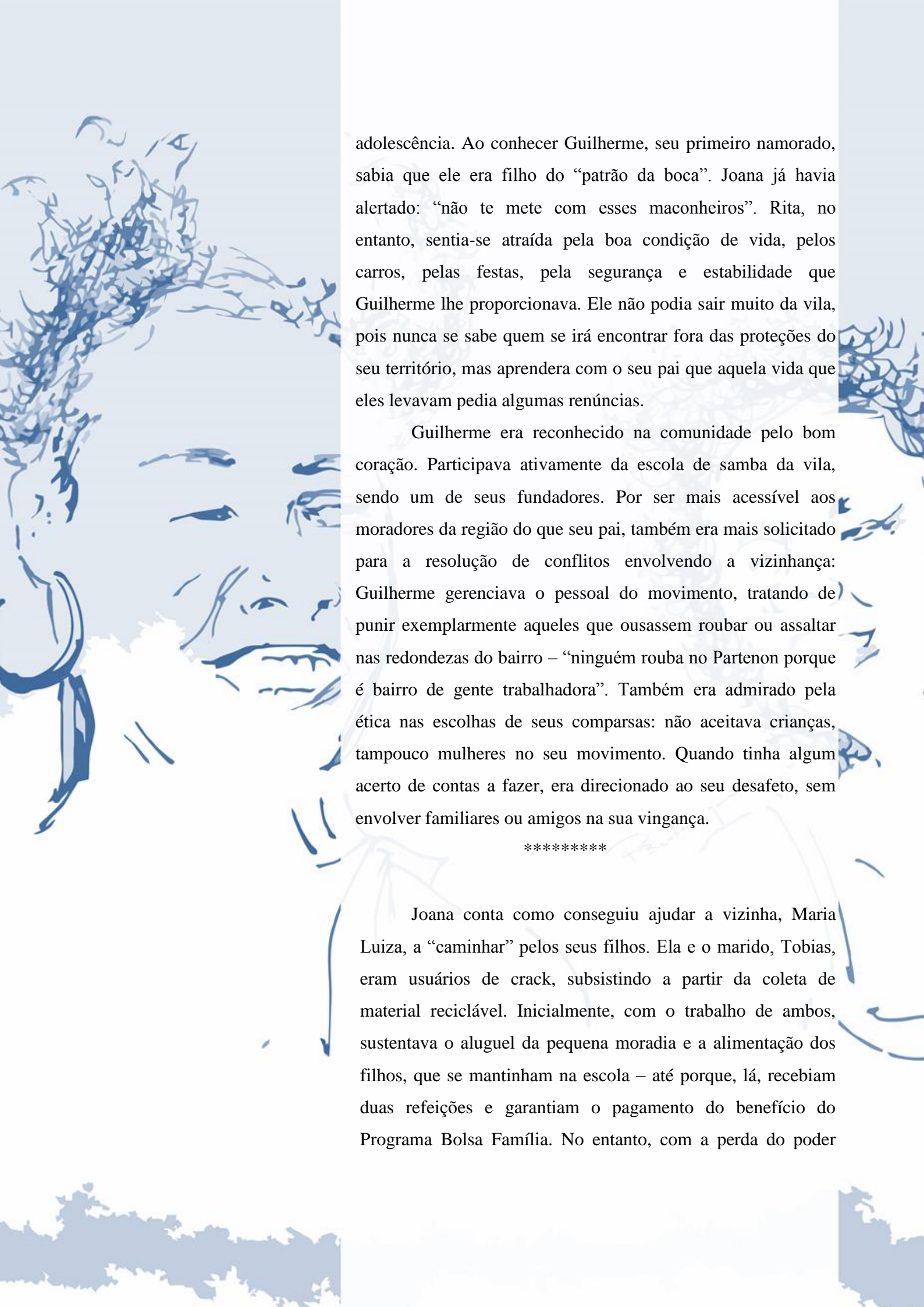


curiosidade que tinha desde a tenra idade: do muro de casa, costumava ver o movimento.

Humberto, após a morte do pai, ocupou o lugar de homem da casa. Tinha um incontestável senso de dever, responsabilizando-se pelos irmãos mesmo quando a mãe estava em casa. Começou a trabalhar como vendedor de jornal aos 11 anos para guardar dinheiro e poder oferecer uma vida melhor aos irmãos e à mãe. Ele era levado por um vizinho, Agenor, muito amigo de Bento, até a avenida principal, onde ficava a banca de jornal, logo no início da manhã. Lá permanecia até o meio da tarde, quando então retornava para casa a fim de supervisionar se as tarefas estavam feitas. Nesse meio tempo, passava o tempo fazendo a leitura dos jornais e revistas disponíveis. Tornou-se um ávido leitor, despertando o interesse dos clientes da banca, dada a sua interação dos fatos descritos nos periódicos. Um mais entusiasmado afirmou “esse é um bom negrinho!”.

Humberto foi direcionado a fazer um concurso público para a prefeitura de Porto Alegre. Tratava-se de uma vaga em que deveria desempenhar tarefas ligadas ao abastecimento de água. Nada tinha a ver com seu gosto pela leitura, mas a possibilidade de acessar um emprego em que tivesse estabilidade e que lhe garantisse o sonho infantil encantou o seu pensamento. Mergulhou nos estudos para a seleção e logrou êxito, ao ser um dos primeiros aprovados no concurso municipal.

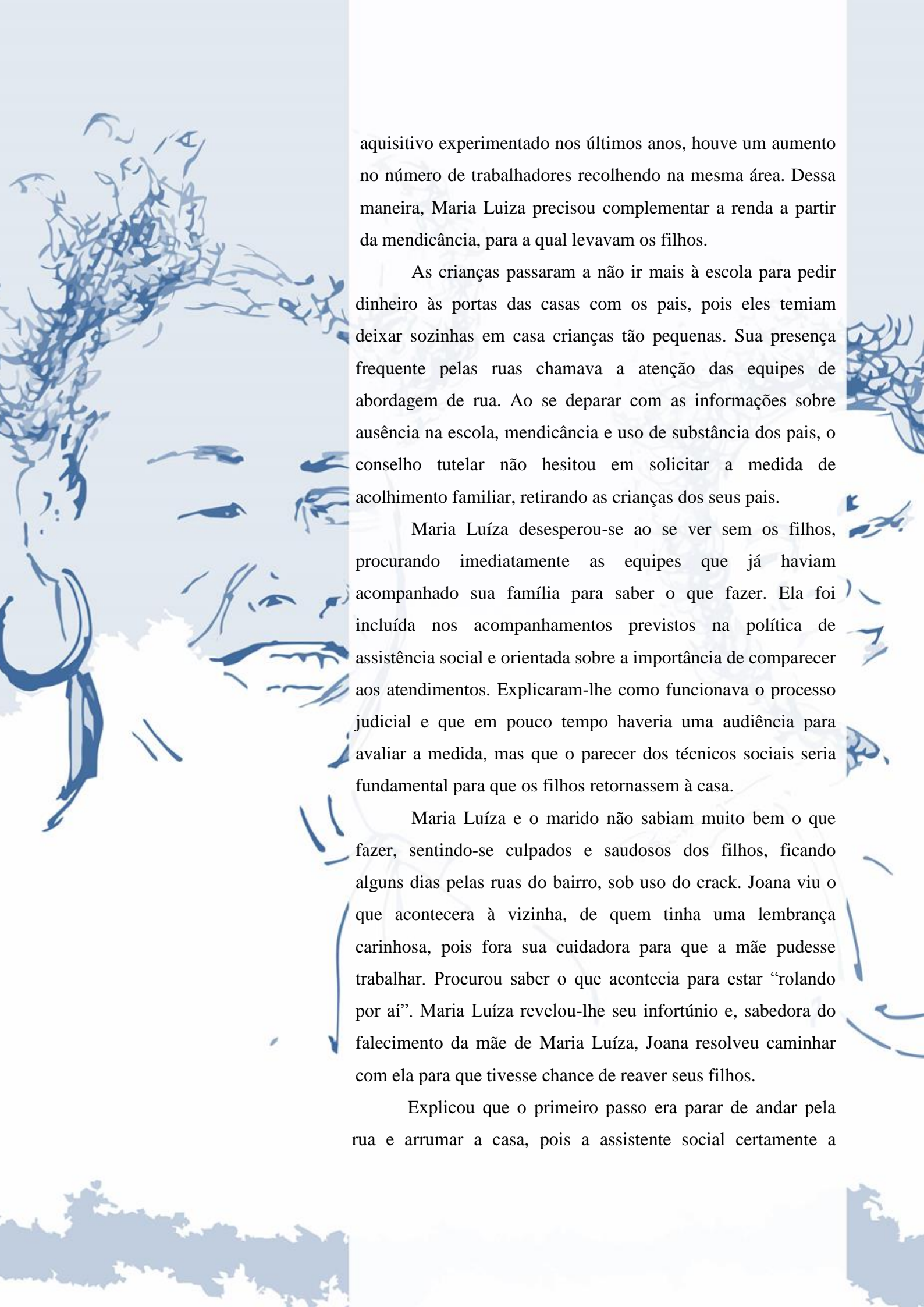
Além de Clarinda e Pedro, Joana também era mãe de Rita. A menina envolveu-se com o tráfico ainda na



adolescência. Ao conhecer Guilherme, seu primeiro namorado, sabia que ele era filho do “patrão da boca”. Joana já havia alertado: “não te mete com esses maconheiros”. Rita, no entanto, sentia-se atraída pela boa condição de vida, pelos carros, pelas festas, pela segurança e estabilidade que Guilherme lhe proporcionava. Ele não podia sair muito da vila, pois nunca se sabe quem se irá encontrar fora das proteções do seu território, mas aprendera com o seu pai que aquela vida que eles levavam pedia algumas renúncias.

Guilherme era reconhecido na comunidade pelo bom coração. Participava ativamente da escola de samba da vila, sendo um de seus fundadores. Por ser mais acessível aos moradores da região do que seu pai, também era mais solicitado para a resolução de conflitos envolvendo a vizinhança: Guilherme gerenciava o pessoal do movimento, tratando de punir exemplarmente aqueles que ousassem roubar ou assaltar nas redondezas do bairro – “ninguém rouba no Partenon porque é bairro de gente trabalhadora”. Também era admirado pela ética nas escolhas de seus comparsas: não aceitava crianças, tampouco mulheres no seu movimento. Quando tinha algum acerto de contas a fazer, era direcionado ao seu desafeto, sem envolver familiares ou amigos na sua vingança.

Joana conta como conseguiu ajudar a vizinha, Maria Luiza, a “caminhar” pelos seus filhos. Ela e o marido, Tobias, eram usuários de crack, subsistindo a partir da coleta de material reciclável. Inicialmente, com o trabalho de ambos, sustentava o aluguel da pequena moradia e a alimentação dos filhos, que se mantinham na escola – até porque, lá, recebiam duas refeições e garantiam o pagamento do benefício do Programa Bolsa Família. No entanto, com a perda do poder



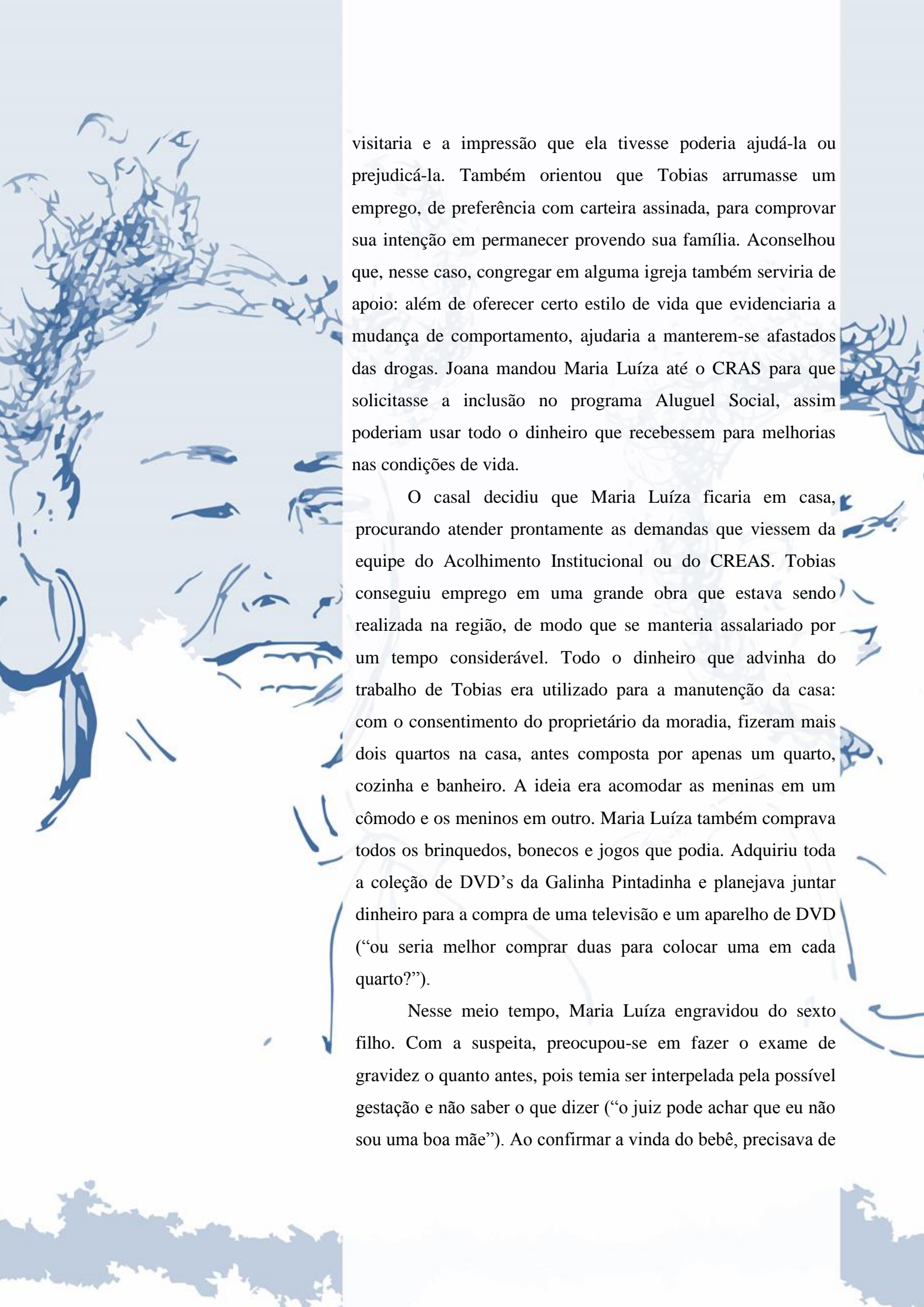
aquisitivo experimentado nos últimos anos, houve um aumento no número de trabalhadores recolhendo na mesma área. Dessa maneira, Maria Luíza precisou complementar a renda a partir da mendicância, para a qual levavam os filhos.

As crianças passaram a não ir mais à escola para pedir dinheiro às portas das casas com os pais, pois eles temiam deixar sozinhas em casa crianças tão pequenas. Sua presença frequente pelas ruas chamava a atenção das equipes de abordagem de rua. Ao se deparar com as informações sobre ausência na escola, mendicância e uso de substância dos pais, o conselho tutelar não hesitou em solicitar a medida de acolhimento familiar, retirando as crianças dos seus pais.

Maria Luíza desesperou-se ao se ver sem os filhos, procurando imediatamente as equipes que já haviam acompanhado sua família para saber o que fazer. Ela foi incluída nos acompanhamentos previstos na política de assistência social e orientada sobre a importância de comparecer aos atendimentos. Explicaram-lhe como funcionava o processo judicial e que em pouco tempo haveria uma audiência para avaliar a medida, mas que o parecer dos técnicos sociais seria fundamental para que os filhos retornassem à casa.

Maria Luíza e o marido não sabiam muito bem o que fazer, sentindo-se culpados e saudosos dos filhos, ficando alguns dias pelas ruas do bairro, sob uso do crack. Joana viu o que acontecera à vizinha, de quem tinha uma lembrança carinhosa, pois fora sua cuidadora para que a mãe pudesse trabalhar. Procurou saber o que acontecia para estar “rolando por aí”. Maria Luíza revelou-lhe seu infortúnio e, sabedora do falecimento da mãe de Maria Luíza, Joana resolveu caminhar com ela para que tivesse chance de reaver seus filhos.

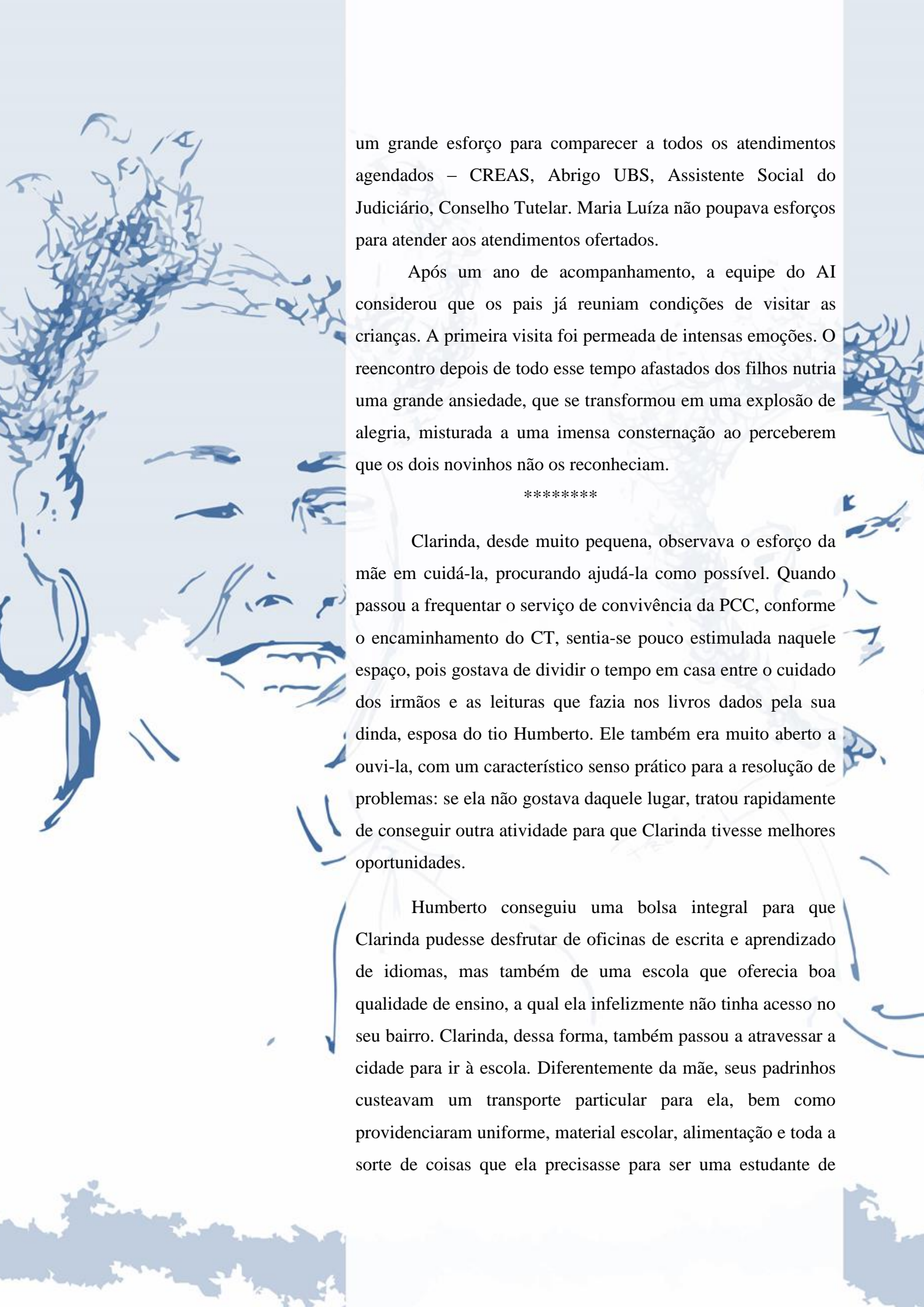
Explicou que o primeiro passo era parar de andar pela rua e arrumar a casa, pois a assistente social certamente a



visitaria e a impressão que ela tivesse poderia ajudá-la ou prejudicá-la. Também orientou que Tobias arrumasse um emprego, de preferência com carteira assinada, para comprovar sua intenção em permanecer provendo sua família. Aconselhou que, nesse caso, congrega em alguma igreja também serviria de apoio: além de oferecer certo estilo de vida que evidenciaria a mudança de comportamento, ajudaria a manterem-se afastados das drogas. Joana mandou Maria Luíza até o CRAS para que solicitasse a inclusão no programa Aluguel Social, assim poderiam usar todo o dinheiro que recebessem para melhorias nas condições de vida.

O casal decidiu que Maria Luíza ficaria em casa, procurando atender prontamente as demandas que viessem da equipe do Acolhimento Institucional ou do CREAS. Tobias conseguiu emprego em uma grande obra que estava sendo realizada na região, de modo que se manteria assalariado por um tempo considerável. Todo o dinheiro que advinha do trabalho de Tobias era utilizado para a manutenção da casa: com o consentimento do proprietário da moradia, fizeram mais dois quartos na casa, antes composta por apenas um quarto, cozinha e banheiro. A ideia era acomodar as meninas em um cômodo e os meninos em outro. Maria Luíza também comprava todos os brinquedos, bonecos e jogos que podia. Adquiriu toda a coleção de DVD's da Galinha Pintadinha e planejava juntar dinheiro para a compra de uma televisão e um aparelho de DVD (“ou seria melhor comprar duas para colocar uma em cada quarto?”).

Nesse meio tempo, Maria Luíza engravidou do sexto filho. Com a suspeita, preocupou-se em fazer o exame de gravidez o quanto antes, pois temia ser interpelada pela possível gestação e não saber o que dizer (“o juiz pode achar que eu não sou uma boa mãe”). Ao confirmar a vinda do bebê, precisava de




um grande esforço para comparecer a todos os atendimentos agendados – CREAS, Abrigo UBS, Assistente Social do Judiciário, Conselho Tutelar. Maria Luíza não poupava esforços para atender aos atendimentos ofertados.

Após um ano de acompanhamento, a equipe do AI considerou que os pais já reuniam condições de visitar as crianças. A primeira visita foi permeada de intensas emoções. O reencontro depois de todo esse tempo afastados dos filhos nutria uma grande ansiedade, que se transformou em uma explosão de alegria, misturada a uma imensa consternação ao perceberem que os dois novinhos não os reconheciam.

Clarinda, desde muito pequena, observava o esforço da mãe em cuidá-la, procurando ajudá-la como possível. Quando passou a frequentar o serviço de convivência da PCC, conforme o encaminhamento do CT, sentia-se pouco estimulada naquele espaço, pois gostava de dividir o tempo em casa entre o cuidado dos irmãos e as leituras que fazia nos livros dados pela sua dinda, esposa do tio Humberto. Ele também era muito aberto a ouvi-la, com um característico senso prático para a resolução de problemas: se ela não gostava daquele lugar, tratou rapidamente de conseguir outra atividade para que Clarinda tivesse melhores oportunidades.

Humberto conseguiu uma bolsa integral para que Clarinda pudesse desfrutar de oficinas de escrita e aprendizado de idiomas, mas também de uma escola que oferecia boa qualidade de ensino, a qual ela infelizmente não tinha acesso no seu bairro. Clarinda, dessa forma, também passou a atravessar a cidade para ir à escola. Diferentemente da mãe, seus padrinhos custeavam um transporte particular para ela, bem como providenciaram uniforme, material escolar, alimentação e toda a sorte de coisas que ela precisasse para ser uma estudante de



destaque. Procuravam conversar com ela sobre como era ser a única negra da sua turma – aliás, apenas quando foi à escola particular Clarinda passou a perceber que era negra, pois, em sua família, ela era mais clara do que todos.

Humberto tinha planos para os sobrinhos. Clarinda, tão dedicada, certamente irá para a faculdade, fará concurso público e será servidora como ele. Pedro, que era desmiolado, precisava era ir para o quartel. Já estava articulando com um major muito seu amigo para que o rapaz, assim que chegasse o tempo do serviço obrigatório, “engajasse” a instituição. Quanto a Rita, ele apenas esperava o momento em que ela engravidasse, já planejando o futuro do sobrinho-neto.

Joana está no CRAS para mais uma reunião do grupo de desenvolvimento. Ela gosta de ir até lá para falar sobre a sua vida. Diz sobre as experiências com seus filhos, sobre as dificuldades pelas quais já passou. Incentiva e estimula as meninas mais novas, com ares de quem tem autoridade sobre o assunto. No CRAS, ela sente que pode pertencer a algo que já é muito dela – a capacidade de falar da vida e de crescer junto com todas que ali estão.

2.2 Sobre os personagens de uma narrativa escreviente

Os personagens que compõem, portanto, minha escrevivência, e o sentido que condensam na narrativa, são:

- 1) Joana – representa a capacidade de articular outras redes independentes do atendimento oferecido pelo poder público;
- 2) Paulina – referência a formas de vida das mulheres em décadas anteriores;
- 3) Filhos do Barão – a presença das classes média e alta na vida dessas mulheres;
- 4) Bento – o homem que é ausente pelo trabalho;
- 5) D. Maria – a que está disponível na comunidade;
- 6) Marieta – uma mulher que escolhe viver sozinha;
- 7) Vereador Aparício – um dos aspectos do contato com representantes do poder público;
- 8) Humberto – o familiar que tem uma ascensão social pelo trabalho;
- 9) Carlos – o homem que é ausente pela bebida;
- 10) Miguel – o homem que tem desejo pela mulher negra, mas não assume compromisso com uma delas;
- 11) Clarinda – a filha cujo nascimento movimenta a vida dessas mulheres para articular redes de solidariedade;
- 12) Antônio – o homem que é ausente pelo encarceramento no sistema penitenciário;
- 13) Pedro – filho cujos atos conduzem as mulheres ao atendimento no CRAS;
- 14) Agenor – homem presente, auxilia vizinhos e se torna um ponto de articulação das redes de solidariedade;
- 15) Rita – a filha cujos atos conduzem as mulheres ao atendimento no CRAS;
- 16) Guilherme – homem presente para a comunidade, funciona como autoridade moral e mediador de conflitos;
- 17) Maria Luiza – mulher que é acompanhada pela rede, mas que precisa ser assessorada por meio das caminhadas.

Os nomes escolhidos para esses personagens também pretendem evidenciar alguns aspectos que podem ser vistos como produtos da relação das mulheres com o Poder Público. Não se trata de desenvolver estereótipos de usuárias e usuários, mas de utilizar o recurso do personagem e da narrativa ficcionalizada para destacar determinadas regularidades referentes à vida dessas mulheres. Nesse sentido, o uso da escrita literária apresenta-se também como estratégia política, ao configurar-se como “aspecto de desmascaramento social e denúncia, pelo fato de ‘focalizar as situações de restrição dos direitos, ou de negação deles, como a miséria, a servidão, a mutilação espiritual’” (Candido, 1988, em BAROSSO, 2017, p. 24).

No entanto, a aposta no uso da noção de *escrevivência* como ferramenta metodológica tem um motivo que merece destaque entre os já elencados. Ela se presta a uma subversão da produção de conhecimento, pois, além de introduzir uma fissura de caráter eminentemente artístico na escrita científica, apresenta-se por meio da entoação de vozes de mulheres subalternas, na qual se soma a minha própria voz, que não está localizada na mesma posição que a das mulheres usuárias, mas que também é de uma mulher negra em um meio acadêmico elitizado.

Trata-se, portanto, de produzir uma virada epistêmica, ao situar a diferença como produtora de potência de vida e de processos de subjetivação, trazendo “um questionamento à história oficial e constituindo a memória e a criação poética como reescritas dessas histórias obliteradas, a noção de *escrevivência* age como instância ética, estética e poética, pois dá vazão à mudança de perspectiva por meio do processo criativo”, como sugere Luana Barossi (2017, p. 33).

3. GESTÃO DAS PRECARIIDADES

Neste capítulo, descreverei aspectos referentes ao campo de pesquisa, o CRAS Partenon, apresentando o espaço físico, a composição da equipe e os atendimentos ofertados pelo serviço. No entanto, a análise concentra-se no processo de precarização do atendimento e da fragilização do equipamento, processo ocorrido vivamente durante o período da minha permanência no local. Refletirei quanto à precariedade como instância comum ao ser humano, mas também focalizarei as estratégias de enfrentamentos que emergiram durante o período, demonstrando a resistência por parte da equipe e das usuárias.

Também procurarei compreender a percepção que as mulheres possuem da oferta de serviços realizada durante esse período de observação participante, discutindo, diante da iminência do desligamento de parte da equipe, a noção de vulnerabilidade social, a partir do conceito de vida precária. A precariedade se configura, na minha análise, em ao menos dois níveis: a de que o serviço foi progressivamente perdendo a capacidade de responder às demandas das usuárias devido ao desmonte do poder público municipal, gerando um campo de desproteção social. A partir da investigação desse campo mesmo, é que surge a análise quanto ao sujeito que emerge dessa política, a usuária que geralmente é uma mulher negra pobre.

3.1 O CRAS Partenon

Conforme já descrito no primeiro capítulo, o CRAS Partenon é composto por uma equipe de uma coordenadora (assistente social), cinco técnicos sociais (duas psicólogas e três assistentes sociais) e dois educadores sociais. Realiza atendimentos na sede do CRAS, situada no bairro Partenon, além dos atendimentos realizados no CRIP Partenon, localizado no bairro Agronomia. Oferece atendimentos voltados à prevenção de situações de vulnerabilidade social, por meio de acompanhamento familiar, bem como inclusão em SCFV, que funcionam no ambiente do equipamento (voltado para idosos), mas também em entidades conveniadas que pertencem ao território (para crianças e adolescentes).

Desde o mês de fevereiro do ano corrente, segundo relato que escutei no local, alguns compromissos assumidos por parte da gestão municipal da política não foram cumpridos. As empresas prestadoras de serviço à prefeitura, que realizavam a contratação de diferentes categorias profissionais para a FASC (porteiros, educadores sociais, cadastradores, técnicos

sociais), não tiveram os contratos renovados. Dessa maneira, alguns prestadores deixaram de pagar os salários a alguns segmentos de trabalhadores, enquanto outras usaram recursos próprios para o pagamento. Quem estava sem receber o pagamento optou por paralisar as atividades, de modo que o trabalho ficou desmobilizado. Para a segurança da equipe, a porta era mantida fechada nos momentos em que não havia atendimento à comunidade, contribuindo para o esvaziamento do local.

Quando iniciei a pesquisa no CRAS, em março do ano corrente, estavam sendo executadas, então, as seguintes atividades:

- 1) Acolhida: espaço para acolhimento das demandas da comunidade, sejam elas espontâneas ou encaminhadas por outros serviços da rede. Acontece duas vezes na semana e pode ser acessada por pessoas a partir de 16 anos e que possuam documento de identificação.
- 2) Grupo de Desenvolvimento: reunião de usuárias/os objetivando o acompanhamento de situações de vulnerabilidade social. Realizado quinzenalmente pela assistente social. Vale salientar que são realizados grupos de desenvolvimentos também no grupo da Agronomia.
- 3) Atendimento Individual: atendimento realizado pelo técnico social para o conjunto da família ou parte dela, procurando potencializar a função protetiva que as famílias exercem como forma de prevenção da ruptura dos laços familiares, bem como promovendo a superação das situações de vulnerabilidade social.
- 4) SCFV para Idosos: realizado pelo educador social, oferta espaço para desenvolvimento pessoal, de laços familiares e comunitários voltado para pessoas a partir de 60 anos de idade.

No final do período em que frequentei o CRAS Partenon, o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) não estava sendo realizado porque a equipe de cadastradores não estava recebendo salários havia aproximadamente três meses. Como uma das principais demandas do CRAS é a inclusão no CadÚnico, boa parte da comunidade não comparecia mais ao serviço, impedindo que novos usuários tivessem o Número de Identificação Social (NIS) e pudessem acessar benefícios e Programas Sociais, e também inibindo que situações passíveis de intervenção pelos técnicos sociais fossem identificadas pela equipe. Assim, o contingente de usuários que comumente procurava a inclusão no CadÚnico deixou de

comparecer ao CRAS, reduzindo o número de atendimentos mensais em dois terços. Dessa maneira, percebo que o CadÚnico se constitui em uma das principais atividades relacionadas ao CRAS, uma vez que dá acesso aos programas sociais ofertados pelo governo federal, com destaque para o programa de transferência de renda – o chamado Programa Bolsa Família (PBF).

No que se refere ao PBF, a única atividade relativa a ele realizada nesse período era a consulta à situação do benefício, a qual era efetivada pelo auxiliar administrativo. De maneira geral, estava vinculada à situação de advertência, bloqueio ou cancelamento do benefício, decorrente do descumprimento de alguma condicionalidade do programa.

As condicionalidades do PBF estão relacionadas às três políticas públicas corresponsáveis pela execução do programa: saúde, educação e assistência social. A saúde é responsável pelo acompanhamento antropométrico de crianças de 0 a 6 anos e de mulheres em idade reprodutiva (de 13 a 49 anos); pela vacinação conforme calendário vacinal e pelo pré-natal das gestantes beneficiárias – que inclusive recebem uma parcela extra para realizarem ao menos seis atendimentos durante a gestação. A educação é responsável pelo acompanhamento de frequência em sala de aula de beneficiários em idade escolar, isto é, de 6 a 17 anos¹³. Por fim, a assistência social dá conta da inclusão no programa e da atualização no CadÚnico, que deve ser realizada a cada dois anos.

O descumprimento de condicionalidades frequentemente está relacionado a questões referentes à Educação. A ausência na escola, motivada pela evasão escolar, desafia familiares e técnicos, pois, além de ferir o aspecto legal de que, até os 18 anos, todos devem frequentar a escola, criou um impasse quanto à manutenção do benefício do PBF. As mães optam por solicitar a retirada dos filhos do cadastro, viabilizando, assim, um desfecho quanto ao descumprimento, uma vez que, para o programa, não há descumprimento caso o adolescente não esteja incluído no cadastro. O descumprimento de condicionalidade também é acompanhado por grupos, nos quais são discutidos os aspectos específicos do CadÚnico e do PBF, bem como as estratégias possíveis para dirimir tais dificuldades.

A demanda referente ao descumprimento de condicionalidades do PBF foi uma das poucas demandas, durante o período da pesquisa, em que havia equilíbrio entre mulheres negras e brancas. Percebe-se que, conforme a justificativa das mulheres em atendimento,

¹³De 6 a 14 anos, a frequência escolar precisa ser de 85% de presença em sala de aula. A partir dos 15 anos, passa para 75% de presenças.

meninos e meninas apresentam motivos diferentes para a baixa frequência na escola. Os meninos apresentam perda de interesse na escola, seja por dificuldades de aprendizado ou por outros interesses fora desse ambiente. Uma das mães explicou, durante uma acolhida, que o filho não iria mais estudar porque, mesmo após nove anos de escolarização (quatro deles vividos no quinto ano do Ensino Fundamental), ele não conseguira aprender quase nada. Além disso, já com quinze anos, estava muito maior que os seus colegas de aula.

Quanto às meninas, as usuárias comentavam que elas comumente diminuía a frequência escolar ou mesmo abandonavam a escola devido aos relacionamentos amorosos e à gestação. Em um relato que acompanhei no local, conforme registro em diário de campo de maio deste ano, uma das mães explica que a filha faria um CadÚnico só para ela devido a gestação da menina. Para tanto, ela precisava retirar a filha de seu próprio cadastro. A técnica social precisou explicar-lhe, então, que o cadastro de ambas permaneceria o mesmo enquanto a menina permanecesse morando na mesma casa que ela.

É comum entre as usuárias o entendimento de que o direito ao PBF está relacionado à presença de novas crianças na família. Pode-se compreender que essa relação se estabelece devido à centralidade das condicionalidades nos programas de transferência direta de renda, estratégias de contrapartida do Estado para a família, visando à manutenção do benefício. Além disso, acompanhamentos em serviços como o CRAS são demandados em situações de descumprimento de condicionalidades, os quais geralmente estão relacionados a crianças e adolescentes. As famílias percebem essas prioridades de acompanhamento do programa como critérios para a obtenção do benefício. Disso resultam situações, como a descrita no parágrafo anterior, ou mesmo de mulheres que desejam excluir do cadastro único aqueles filhos ou aquelas filhas que coloquem a família em situação de descumprimento de condicionalidade. Durante uma acolhida que acompanhei no CRAS, uma mulher, frente a uma situação de evasão escolar de um dos filhos, argumentou com a técnica que “não é justo que todos paguem pelo erro de um só”, demonstrando entender perfeitamente que o benefício pertence aos filhos e não à família.

Percebo, além disso, que a ênfase que as condicionalidades atribuem a crianças e adolescentes, inclusive, dificultam o acesso a pessoas com perfil de renda¹⁴ para a inclusão no programa. Durante o período como trabalhadora, atendi várias pessoas que acreditavam não

¹⁴ Famílias que não possuam crianças e que tenham renda per capita de até 77 Reais por mês podem ser incluídas no Programa; famílias com crianças e que possuam renda per capita até 159 Reais por mês também podem integrar o programa.

poderem participar do PBF porque moravam sozinhas e/ou não tinham filhos menores de 18 anos. Não verifiquei essa informação explicitamente no campo, mas, durante a circulação pelo serviço, percebia que a grande maioria das mulheres que procuravam inclusão no CadÚnico eram adultas jovens, isto é, quase não havia mulheres idosas.

Outra demanda que é bastante presente no CRAS diz respeito ao encaminhamento para SCFV de crianças e de adolescentes. Nos mesmos moldes do SCFV para idosos, essa outra modalidade visa à promoção de laços familiares e comunitários, adaptado, entretanto, para o público dessa faixa etária (de 6 a 17 anos). O atendimento é oferecido integralmente por entidades socioassistenciais conveniadas à FASC. O CRAS, no entanto, coordena a execução dos serviços por meio da avaliação e do encaminhamento formal dos usuários para as ditas instituições. Estão conveniadas três instituições para a região atendida pelo CRAS Partenon: uma situada na vila Maria da Conceição (Pequena Casa da Criança); uma na vila Aparício Borges (Instituto de Assistência e Proteção à Infância) e uma na vila São Pedro (Instituto Vida Solidária)

A avaliação é realizada conforme parâmetro estabelecido pelo reordenamento dos serviços socioassistenciais, que leva em consideração algumas situações de vida consideradas prioritárias de risco social: situação de isolamento; trabalho infantil; vivência de violência e/ou negligência; fora da escola ou com defasagem escolar superior a dois anos; em situação de acolhimento; em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto; egressos de medidas socioeducativas; situação de abuso e/ou exploração sexual; com medida de proteção do ECA; em situação de rua; vulnerabilidades no que diz respeito a PCD (BRASIL, 2013).

Quanto ao serviço de acompanhamento (PAIF), o mesmo contempla a população que necessita de suporte para a superação da vulnerabilidade social. A vulnerabilidade social é apresentada como o conjunto de situações de vida que possam impedir o acesso a direitos, tais como adoecimento, ausência de renda, evasão escolar, fragilização de vínculos familiares e/ou comunitários, violência, entre outros. O CRAS oferece tanto inclusão no PAIF quanto o atendimento às famílias, duas modalidades de acompanhamento familiar previstas na política. Durante o período de pesquisa, estavam em acompanhamento pelo PAIF do CRAS Partenon 46 famílias e em atendimento familiar 26 famílias.

O acompanhamento familiar, segundo previsto na política, deveria incluir, além do atendimento individual e da inserção em grupos de desenvolvimento, também visitas domiciliares. Contudo, pela precarização dos recursos, os motoristas da FASC não estavam

realizando a atividade. Assim, quando o domicílio estava situado em uma região afastada do CRAS, não era possível realizar a ação. Durante uma acolhida que acompanhei, por exemplo, a técnica social explicou que, para a inclusão em SCFV em entidade conveniada, a avaliação era feita também por meio da visita à casa das usuárias solicitantes. A medida visava auxiliar na configuração de prioridades, cujas situações características já haviam sido expostas anteriormente. No entanto, como não havia disponibilidade de carro para o deslocamento, a inclusão estava sendo feita a partir do relato das usuárias. Assim, entendo que a avaliação era feita apenas com base nas informações que a usuária considerava importante falar no serviço, bem como nas impressões que a técnica tinha em relação a situação apresentada. Quaisquer elementos não discursivos, informações advindas do próprio território e que digam respeito a situação de vida da família, ficam fora da avaliação. Penso que, além de ir de encontro a própria concepção do serviço, de estar próximo da família e da comunidade local, avaliações superficiais podem homogeneizar situações específicas de desproteção.

Ainda sobre as práticas de acompanhamento familiar que tive acesso durante o período de campo, a equipe informou-me de que os atendimentos que eram colocados em acompanhamento e que não decorriam de encaminhamentos do judiciário (os quais sempre são incluídos) são discutidos entre elas antes de ser propostos às famílias. Da mesma forma, os desligamentos também passavam por avaliação coletiva, pensando tanto nos pontos superados no período de acompanhamento quanto da adesão ao acompanhamento.

A fala das técnicas que realizavam o atendimento era fortemente permeada por termos da área social (“vulnerabilidade social”, “equipamento”, “vínculos familiares”, “território”, entre outros), o que, por vezes, causava a sensação de que as usuárias não entendiam as explicações e orientações. Eu mesma, enquanto trabalhadora de um CRAS, vivenciei em diversas situações a sensação de que precisava detalhar as orientações com um vocabulário menos técnico, procurando explicar os jargões da área da Assistência de maneira que as usuárias conseguissem entender o que eu desejava lhes dizer. Percebi esse mesmo desafio durante uma acolhida, realizada em abril desse ano, em que presenciei a seguinte cena: “a técnica iniciou o atendimento às usuárias explicando para que servia o CRAS, quais eram os atendimentos oferecidos e explicou sobre a situação vivida atualmente. Após essa explicação, cada usuária falou o seu nome e o motivo que a levava até o CRAS. A maioria desejava inclusão no CadÚnico e em SCFV. Ainda assim, a técnica realizou o atendimento individual de todas as

mulheres, repetindo as mesmas orientações, pois elas seguiam com dúvidas sobre o encaminhamento”.

Durante a sua fala, a técnica social procurou explicar às usuárias o contexto vivido naquele momento, em que uma série de atendimentos, como a inclusão no CadÚnico, estavam interrompidos ou que algumas avaliações estavam sendo parcialmente realizadas, seja pela ausência de carro para deslocamento às casas das usuárias, seja pela própria ausência de vagas nas entidades conveniadas. No entanto, a explanação da técnica era permeada de tantas palavras que remetiam à assistência social, mas que não fazem parte do vocabulário daquela região (por exemplo, a maioria das pessoas não sabe o que é SCFV porque em Porto Alegre esses serviços ainda são chamados de SASE¹⁵) que o efeito era de que as mulheres tivessem de perguntar de novo “Mas vai ter a vaga?”, “Quando eu poderei fazer a inclusão no Cadastro”, isto é, sintetizavam nessas novas indagações a questão central de sua demanda porque sentiam que ela não havia sido respondida. A técnica, então, precisava objetivar sua resposta “Não há vaga, será colocado em lista de espera”; “não temos previsão para o início de novas inclusões no CadÚnico”.

Percebe-se, na situação relatada, o esforço em explicar o contexto político de organização da assistência social e do próprio CRAS devido às perdas sofridas como um incremento qualitativo no atendimento. No entanto, se, por um lado, seria incongruente uma profissional que trabalha com vínculos oferecer uma orientação seca e insuficiente (ou a boa e velha expressão “curta e grossa”), por outro lado, essa aproximação por meio de linguagem distante da população, parece não produzir o efeito desejado, pois a técnica não conseguia transmitir exatamente a gravidade do que estava acontecendo ao trabalho do CRAS, devido à precarização e ao impacto imediato que a falta de recursos causa no atendimento aos usuários.

Outro aspecto observado é de que as situações levadas para o atendimento não foram resolvidas em um único dia, de modo que as usuárias precisaram retornar ao CRAS novamente. Uma usuária contou-me, durante uma acolhida, que estava utilizando o dia de folga para solicitar a inclusão do filho em SCFV. A técnica informou a usuária de que seu filho seria incluído em lista de espera, uma vez que não havia vagas no momento, mas que seria avisada quando houvesse disponibilidade de vagas, para que pudesse pegar o

¹⁵ SASE (Serviço de Atendimento Socioeducativo) era a nomenclatura utilizada pela Assistência Social em Porto Alegre até 2006, quando ocorreu a implementação do SUAS e o serviço de atendimento passou a se chamar SCFV.

encaminhamento à entidade conveniada. A usuária pondera que poderia retornar apenas quando tivesse folga no trabalho novamente, uma vez que se sentia insegura para pedir para sair durante o seu expediente e receber sanções no emprego, como descontos ou mesmo demissão. Percebo que, ainda que a equipe possua um fluxo adequado para o atendimento, procurando dar algum destino às demandas da população, a oferta insuficiente de atendimento - que apenas se agravou com os desfalques na equipe do CRAS - acaba gerando uma seleção entre as mulheres que poderão acessar aos serviços e as que se tornarão uma estatística de “demanda reprimida”, isto é, o contingente de usuárias que desejam o atendimento, mas que não conseguem, de fato, ter acesso a ele.

Os efeitos da precariedade podem ser observados mesmo nos atendimentos mais básicos e que não demandam intervenção das técnicas sociais. Nos últimos encontros no campo, obtive a informação de que havia sido realizado um acordo com os cadastradores, que retomaram as atividades junto ao CadÚnico. O CRAS voltou a ficar cheio de pessoas na sala de espera. No entanto, a metodologia de trabalho foi alterada: desconfiados da possibilidade de não receberem os salários novamente, os cadastradores passaram a atender um número determinado de pessoas, conforme ordem de chegada, três vezes na semana, diferentemente do método anterior, no qual era realizado agendamento para a inclusão no CadÚnico. Com essa nova forma de atendimento, caso os cadastradores precisem interromper as atividades novamente, os usuários não serão prejudicados ao não terem o atendimento realizado. Entretanto, como todo o serviço que se organiza por meio de ordem de chegada, as pessoas que desejavam a inclusão chegavam muito cedo e ficavam aguardando o início do atendimento do lado de fora do CRAS, além de aguardarem a sua vez no atendimento. Assim, para realizar o CadÚnico, por vezes, era necessário mais de um turno de permanência no CRAS.

Diante desse contexto adverso, minha passagem pelo CRAS Partenon suscitou-me muitas comparações com o tempo em que atuei junto a PSB, mas também do período em que fui residente em saúde coletiva, cuja unidade em que trabalhei também estava situada no território de atendimento do CRAS (na Vila São José). O cotidiano de trabalho que a equipe vivenciava em muito remetia à organização da minha equipe no CRAS Umbu. O sistema de acolhimento em horários pré-estabelecidos, os grupos de usuárias que tinham no CRAS um espaço para encontro e compartilhamento, a demanda crescente por acesso aos programas sociais. Não obstante, também me percebi de novo em um território com outras

características, como um maior acesso a transporte, a empregos, a espaços de lazer e sociabilidade. Além disso, apenas o território atendido pelo CRAS Partenon já comporta um número de habitantes que corresponde a praticamente metade da população estimada para todo o município de Alvorada, de modo que existem complexidades no que diz respeito ao atendimento que não ocorriam no meu antigo setor, como, por exemplo, a necessidade de terceirizar o trabalho tanto do PAIF (por meio de SAF's) quanto do SCFV, fazendo com que a população acabe por ser atendida muito mais pela iniciativa privada do que, de fato, pelo poder público.

Estar com pessoas que atravessavam um período de mais perdas e privações, quer de seus empregos, quer de seus atendimentos, causava-me ansiedade e tristeza, mas, ao mesmo tempo, conectou-me com afetos positivos a essas mulheres, tanto as técnicas sociais como as usuárias, no desejo de resistir aos retrocessos vivenciados não apenas em Porto Alegre, mas também em Alvorada e no país como um todo, por meio de práticas que convoquem ao diálogo e ao fortalecimento coletivo, principalmente entre aquelas que já vivenciam a precariedade oriunda das iniquidades históricas do nosso país.

3.2 O desmonte de uma política

Um aspecto que precisa ser discutido sobre o campo de pesquisa trata-se do progressivo desmantelamento que os serviços socioassistenciais no município de Porto Alegre vêm atravessando e o efeito de precarização que esse processo relega aos seus atores. Auxilia na reflexão quanto à oferta que é feita para a população considerada vulnerável, bem como expõe o quanto o projeto de implementação de uma política pública enfrenta diversas resistências. A filósofa Judith Butler observa que “a estrutura da demanda é importante para entender como se introduz e se sustenta a autoridade moral se aceitamos que quando falamos não apenas nos dirigimos a outros, mas também que de algum modo ingressamos na existência, por assim dizer, a partir da demanda e algo acerca de nossa existência prova ser precário quando dita demanda fracassa” (BUTLER, 2006, p. 164).

O município de Porto Alegre tem como prática a criação de estratégias frágeis para executar os serviços da Assistência Social. Apesar da orientação para que a política de Assistência Social seja executada por servidores em cargo efetivo, o município, há cerca de sete anos, vem realizando aditivos aos contratos firmados com empresa terceirizada para

compor o quadro de trabalhadores. Além disso, essa prática passou a ser considerada irregular a partir do ano de 2016, quando se estabeleceu o marco regulatório das organizações da sociedade civil, que prevê o chamamento público e a livre concorrência. Nesse sentido, a própria Procuradoria Geral do Município (PGM) orientou que a FASC realizasse um termo de colaboração com as empresas prestadoras de serviço, no qual os trabalhadores terceirizados seriam progressivamente substituídos por servidores oriundos do concurso público (ZERO HORA, 26/05/2017).

Entretanto, sob pretexto da troca de gestão pós-pleito eleitoral, a atual administração deliberadamente ignorou a recomendação, de modo que as empresas conveniadas ficaram sem o repasse do pagamento desde fevereiro do ano corrente. Essa atitude provocou a paralisação de boa parte da equipe do CRAS Partenon. Apenas os técnicos sociais tiveram o salário mantido pela empresa durante o período de quatro meses. Além disso, muitos recursos que deveriam ser disponibilizados pelo CRAS, tais como benefícios eventuais, aluguel social, entre outros, foram suspensos devido a cortes no orçamento da pasta, conforme me explicou uma das técnicas – “foi tudo cortado!”. A equipe, então, se via completamente desassistida para realizar o trabalho.

“As pessoas vêm aqui para ouvir o que elas já sabem”. Essa frase, proferida por uma técnica social, revela a fragilidade do serviço, exposta a toda a comunidade – não é segredo para ninguém que o CRAS não pode atender ao que eles pedem. Crenshaw (1991) alerta para o fato de que, em contextos de trabalho com minorias políticas (mulheres negras pobres nesse estudo), ao não considerar os aspectos interseccionais do objeto de trabalho, as trabalhadoras costumam demonstrar maior frustração e esgotamento perante o atendimento.

Trabalhar com a precariedade humana requer um exercício de olhar para as nossas próprias precariedades. Ocupar um lugar de trabalhador, em um contexto de desmantelamento do serviço, significa expor toda a perda a que os usuários já estão acostumados. Na precariedade, existe um comum que obriga a reconhecer a necessidade do outro no processo de ser eu mesmo. Como Butler vai explicar

(...) a demanda do outro nos constitui contra nossa vontade ou, talvez, para dizê-lo mais apropriadamente, antes da formação da nossa vontade. Assim, se cremos que a autoridade moral se relaciona com encontrar a própria vontade e sustentá-la, estampando-lhe nossos nomes, provavelmente não possamos compreender o modo pelo qual se transmite uma demanda moral. Isto é, não compreendemos a situação de ser interpelados, a demanda que vem de outro lugar, às vezes de um lugar indefinido, pelo qual se articulam e insistem nossas obrigações. Em efeito, esta concepção do que é moralmente obrigatório não é algo que eu me imponha; não provem de minha autonomia ou de minha reflexividade. Vem até mim de outro lugar

de improviso, inesperadamente e de forma espontânea. De fato, tende a arruinar meus planos, e que meus planos resultem arruinados bem pode ser o signo de que algo é moralmente obrigatório para mim (BUTLER, 2006, p. 165).

No percurso da pesquisa, um dos espaços que servia como ponto de apoio era poder conversar com os colegas sobre o que se passava com eles, qual era a perspectiva para a continuidade do trabalho. Butler (2006) fala sobre a vulnerabilidade a que estamos sujeitos diante do outro como parte da vida corporal, uma vulnerabilidade perante o imprevisível. Ela vai afirmar que “esta vulnerabilidade se exacerba sob certas condições sociais e políticas, especialmente quando a violência é uma forma de vida e os meios de autodefesa são limitados” (p. 55). A incerteza quanto ao que seria feito deles logo cedeu espaço para um momento de ruptura: todos os técnicos sociais contratados seriam demitidos ao final do mês de maio.

Isso significou um tempo limitado para que o serviço organizasse o trabalho com a única assistente social que permaneceria no CRAS e para a organização pessoal desses trabalhadores, que ficariam desempregados. A sensação era de pesar, de que havia uma perda lastimável acontecendo. De um lado, os trabalhadores estavam angustiados sobre a maneira que poderiam deixar os usuários menos desassistidos, sem que esse cuidado sobrecarregasse a colega que permaneceria. Pensaram na diminuição da oferta de atendimentos, procurando concentrar os atendimentos mais urgentes para que fossem acompanhados por ela.

As técnicas informam o grupo de desenvolvimento sobre o seu desligamento do CRAS e explicam que, nesse processo de saída, o mais difícil é o vínculo que já existe com as famílias. Enfatizam que não se trata de um desejo pessoal e que elas não estão as abandonando. Por outro lado, as usuárias também ficaram mobilizadas com o destino dessas trabalhadoras: “mas vocês também têm família, né?”. Disse uma das componentes de um grupo de desenvolvimento, quando as técnicas contaram sobre a situação dos trabalhadores do serviço. Todos estavam vulneráveis naquele momento. A opressão ainda que seja desigual devido as diferentes posicionalidades, demonstra a fragilidade do serviço, que está suscetível à uma gestão que não tem a continuidade da execução do serviço como prioridade da administração.

Em mais de uma oportunidade, as usuárias lamentaram que estivesse na administração à gestão eleita:

“agora não é mais o povo que escolhe”

“temos que pensar no nosso voto”

No primeiro fragmento, uma das usuárias expressa sua apreensão com a situação do governo federal e com a possibilidade, naquele momento de acontecerem eleições indiretas, uma vez que o presidente em exercício, Michel Temer, havia sido denunciado por corrupção passiva. O segundo fragmento, advindo de um espaço de acolhida, reflete o sentimento de responsabilidade contido no voto, que determinou uma gestão descomprometida com a necessidade do povo.

As usuárias reconhecem o quanto isso as afeta, analisando a situação também pela sua perspectiva. Uma delas, em uma acolhida, sintetiza o sentimento que se depreende das diversas negativas realizadas durante os atendimentos. Quando a técnica explica sobre a falta de recursos no CRAS, motivadas pela falta de pagamento da prefeitura às empresas fornecedoras, ela desabafa: “como o pobre vai viver desse jeito? A gente precisa, precisa, precisa...”. Essa fala retrata a maneira que as demandas de mulheres, jovens negras pobres, são consideradas pela gestão: hierarquicamente inferiores, sistematicamente negligenciadas, a despeito de sua necessidade. Carolina Maria de Jesus (2014) poeticamente reflete que a favela é o quarto de despejo da cidade. Essas mulheres se encontram como que no esquecimento, colocadas em um lugar no qual possam ser esquecidas e suas vozes, pouco ouvidas.

Quando se aproximava a data de desligamento das técnicas sociais, a equipe realiza um encontro com usuárias de todos os grupos de desenvolvimento, com o objetivo de reunir as famílias que seguiriam em atendimento pela técnica social, em um esforço de aproximação e vinculação. Entretanto, o momento tornou-se um uníssono em defesa da permanência das técnicas sociais, enfatizando as benesses recebidas pelo trabalho dessas profissionais durante o período de acompanhamento. Demonstra toda a implicação com vidas que não são as nossas, em virtude de sermos seres corporais (BUTLER, 2006). Quer dizer, nesse momento, ao deparar-se com o desligamento dessas trabalhadoras, usuárias expõem suas precariedades na tentativa de evidenciar a atuação profissional da equipe.

Uma das usuárias comenta sobre a situação de outros serviços pela cidade, que estão deixando de atender não apenas pela falta de trabalhadores, mas também pela violência a que as equipes ficam expostas: além da violência urbana, a precariedade de recursos e a demanda de acompanhamentos compulsórios (originados pelo CT e Poder Judiciário) acirram a relação do serviço com os territórios, aumentando a desproteção a que ficam sujeitos. Essa usuária afirma que viria uma nova empresa para fazer a contratação. Ela conta que, antes de ser

CRAS, esse tipo de problema já tinha acontecido e que a preocupação que ela tinha era de que deixar, o CRAS em funcionamento com tão poucas pessoas e tão pouco recurso, “vão vir aqui e quebrar tudo, o povo se revolta. Ou sai todo mundo ou fica todo mundo”.

Por fim, a equipe considerou que seria importante, para o processo de desligamento dos técnicos, realizar uma assembleia com a comunidade. Segundo a fala da equipe, esse espaço objetivava a explicitação da situação do CRAS, procurando constituir, em parceria com a população, estratégias para lidar com o retrocesso vivenciado. Não obstante, a gestão vetou a realização da atividade no ambiente do CRAS.

A equipe, então, em parceria com o Conselho Regional de Assistência Social (CORAS), mobilizaram uma caminhada em defesa do SUAS e contra a precarização do serviço público (figura 1). No ato, trabalhadoras e usuárias exigiram providências do poder público com faixas contendo a frase “mais direito, menos ladaia”. Butler (2006) sinaliza o processo de falar em primeira pessoa na narrativa das histórias, reforçando uma posição de recentramento diante de contexto político. Não se trata apenas de uma luta trabalhista (passível de ser representada por um sindicato, por exemplo) – dar espaço para uma fala em primeira pessoa (nesse caso, o “nós”, de trabalhadoras e usuárias de uma assistência social precarizada), mas de uma narrativa que aponta para uma trajetória vivenciada a partir da vulnerabilidade.

3.3 O gerenciamento das vidas precárias e a produção de vítimas

Butler (2006) aponta que a condição humana é intrinsecamente vulnerável, uma vez que todos “nós”, seres humanos, passamos pela experiência de perder algo ou alguém. A autora propõe, contudo, o conceito de precariedade para refletir sobre essa condição compartilhada, mas que constitui um “nós” que está fora de “nós” (um “nós” despossuído) como consequência da vulnerabilidade a que os corpos estão expostos. Assim, ela propõe uma questão ética de poder pensar esse “nós” para além de nós mesmos a partir de outro lugar do corpo, abrindo outro tipo de aspiração normativa para o campo político.

A “vulnerabilidade” figura como um conceito-chave para a Política de Assistência Social brasileira, ainda que não explicitamente definida no texto que a descreve, conforme apontamos no primeiro capítulo desta dissertação. Junto à vulnerabilidade, operam também

como desdobramento do conceito, as definições sobre aqueles e aquelas a quem recai a vulnerabilidade: os/as vulneráveis e/ou os/as vítimas (de alguma situação de violência, desigualdade, injustiça social, por exemplo). Durante o período de campo, participei de uma acolhida em que uma mulher compareceu ao atendimento, Vera.¹⁶ Acompanhada pela filha, Juliana, Vera foi encaminhada por outro CRAS do município em que foi vinculada por muitos anos. Ela destacou como principal motivo para o acompanhamento o envolvimento de seu filho, André, com o Narcotráfico. André foi assassinado em conflito decorrente da disputa de território do Narcotráfico na grande Porto Alegre, de modo que Vera sentiu-se ameaçada e resolveu mudar-se com os demais filhos para outro bairro, o qual faz parte do território do CRAS Partenon. Trata-se da casa de Juliana, que possui um contexto de vida bem diferente da mãe: possui emprego e renda, casa própria, ensino fundamental completo, enfim, uma vida com possibilidade de acesso a determinados direitos. Essa família foi acolhida no CRAS e teve o agendamento para um atendimento familiar, visando à inclusão em acompanhamento com um técnico social.

Em seu atendimento, Vera falava que precisava de escolas para as crianças, que precisava “se encostar” porque já não tinha condições de trabalhar e acreditava ter ficado muito abalada emocionalmente com toda a situação que passou. Ela foi incluída no PAIF, para acompanhamento familiar. Perguntei-me, então, o que foi verificado como vulnerabilidade social que tivesse uma especificidade para ser trabalhada junto ao CRAS. A impressão que ficou, uma vez que não tive a oportunidade de conversar nesse dia com a técnica social sobre sua avaliação, foi que ela fora acolhida porque havia um encaminhamento do Conselho Tutelar. Quanto mais Vera explicava o seu contexto atual de vida, mais parecia que sua necessidade deveria ser endereçada a outras políticas, como educação, saúde, previdência social, enfim, espaços específicos para atender suas necessidades. O CRAS, dessa maneira, figura como aquele que ratifica o lugar do sujeito como vulnerável e cria um itinerário formal para a circulação das usuárias pela rede de serviços.

Pensar a vulnerabilidade como esse plano de fundo em que se situam as demandas reais das usuárias produzindo-se a partir desse lugar que oferece assistência “para aqueles que dela precisem”, remete ao que Didier Fassin (2010) entende como “causa humanitária”, isto é, a introdução de sentimentos morais na política de Estado. O antropólogo, ao estudar

¹⁶ Nomes criados para manter a confidencialidade do material e o anonimato das usuárias.

aspectos referentes à produção de conhecimento das ciências congêneres a causa humanitária, afirma que:

Exclusão, sofrimento e escuta constituem como que um tipo de configuração semântica para a década de 1990, uma que podemos qualificar como base na compaixão. Essas noções permitem articular o que os sociólogos chamaram de “nova questão social” - isto é, tanto o que faz com que “o social” exista como um problema, entre economia e política, e como ele se constitui como um “problema” através de uma problematização específica de um momento na história (FASSIN, 2010, p. 24).

Ainda, Fassin (2010) explica de que maneira o governo em torno das questões referentes à Saúde Mental, vistas então como exclusão e sofrimento, emergiram como forma de enfrentamento às novas realidades econômicas, em torno da desigualdade, do desvio, da pobreza e do crime. Ele aponta que, após esse fenômeno, “os serviços de assistência social foram mantidos e, às vezes, expandidos, tecnologias de repressão foram usadas e refinadas, mas outras respostas também apareceram, respostas às quais psiquiatras e psicólogos contribuíram com suas ferramentas teóricas e práticas, o que se mostrou ainda mais eficaz porque o terreno havia sido preparado para eles pelas ciências sociais, políticos e meios de comunicação social” (FASSIN, 2010, p. 24).

Essa noção de uma razão humanitária tem a ver com uma expectativa de modo de vida, baseada em parâmetros construídos nos processos de regulação econômica e de produção de subjetividades decorrentes da colonização. Dessa forma, no interior do capitalismo, as formas de vida historicamente relacionadas ao colonizador foram legitimadas como ideal a ser seguido. Como uma espécie de desdobramento dessa premissa, observa-se certa rejeição a vincular os objetivos do acompanhamento às realidades que constituem o território, tanto por parte de usuárias quanto das trabalhadoras. Ao perseguir-se a superação da vulnerabilidade, a vida que acontece no cotidiano parece ceder espaço ao cumprimento da lei.

Acompanhando o cotidiano de trabalho, deparei-me com a cena em que uma mulher, Andréa, desejava incluir a filha, Denise, no SCFV. A menina entrara para a escola e ficaria sozinha em casa no turno inverso. Andréa trabalhava como auxiliar de serviços gerais; os cinco irmãos de Denise ou estavam na escola ou em outro SCFV. A técnica informa as entidades conveniadas disponíveis para Andréa, pensando a partir da localização de sua casa. Andréa respondeu à técnica que tinha preferência por uma, a IAPI, pensando que o seu filho mais velho poderia levar a irmã até a entidade quando estivesse a caminho da escola. Para a outra instituição, ela teria que pagar uma pessoa para levar Denise, já que era preciso

atravessar uma avenida. A técnica informa que verá em qual instituição há vagas naquele momento; quando sai da sala, Andréa, em atendimento, fala para as outras usuárias: ‘lá naquele SASE não dá pra colocar os filhos, principalmente quando já estão maiores’. Seguem conversando sobre a sua preferência e do porque a outra instituição é tão melhor. A técnica retorna informando que não havia vagas disponíveis em nenhum SCFV naquele momento.

O primeiro pensamento que me ocorre é o de saber por que tal instituição não é um bom lugar. Mesmo curiosa, não perguntei – falta de prática, por vezes, paralisa. Em seguida, deparo-me com a questão de por que a avaliação da usuária – mulher, mãe, moradora da região -, não era algo possível de ser enunciado na presença da técnica social. Acolher as demandas, os encaminhamentos, “aderir ao acompanhamento”, estar inscrita na lógica que norteia a política fica em um plano mais evidente, enquanto a reação dessas mulheres frente a sua problemática fica pouco perceptível.

O gerenciamento da renda oriunda do benefício advindo de programas de transferência comumente é orientado para ser utilizados em prol dos objetivos pensados para o próprio acompanhamento. A antropóloga Veena Das (in DIFRUSCIA, 2010) discute a constituição de um lugar de enunciação da vítima por meio do testemunho sobre o sofrimento. A autora afirma que “que se nossa maneira de estar-com-os-outros tiver sido brutalmente estragada, então o passado entra no presente, não necessariamente como memória traumática, mas como conhecimento venenoso. Esse conhecimento pode ser enfrentado apenas pelo conhecimento através do sofrimento”. A autora assinala, assim, a utilização da vulnerabilidade como possibilidade de existência, em um contexto de violação de direitos e de precariedade, tal como foi a Partição do Estado Indiano e posterior formação do Paquistão. Testemunhar possibilita estabelecer uma relação entre violência e subjetividade, ao passo que a narração dos fatos violentos possibilita dar sentido a precariedade, bem como reparar as relações afetadas pela violação.

Recordo-me de uma usuária que, ao narrar uma ida ao Foro, para um atendimento com a promotora de justiça, O CRAS não dispunha do benefício eventual da passagem de ônibus, então ela, muito constrangida, me conta que optou por ir caminhando com a filha, um trajeto de aproximadamente dez quilômetros entre ida e volta. Apressou-se em justificar que não era sempre que caminhava tanto com a menina, que a levou junto consigo porque não tinha com quem a deixar. Quando perguntei se ela poderia ter utilizado o recurso do seu benefício PBF, uma vez que ela havia efetuado o saque, ela então revela que a filha gosta

muito de sorvete, de modo que preferiu utilizar o dinheiro para levá-la a sorveteria que ficava no trajeto que percorreram.

Conforme sugere Veena Das, ao tratar sobre o testemunho, evidencia os aspectos que se referem à condição humana em confronto com a força da lei e, fundamentalmente, com a inscrição legal que o Estado efetua sobre os sujeitos. Pode um pobre escolher algo que não diga respeito à subsistência? A autora dirá que a natureza criminosa do direito se localiza justamente na zona formada entre essas duas dimensões – a do desejo é a da lei (DAS, 2007, p. 14). Nessa história de vida, percebe-se como a economia moral em relação ao modo como uma pessoa considerada na faixa da pobreza pode/deve utilizar o seu dinheiro: talvez ela não imagine que muitas pessoas possam fazer essas mesmas escolhas, independentemente de sua classe social. A orientação, no entanto, é que ela utilize o recurso para comprar “comida de verdade”, produtos necessários para os filhos e custeie, quando necessário, o seu acompanhamento.

Maria Claudia Coelho et al. assinalam a utilização do lugar da vítima como uma forma de constituição da subjetividade nos tempos atuais, de modo particular quando do acesso a direitos no contexto das políticas públicas brasileiras. As autoras afirmam que “a construção da figura da vítima dá-se a partir de uma definição prévia de um lugar da ‘vulnerabilidade’ associado a determinados grupos sociais, como mulheres, crianças e idosos, com uma acentuada marca de gênero” (COELHO et al., 2013, p. 244).

Percebe-se que a vulnerabilidade que sustenta a posição de vítima produz o argumento necessário para se obter o acesso e esse argumento está eminentemente permeado de sentimentos morais, de formulações de cunho humanitário. Por meio da análise da produção teórica em torno das políticas públicas, a utilização de saberes científicos que corroborem a precariedade/degenerescência de sujeitos particulares, justificando, dessa forma, a necessidade de intervenções específicas do Estado sobre determinados grupos. A lei passa a servir como um instrumento do Estado para restringir e delimitar a população, principalmente a de mulheres negras pobres. Mais: a lei, por vezes, fica estrategicamente suspensa (total ou parcialmente) a fim de dotar o Poder Executivo de poder soberano, isto é, o poder de fazer morrer ou deixar viver (BUTLER, 2006). Na próxima seção detalharei a produção dessas usuárias da PSB, procurando demonstrar que os efeitos da precariedade que atravessam um serviço destinado a uma população subalternizada constituem essas mulheres negras.

3.4 Desproteção social: as mulheres negras na Proteção Social Básica

A noção de vulnerabilidade possui uma dimensão de ininteligibilidade, no sentido de se apresentar como algo sem forma, que necessita de uma codificação para se tornar acessível. Das práticas dessa política, emerge um sujeito, ou, utilizando a perspectiva de Butler (2003), performatiza-se um sujeito, que possui necessidades específicas e que dizem respeito, sobretudo, à classe. Luciana Rodrigues (2017), ao investigar a constituição do vínculo em um CRAS de Porto Alegre, demonstra, a partir da teoria do ator-rede¹⁷, a maneira como atores (humanos e não-humanos) vão constituindo redes de práticas que produzem esse vínculo. O vínculo, então, “demonstra-se múltiplo e subjetivador, como conexões que tornam possível ao sujeito acessar elementos que inscrevem nas experiências dos sujeitos, como os marcadores sociais da diferença, modificando e permitindo que novos modos de agir e novas capacidades possam ser exercidas” (RODRIGUES, 2017, p. 115).

A performatividade de classe se dá, por exemplo, por meio da própria oferta de serviços, como o CadÚnico ou os benefícios eventuais, mas também por meio de uma relação que pressupõe uma necessidade entre as usuárias e o serviço, posicionando-as em um lugar de subalternidade que costuma apontar para a pobreza, isto é, para os aspectos que circunscrevem uma identidade relacionada a esse aspecto – casas precárias, falta de saneamento, falta de renda, acesso restrito à educação, à saúde, ao transporte, ao lazer, entre outros elementos que podem perpassar o universo da favela.

Observa-se, ainda, que a performatividade de classe está produzindo e sendo produzida articuladamente às performatividades de gênero e de raça, uma vez que são constitutivas e constituintes umas das outras, se pensados como marcadores sociais de diferença (BRAH, 1996). Priscila Detoni (2016), ao considerar a performatividade de gênero a partir de uma pesquisa em um CRAS de Porto Alegre, procurou compreender os processos que se estruturam a partir da precarização e feminização do trabalho naquele serviço, tendo como premissa a mulher como cuidadora e responsável pela família, a ausência de formação e da desarticulação entre políticas para lidar com a diversidade sexual, engendrando práticas reiterativas da heterossexualidade. O trabalho de Detoni vai ao encontro do cenário observado nesta pesquisa já que percebi, a partir da produção da própria PNAS, uma

¹⁷ Rodrigues (2017) explica que “a Política é uma rede que ganha existência pela conexão entre atores distintos – humanos e não-humanos, materiais e imateriais – que interagem e atuam produzindo diferentes objetos” (RODRIGUES, 2017, p. 16)

construção cisheteronormativa das usuárias, principalmente diante da performatividade de mulher-mãe, para qual se aspira um ideal de feminilidade, de monogamia, de uma afetividade contida e que priorize os filhos. Ainda que se procure garantir o atendimento à diversidade sexual e de gênero, como, por exemplo, com a inclusão do nome social no prontuário SUAS, ainda são movimentos que se mostram insuficientes para contrapor a cisheteronormatividade que constitui as práticas dos serviços no contexto dessa política pública.

No contexto estudado, identifica-se, ainda, que existe, como apontado por Crenshaw (1991) em suas análises sobre a violência doméstica contra a mulher negra nos Estados Unidos, uma sobrecarga sobre essas mulheres, resultado da intersecção entre o gênero e a raça. Encontrar tantas mulheres negras em um serviço que é pensado, desde a sua concepção, como voltado ao atendimento a uma população precarizada, informa que elas são lidas como vulneráveis, mas pouco se problematiza o quanto o mundo não foi feito para elas. Assim, o que parece pouco problematizado é que muitas dessas mulheres experienciam uma série de restrições, pois nem sempre os recursos necessários para que suas escolhas (quanto a trabalho e renda, escolaridade, lugar em que vivem, entre outros) não se restrinjam a lugares subalternizados estão indisponíveis ou são de difícil acesso.

Quando nos remetemos à Maria Luiza, personagem que figura nas escrevivências desta dissertação, a situação lá retratada afeta muitas mulheres com as quais convivi durante o período do trabalho de campo. Maria Luiza acreditava que não havia espaço, no contexto do acompanhamento do CRAS, para falar sobre a sua dor em ter os filhos acolhidos. Ela procurava demonstrar uma mudança de postura e um pronto atendimento às demandas das técnicas sociais para que tivesse a oportunidade de reencontrá-los. O desespero e a dor de uma mãe que é compulsoriamente separada de seus filhos não figurou como um aspecto a ser trabalhado no acompanhamento, restando a ela contar apenas com a vizinha Joana para acolher o seu luto. Recordo-me, novamente, de Carolina de Jesus (2014), que passava o dia a coletar material reciclável e, com o dinheiro da venda desse material, comprava comida para os filhos, e me pergunto: de que maneira essas práticas podem ser lidas como cuidado e não imediatamente como negligência ou violação de direitos?

A partir da perspectiva interseccional, e considerando a intersecção entre os marcadores sociais de gênero, raça, e o da classe, é possível perceber, assim, os efeitos do racismo, do sexismo e do elitismo sobre essas usuárias, que vivenciam, a um só tempo, as

consequências de uma sociedade que precariza suas vidas e do desmonte de uma política voltada a um segmento da população que as engloba. Não pretendo, contudo, desqualificar uma política pública que foi construída por meio da militância dos movimentos sociais. Justamente por perceber a Assistência Social como um campo propício para a transformação da realidade vivida é que passei a me perguntar sobre esses procedimentos que afugentam a vida, tornando, por exemplo, Andréa, a usuária com quem se passou a situação anteriormente narrada, que desejava um SCFV específico para a filha, mas não explicitou essa demanda para a técnica - alguém de quem é esperado que apenas responda, mas que não pergunte.

Seguindo as análises de Fassin (2012) sobre a produção de vítimas, parece profícuo atentar para as práticas que afetam as mulheres duplamente: primeiro pela violência estrutural em si, decorrentes da precariedade de renda, de proteção social, de garantia de direitos, de acesso a bens e serviços, que ocasiona consequências físicas e psicológicas, como a fome e as doenças que dela decorrem, os problemas relacionados à saúde mental, de modo particular os depressivos e ansiosos, que foram relatados por algumas usuárias, entre outros; segundo, pelo silenciamento em torno dessas violências, imersas em esquecimento, negação e, portanto, gerador de mais violência.

O lugar da vítima também tem a ver com a verificação por parte da política de que a realidade é assimétrica entre mulheres negras pobres e técnicas sociais. A percepção da precariedade, no contexto da proteção social, vai, paradoxalmente, autorizando as técnicas a cada vez mais colocarem a usuária do serviço em um lugar de desproteção. Ou seja, para consolidar-se como proteção social, tanto a política como as práticas dela decorrentes dependem, em certa medida, da possibilidade de performar o sujeito desprotegido, posição que, ao ser cristalizada, atua, muitas vezes, restringindo as possibilidades de escutar as pessoas desde outros lugares e de intervir na direção de não as encerrar no lugar da vulnerabilidade.

Uma discussão ocorrida em um encontro do grupo de desenvolvimento parece-me ilustrativa desse processo. A técnica social falava sobre um evento em que os adolescentes do ProJovem iriam participar, sobre a mortalidade juvenil¹⁸, em sua maioria homens negros pobres. Uma das mulheres, uma mulher negra, então, rebate a argumentação da técnica, afirmando que os filhos das pessoas de classe média também morrem. A técnica, por fim,

¹⁸ No dia 25 de maio de 2017, foi lançada a Frente de Enfrentamento à Mortalidade Juvenil, iniciativa de um grupo de instituições e da sociedade civil, com o objetivo de fortalecer a luta pela melhoria de políticas públicas e estimular o protagonismo juvenil (Ajuris, 2017).

segue argumentando que as pessoas da classe média e alta e da periferia morrem de motivos diferentes, morrem por causa da violência, enquanto da classe média morrem de acidente de trânsito.

Ficava evidente na fala da técnica que a violência do trânsito não é lida como tal. Violência, segundo ela, tinha a ver com o tráfico, com a ação violenta da polícia. Sem desconsiderar as estatísticas a respeito da mortalidade juvenil, que, de fato, é alarmante e necessita de intervenção para reduzi-la, atenta-se, nessa situação relatada, para a premissa apresentada pela técnica de que os pobres morrem de “fenômenos sociológicos”, enquanto a morte nas classes mais abastadas é tida como uma tragédia, uma fatalidade. A fala da usuária, apontando para a violência que acomete também a classe média, mas não é lida como tal, sinaliza a vulnerabilidade que é inerente a todos os seres humanos, mas que só pode ser enunciada por meio de uma diferença. Ao explicitar essa diferença, a usuária parece também sinalizar que “mortes diferentes” remetem a “vidas diferentes” e que também são diferencialmente contabilizadas.

Butler (2006, p.46), em suas análises sobre a precariedade humana, discute o que conta como humano diante de cenários de extrema violência. Guardadas as especificidades da violência de guerra e da violência urbana vivenciada em Porto Alegre, segue pertinente, para o contexto pesquisado, a pergunta da autora sobre quais vidas contam como tal, que valem a pena serem vividas e quais são as vidas que podem ser choradas. Chama a atenção, por exemplo, o quanto se produz de silenciamento quando uma mulher que, sendo mãe, teve o seu filho assassinado pela violência do narcotráfico, afirma que o filho morreu “porque procurou a morte: ele fez a escolha dele” (Diário de Campo, abril/2017). Que processo se dá nesses contextos que provoca, inclusive, a impossibilidade de uma mãe lamentar a morte de seu filho?

Achille Mbembe (2015) aponta que o Estado, em uma lógica biopolítica, produz a morte por meio de técnicas e discursos que situam os sujeitos em posições desprotegidas. Ele descreve o efeito do poder colonial sobre os corpos colonizados, afirmando que “a cidade do povo colonizado (...) é um lugar de má fama, povoado por homens de má reputação. Lá eles nascem, pouco importa onde ou como; morrem lá, não importa onde ou como. É um mundo sem espaço; os homens vivem uns sobre os outros. A cidade do colonizado é uma cidade com fome, fome de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma vila

agachada, com uma cidade sobre seus joelhos (MBEMBE, 2015, p. 135). Constitui-se, assim, uma posicionalidade onde a vida não vale a pena e a morte não pode ser chorada.

Fassin (2012), falando especificamente sobre a construção do trauma entre um grupo de adolescentes, afirma que, “olhando esses adolescentes, foi difícil reconhecer sofrimento, até mesmo disfarçado de violência. Mas, como já vimos no trecho [*em que o autor relata a experiência de observação com adolescentes vítimas de violência, mas que possuíam o mesmo comportamento de qualquer adolescente sem essa experiência*], os psicólogos tinham uma pronta resposta a essa objeção: o sofrimento era geralmente invisível para o olho inexperiente de não especialistas; O fracasso dos adolescentes em expressá-lo simplesmente se tornou uma confirmação de sua existência” (FASSIN, 2012, p. 23). Os jovens das camadas populares não parecem ter em si quaisquer aspectos subjetivos que os coloquem em uma maior vulnerabilidade – os aspectos relacionados à sua raça, classe e gênero (homens negros pobres) os situam em posições de maior exposição ao serem lidos como abandonados, violentos e perigosos.

Além disso, Crenshaw (1991, p. 1253), tematizando a construção de estatísticas sobre a população negra, pontua que existe um forte dissenso entre a utilização generalizante de dados sobre violência no contexto norte-americano, preocupados de que “os dados representariam injustamente as comunidades negras como estereótipos potencialmente reforçadores, que podem ser usados em tentativas de justificar táticas policiais opressivas e outras práticas discriminatórias. Essas dúvidas são baseadas na premissa familiar e não infundada de que certos grupos minoritários - especialmente os homens negros - já foram estereotipados como incontrolavelmente violentos. Alguns se preocupam que as tentativas de tornar a violência doméstica um objeto de ação política só pode servir para confirmar esses estereótipos e prejudicar os esforços para combater as crenças negativas sobre a comunidade negra”.

Essa precariedade compartilhada se reconfigura a partir de diversos lugares de enunciação, a ponto de que, diante da perda (ou do luto), enquanto alguns grupos têm uma reação de contra-ataque – uma vez que se sentiam “não vulneráveis” -, outros grupos são denominados “vulneráveis”. Há de se reconhecer que alguns sujeitos estão mais expostos a violências e iniquidades do que outros, porém interessa pensar de que forma as distribuições desiguais de poder operam para legitimar que algumas perdas possam ser enunciadas e sentidas, enquanto a outras só resta superar.

Butler (2003) assinala a precariedade como parte da vida corporal, considerando que alguns contextos favorecem uma exacerbação dessa condição, como a vivência da violência. A autora aposta que essa precariedade oferece elementos tanto para soluções pacifistas quanto para alimentar fantasias de dominação que levam à guerra. Nesse sentido, assinala como o trabalho do luto, quando negado, temido e prolongado até o nível do insuportável, opera para a resolução da dor por meio da violência. Butler assinala que o luto requer certa identificação com o sofrimento para que possa transformar-se em instrumento político, enfatizando que é um processo lento, mas não inativo.

4. SOBRE MULHERES, ACOMPANHAMENTO E AGÊNCIA: CAMINHANDO POR ELAS, CAMINHANDO COM ELAS.

No capítulo anterior, o fio condutor foi a discussão sobre a gestão da precariedade, analisada em dois níveis: um, a partir do desmantelamento da política de Assistência Social no município de Porto Alegre; o outro, a partir da performatização do sujeito da política pública de Assistência Social, e o modo como tal produção articula os marcadores de gênero, raça e classe. No encontro entre a noção de "vulnerabilidade", central para a Política, e o espaço reservado às "vítimas" no serviço, as mulheres negras pobres emergem como as usuárias que mais vi circularem, tanto no CRAS Partenon como no CRAS onde iniciei o percurso de construção do objeto desta pesquisa. Resgato, então, a pergunta que me conduziu a este estudo: por que essas mulheres estão no CRAS? Durante o acompanhamento do campo, percebi que, por mais consternada que as usuárias se mostrassem quanto ao processo de desmonte do CRAS Partenon, elas não esboçavam sentimentos que expressassem uma preocupação com o atendimento de suas necessidades particularmente maior do que eu observava em outros momentos.

A primeira pista sobre essa suposta serenidade veio com um relato que me foi feito por uma das usuárias, uma mulher negra, de aproximadamente 40 anos, que tinha seis filhos e que recebia o benefício PBF. Ela revelou que aquela não era a primeira vez que a comunidade se via desamparada pela Assistência Social devido a mudanças provocadas pela ineficiência da gestão municipal. A partir daí, passei a ficar mais atenta para outros relatos que apontavam para o fato de que as mulheres possuíam fluxos paralelos para conseguirem acessar direitos ou mesmo atenderem as demandas do próprio poder público, sem que, para tanto, dependessem exclusivamente do atendimento do serviço.

A partir do encontro com as usuárias do CRAS Partenon durante os três meses de observação participante no local, emergiram duas questões principais relacionadas às demandas endereçadas às usuárias pela equipe do CRAS: 1) seu lugar como mãe e todas as demandas que diziam respeito a essa posicionalidade, e 2) as estratégias que elas utilizavam para gerenciar as responsabilidades ligadas, sobretudo, aos cuidados com os/as filhos/as.

Discuto, então, neste capítulo, a questão da maternidade e seu lugar nas redes de reciprocidade estabelecidas entre mulheres, pensando essas diferentes performatividades que envolvem a maternidade em suas vidas, bem como as duas principais estratégias de articulação identificadas em seus relatos: as redes de solidariedade e as "caminhadas". Para

tanto, o conceito de “agência”, tal como empregado por Brah (1996), será central para a análise. Para essa autora, a agência não remete a algo individual ou descontextualizado. A agência “são as irreduzíveis e continuadas interpelações psicossociais do ‘Eu’” (BRAH, 1996, p.279), assinalando certo nível de “consciência” e certo nível de “ação”. Ela segue afirmando que:

(...) pensar na experiência e na formação do sujeito como processos significa reformular a questão da “agência”. O “Eu” e o “nós” que atuam não desaparecem, mas o que desaparece é a noção de que estas categorias são entidades já existentes, unificadas e fixas, ao invés de modalidades de multiposicionamento marcadas de forma contínua pelas práticas políticas e culturais do dia a dia (BRAH, 1996, p. 145)

Então, a agência, a partir de experiências situadas na diferença, está relacionada a instâncias como a cultura, a estrutura, o político, o psíquico, entre outros, estabilizando-se e reconfigurando-se de acordo com as margens que o contexto lhe possibilita.

Ainda, embora tenha sido um marcador que não apareceu na fala das mulheres, achei pertinente, para o contexto de pesquisa sobre produção de subjetividade, atentar sobre a sexualidade e o corpo da mulher negra, pensando como esses marcadores produziram o encontro que possibilitou a elaboração das escrevivências. Procurei pensar, assim, de que forma o silenciamento e a heteronormatividade compulsória que a política reitera se articulam aos demais marcadores referentes à raça, à classe e ao gênero no interior dessa política e de suas práticas.

4.1 As usuárias do CRAS Partenon

No primeiro momento de inserção no campo, perguntava-me se realmente encontraria no CRAS Partenon algo parecido com a experiência que vivenciei como trabalhadora de Alvorada, mais especificamente no que se refere à realidade das mulheres negras desse município. Um CRAS situado num eixo dinâmico e urbanizado de uma metrópole teria o mesmo funcionamento de um serviço localizado na periferia de uma cidade da região metropolitana?

Claudia Fonseca (2004, p. 8) assinala a importância de atentarmos para o erro de “agarrarmo-nos numa determinada história, simplesmente porque confirma nossa teoria mestre (o que já sabíamos), esquecendo todas as outras histórias que negam ou que sutilizam o que acreditamos”. Segundo a autora, ao trabalhar com um método das ciências sociais, o/a

pesquisador\|a pode privilegiar algumas histórias, em detrimento de histórias que talvez condensem menos elementos relacionados às questões que nos colocamos no estudo. Sendo assim, procurei trabalhar inicialmente com a diversidade de mulheres atendidas no PAIF, sem considerar a priori marcadores de raça ou classe, mas atenta a como eles se arranjavam no contexto de outro CRAS.

Bastou adentrar a sala de espera para me deparar com a realidade já tão conhecida: mulheres negras aguardando o atendimento. Todas elas. Eram poucas naquele dia, é bem verdade – como já mencionado, não estavam realizando inclusão no CadÚnico. Segundo a equipe, a porta estava fechada visando à segurança, prática que se manteria ao longo do trabalho de campo. Questionei-me sobre essa noção de “perigo”, sobre como são constituídos os “sujeitos perigosos”. Segundo uma trabalhadora, são pessoas que “chegam e ficam olhando tudo o que tem” (Diário de Campo, março/2017), referindo-se a usuários (pareceu-me que falava especificamente dos homens), que não tinham o hábito de frequentar o CRAS e que, por isso, poderiam estar no serviço apenas para tentarem roubar algum objeto ou mesmo assaltar a equipe. Mesmo em um serviço público, a ameaça ao patrimônio privado engendra ações de rechaço, criando um paradoxo entre a postura de acolhimento esperada pela equipe e a medida que se pretendia preventiva a crimes no espaço do CRAS.

As mulheres, contudo, puderam entrar. Elas são consideradas inofensivas, e não parecem representar perigo para as outras mulheres que ali estavam trabalhando. As mulheres sempre podem entrar; os homens, no entanto, pouco aparecem no serviço. Detoni (2016), ao discutir a feminização dos serviços socioassistenciais, chama a atenção para a predominância de mulheres nos cursos de Psicologia e de Serviço Social, bem como para a herança caritativa do período em que a Assistência Social era realizada por primeiras-damas ou por religiosas da Igreja Católica. A autora também sinaliza, ao refletir sobre o público majoritário dos serviços, a naturalização das mulheres como cuidadoras dos filhos como um aspecto que as constitui como usuárias desses locais.

Embora constituam a maioria no CRAS, as mulheres pouco demandam para si próprias. Todas as solicitações levadas aos atendimentos em que estive presente estavam relacionadas aos seus filhos e filhas. Para ser mais específica, estavam relacionadas ao encontro de seus filhos e filhas com o Estado. A inclusão dos filhos e filhas em SCFV torna-se central, na medida em que isso permite que trabalhem em condições mais favoráveis. Essas

mulheres geralmente são mães que criam seus filhos e filhas sozinhas, sem a presença de companheiros ou companheiras. Os pais, que pouco contribuem com o sustento dos filhos, sequer são presentes nas vidas de muitas delas, que também buscam o CRAS para conseguirem levar essa situação para a judicialização. Como também verificou Ana Cláudia Pacheco em seu estudo sobre a solidão da mulher negra,

O abandono e a poligamia foram questões que surgiram nas entrevistas abertas com as informantes. (...) ao falar das trajetórias de seus familiares de origem, boa parte das mulheres relatou sobre o “abandono” de suas mães e filhos por seus parceiros (pais ou padrastos), tendo como principal motivo o interesse afetivo deles por outras mulheres, ou então, em alguns casos, estes mantinham uma relação “dupla”. Pude observar que tais percepções se cruzam com as relações de gênero, raça e de classe social, embora, muitas vezes, as mulheres investigadas não se referiam à carência material dos seus pares negros como um fator propiciante da separação conjugal ou do abandono. Outro motivo que contribuiu para a ausência de parceiros fixos se refere à ‘falta de compromisso’ dos pais para com a educação dos filhos (PACHECO, 2008, p. 260).

Essa informação reforça a percepção de que, entre as mulheres usuárias do CRAS, uma vez no papel de mãe, assume-se a responsabilidade pelo filho integralmente. A partir dessa análise, construí a personagem Joana, que reúne algumas características que fazem parte da experiência de muitas das usuárias do CRAS: mulher negra, passou por dois relacionamentos, mas nenhum dos companheiros dividiu as responsabilidades dos cuidados dos filhos – o primeiro pai, Miguel, fugiu; o segundo, Antônio, foi preso. Decidiu ficar sozinha porque “precisava se virar”. Para isso, pôde contar com sua família (primeiramente, a tia Marieta; depois de um tempo, a mãe e o irmão, Humberto), mas também com vizinhas ligadas a ela por redes de solidariedade, uma vez que demonstrou ser uma pessoa merecedora do companheirismo e da boa vontade daquelas mulheres, ao cuidar bem de seus filhos e de sua casa. Da mesma maneira, também auxiliava outras mulheres a partir de sua experiência de vida, inclusive quando eram demandas referentes aos encaminhamentos de serviços socioassistenciais.

As usuárias que acompanhei, conforme já mencionado no primeiro capítulo desta dissertação, eram oriundas de diversos pontos do território do CRAS Partenon, mas estavam concentradas particularmente na região da vila Maria da Conceição, situada no bairro Partenon. Após cada ida ao campo, eu verificava no mapa da região onde estavam situados os endereços que as usuárias forneciam ou indicavam circular – por exemplo, uma usuária indicara que havia visto outra usuária, sua conhecida, enquanto “descia a Barão”. Assim, pude me informar onde ficavam essas ruas e constatar a proximidade entre elas, entendendo o

itinerário necessário para deslocar-se até os serviços socioassistenciais adscritos à região. Com o desligamento das técnicas sociais, as usuárias que eram atendidas no CRIP Partenon também foram referenciadas ao CRAS, precisando se deslocar dos bairros Agronomia e Jardim Bento Gonçalves até o local do equipamento.

O pertencimento racial das usuárias não era objeto de investigação da equipe, uma vez que várias informações sobre a usuária e sua família eram coletadas durante o primeiro atendimento na acolhida, e não observei qualquer questionamento sobre dados referentes à raça/cor durante o período que realizei o presente estudo. Assim, o único método para investigação desse aspecto ocorreria por meio do CadÚnico, onde existe especificamente a investigação desse marcador social, material que nem sempre é acessível por estar armazenado em Sistema de Informação e o atendimento com a técnica social ser realizado com prontuário de papel. Assim, para a afirmação de que há uma maioria de mulheres negras em atendimento no CRAS, utilizei o critério baseado no fenótipo, procurando aspectos de pertencimento racial e que, assim como no meu trabalho em Alvorada, vieram da construção de um comum. Ao conversar com as usuárias, em algumas oportunidades, elas referiam a “nossa cor”, bem como falavam sobre “nós, que somos negras”.

Não foi possível, durante este estudo, ter acesso a informações mais sistematizadas quanto à renda, emprego e escolaridade de cada mulher com a qual tive contato. A partir da observação participante e de conversas informais, foi possível perceber a presença de baixa renda, visto que grande parte das usuárias era beneficiária do PBF; algumas mulheres referiram sua condição de trabalhadora, com contratação formal, principalmente nos cargos de Serviços Gerais. Também havia mulheres que estavam em benefício pela Previdência Social, tanto na condição de seguras¹⁹, recebendo o Benefício de Prestação Continuada, que é voltado a pessoas que não possuem a condição de segurado e que é garantido pela LOAS.

Na próxima seção, analisarei alguns aspectos que emergiram como efeitos da produção da usuária mulher negra pobre como sujeito dessa política, no que diz respeito à demanda que lhes é fortemente atribuída – os cuidados maternos e o cumprimento do atendimento aos direitos das crianças e adolescentes.

¹⁹ A condição de segurado/a é percebida por meio da contribuição à Previdência Social, através do pagamento realizado pelo empregador/a ou por pagamento realizado pelo trabalhador/a autônomo, considerado uma contribuição facultativa. Além dos benefícios concedidos em caso de doença incapacitante para o trabalho, a condição de segurado/a possibilita o auxílio-maternidade, aposentadoria por idade ou por tempo de contribuição, pensão por morte, entre outros benefícios também concedidos conforme especificidades dos/as segurados/as.

4.2 A maternidade

O ponto mais marcante sobre o acompanhamento dessas mulheres diz respeito à centralidade que a função de responsáveis pela garantia dos direitos dos seus filhos ocupa em seus acompanhamentos. Isso significa dizer que uma das suas principais demandas da proteção básica em relação às famílias recai sobre o controle do Estado em relação às as crianças e adolescentes.

Valeria Llobet e Nara Milanich (2014), discorrendo sobre os significados da maternidade entre mulheres argentinas, explicam que o significado de “mãe” não diz respeito apenas ao domínio familiar ou privado, mas “se expressa em espaços públicos e em relações sociais extrafamiliares. É um ambíguo ‘papel’ que tanto atualiza formas de submissão e opressão mediante o trabalho reprodutivo e restritas formas de decisão e negociação no âmbito familiar, bem como provê oportunidades para a criação de redes e afinidades” (LLOBET & MILANICH, 2014, p. 60). As autoras seguem afirmando que as práticas que estabelecem a prioridade dos direitos da maternidade e da infância não são apenas resultado de processos políticos, históricos e contingentes, de arranjos de proteção, mas que se tratam de práticas intrínsecas às formas de regulação estatal.

Demonstrar ser uma boa mãe, por meio de um conjunto de técnicas performativas específicas, que vão desde os parâmetros legais no que se refere ao cuidado e bem-estar da criança, até as escolhas morais específicas da sua posicionalidade, legitimam o exercício satisfatório da maternagem. Enquanto uma mãe situada na classe média é compelida a retornar ao trabalho para o bom desenvolvimento do vínculo com o seu bebê, inclusive se utilizando do arcabouço da Psicologia sobre desenvolvimento infantil, vínculo mãe-bebê, entre outros, das mulheres usuárias do CRAS espera-se que priorizarem e dediquem-se integralmente aos seus filhos ou filhas, principalmente na primeira infância, para que performem a “boa mãe” ou a “mãe responsável”.

Sobre a regulação da maternagem pelo Estado, Lisandra Moreira & Henrique Nardi (2009) postulam, ainda, que “a racionalidade neoliberal se relaciona com a maternidade através da ideia de que cada indivíduo é responsável pelas suas escolhas e de que essas devem estar direcionadas sempre para seu aperfeiçoamento, que, nessa racionalidade, está acessível a todos”. Nesse sentido, a PSB coloca ênfase na lógica de responsável familiar, que geralmente é a mãe, como aquela que garantirá o bom desenvolvimento dos filhos, mas também deverá responder por violações ou práticas consideradas desprotetivas para os filhos.

Não existe, na PNAS, um parâmetro explícito do que pode ser considerado como uma “boa mãe”. Não obstante, percebe-se que há uma relação entre as mulheres que conseguem maior penetração na rede de proteção do Estado, por meio de benefícios do CRAS ou mesmo benefício PBF, ao corresponderem a determinadas expectativas da política. Sobre isso, Llobet & Marich afirmam que:

(...) a *performance* da “boa mãe” permite acesso a diversos recursos institucionais ao mesmo tempo que expõe as destinatárias a formas de regulação estatal que tendem a não serem visualizadas nas análises de políticas sociais, os sistemas de proteção dos direitos das crianças. É provavelmente este nexos entre as TCI²⁰ e as instituições e ideologias associadas com os direitos das crianças no lugar em que se entrecruza a densa rede de ideologias sobre maternidade e infância. De fato, são precisamente as medidas de proteção de direitos de meninos e meninas a via pela qual as mulheres podem ser excluídas total ou parcialmente da percepção da AUH²¹, por exemplo. (LLOBET & MARICH, 2014, p. 67)

Além disso, Meyer (2006, in MOREIRA & NARDI, 2009), também se referindo aos processos que constituem a maternidade, afirma que a mesma se produz através de redes de poder-saber que configuram práticas de intervenção (políticas e programas, instrumentos diagnósticos, linhas educativas). Identifica que são redes atravessadas por diversos discursos (médico, moral, psicológico, religioso, pedagógico, jurídico) e processos sociais, econômicos e políticos.

Llobet e Marich (2014) apresentam a descrição da “mãe devota”, que se configura como aquela mulher que assimila noções de progresso e sacrifício ao redor da provisão de necessidades materiais não supérfluas. Essa definição hierarquiza as formas de ser mãe, classificando outras experiências de maternidade como inferiores: no contexto argentino estudado pelas autoras, as mães que estão envolvidas com movimentos sociais (como as *cartoneras* e as *piqueteras*) são vistas como moral e materialmente inferiores às mães devotas. No contexto brasileiro, as mães que circulam pela cidade, com ou sem os seus filhos, principalmente se eles se encontram em estado de má higiene ou mal alimentados, são violentamente criticadas, independentemente do contexto de vida. Não foram poucas as vezes que observei as mulheres usuárias do CRAS preocupando-se em referir que a renda advinda

²⁰ TCI (Transferências Condicionadas de Ingressos) correspondem aos programas de transferência de renda brasileiros, hoje condensados no Programa Bolsa Família. (Nota inserida por mim)

²¹ AUH (Atribuição Universal por Filho) trata-se de um tipo específico de programa de transferência de renda, voltado para famílias com renda de até um salário mínimo. No caso brasileiro, corresponderia ao “piso variável” do PBF, uma vez que é pago por filho até 18 anos. (Nota inserida por mim)

dos programas de transferência estava sendo utilizada em prol dos filhos: “eu uso para comprar comida e, às vezes, um chinelinho” (Diário de Campo, maio/2017).

Fonseca pondera que “são as mulheres enquanto mães que se tornam o centro das relações (familiares e sociais)”. A autora considera que “ao passo que a mulher era eixo dos laços afetivos, com o avanço do tempo, ela se torna o centro de uma coalizão econômica e política junto com os seus filhos” (FONSECA, 2000, p. 125). As mães figuram, assim, como verdadeiras conselheiras quando se trata de explicar e orientar a respeito do funcionamento do sistema público. Uma das usuárias que conheci, durante uma acolhida no CRAS, buscava vaga no SCFV Vida Solidária. Ao saber que não haveria mais vagas no SCFV, sentada ao meu lado, comentou em voz baixa “bem que a minha mãe disse que eu deveria vir antes que as aulas começassem” (Diário de Campo, março/2017).

Assim, ao mesmo tempo que a maternidade ocupa um lugar central como elemento normativo para o acesso a direitos e aos serviços no CRAS, ela é performada, pelas mulheres em suas relações cotidianas como um lugar de resistência política, que envolve, entre outros elementos uma certa pedagogização sobre como lidar com o aparato público. As mais experientes servem como suporte para as novas mães também. Durante um encontro do grupo de desenvolvimento do CRAS, a usuária Rosa comenta sobre a vivência da maternidade para a sua filha e do apoio que tem dado a ela. Ela explica que sua mãe a expulsou de casa quando engravidou na adolescência, mas que ela não faria isso com a filha. Finalmente, ela conclui, destacando o reconhecimento de sua experiência: “todo mundo já foi mãe pela primeira vez, até eu”. Fica explícita, nessa situação, a percepção que as mulheres da comunidade têm sobre os fluxos do serviço e que os mesmos estão para além da orientação dos/as técnico/as. Esse é um tipo de informação que deriva das “caminhadas”: termo utilizado pelas mulheres para se referirem aos encaminhamentos paralelos que advêm da experiência pessoal, como veremos na próxima seção.

4.3 As estratégias de articulação

Michel de Certeau (1998, p. 46) define estratégias como “o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e de poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado”, ou seja, a partir de um conjunto de práticas dirigidas a um mesmo fim, a estratégia

pode ser definida como o aspecto estável desse processo, que pode ser observado em sua materialidade. A partir dessa definição, destaquei as duas principais estratégias que identifiquei, nas narrativas das mulheres que fizeram parte desta pesquisa, como efeitos das demandas oriundas da Assistência Social, mas também como práticas decorrentes dos modos de vida dessas mulheres.

Fonseca (2000, p.59), ao refletir sobre os estudos com famílias pobres, refere que “numa primeira tentativa de evitar conotações pejorativas, surgiram, na década de 70, estudos que pautavam as práticas particulares de populações pobres como ‘estratégias de sobrevivência’, isto é, como respostas por adaptação às condições de extrema pobreza”. Fonseca questiona essa perspectiva e também se apoia em de Certeau para pensar tais práticas como estratégias criativas, inventivas. Assim, para além de viabilizar a sobrevivência, as estratégias que descrevo neste item visam qualificar e proteger a família de ações específicas do Estado, com o requinte de quem consegue reconhecer, em seu contexto de vida, modos de se posicionar diante das demandas sociais. Pode-se dizer, ainda, que, no caso dessas mulheres negras e pobres, muitas vezes a articulação em coletividade remete a arranjos particulares da ancestralidade, nos quais a obrigação moral para com os seus se dava na ordem da constituição dos sujeitos.

Não raras vezes, percebemos usuárias do CRAS com filhos e netos com idades próximas, onde se estabelece um contínuo de maternidade - a “avóternidade”, na qual a relação entre filhas/os e mães se horizontaliza na presença da avó. Fonseca (2000, p.68) sinaliza que, entre as mulheres pobres, elas “começam cedo e terminam tarde a sua carreira de mãe”, uma vez que é comum que a avó assuma, parcial ou integralmente, o cuidado de netas/os, no interior dos laços de solidariedade, como veremos na seção seguinte.

4.3.1 Laços de solidariedade entre mulheres

“(...) A mãe de Joana, ao descobrir a gestação, expulsou-a de casa, alegando que “se ela era mulher pra abrir as pernas, agora que fosse mulher pra assumir a criança”. Miguel parou de visitar a vizinha, sumiu no mundo, de modo que Joana precisou se virar. Foi acolhida na casa da tia Marieta, que agora morava duas ruas acima da casa materna. Joana acredita que, secretamente, a mãe fornecia

alimentos e dinheiro à tia Marieta, mas nunca admitira isso. Joana também recorreu às irmãs da Pequena Casa, bem como às vizinhas que possuíam algumas peças de bebês doaram-lhe esses pertences”

Esse excerto de Escrivência remete a uma estratégia central na organização da vida de muitas mulheres que tiveram a oportunidade de escutar sobre os laços de solidariedade, que se estabelecem tanto com a família, quanto com pessoas e instituições que as cercam. Elas emergem nos momentos em que alguma questão de mudança (no exemplo acima, a primeira gestação de Joana) se coloca na vida dessas mulheres, convocando as demais, após uma avaliação baseada em critérios de merecimento engendrados a partir da organização social do local e que podem ser mais ou menos explícitos. Tais mulheres ocuparão diferentes pontos nessa rede, podendo participar da mesma e/ou auxiliar de diferentes maneiras: como provedoras (no caso da mãe), como articuladoras (no caso da tia, que mediou o conflito entre Joana e Paulina), como suporte (no caso das irmãs de caridade e das vizinhas), entre outras formas de reconhecer a necessidade e afirmar a humanidade da atendida.

Ainda, percebi que a relação entre irmãos também possui uma forte característica de rede de solidariedade. Ainda que possam ter estilos de vida diversos e compartilhem de diferentes necessidades, existe uma implicação moral em estender a mão a quem é filho do mesmo pai e/ou da mesma mãe. Durante um grupo de desenvolvimento, conversando com a usuária Rosa, ela explica-me que a irmã foi aprovada, pelo ENEM, para cursar Ciências Sociais. Conta-me que Camila é a primeira pessoa da sua família de sangue a cursar o Ensino Superior, o que trouxe uma grande alegria a toda a família. “Tu sabe que, pra nós (mulheres negras), é raro de se ver, né? Então, sempre que eu posso, eu ajudo com um dinheiro pra comprar um livro, pra ajudar a pagar o aluguel”.

Ainda, a escolha da irmã para dar seguimento à criação dos filhos também figura como uma das características dessa relação, que é frequente na comunidade. Aliás, o cuidado compartilhado das crianças entre mulheres da mesma família é uma prática corriqueira, servindo as familiares com maior permanência no domicílio como as responsáveis pela maior parte do cuidado. Claudia Fonseca explica que, deslocar o foco analítico da conjugalidade para os laços consanguíneos, desmistificando a noção de falha nas escolhas de filhos não criados apenas por mães e pais,

permite-nos ver que as dinâmicas familiares desse grupo não são tanto ‘desviantes’ quanto ‘alternativas’ e que a discussão sobre relações de gênero em grupos populares faz pouco sentido sem sua contextualização em termos de rede extensa de parentes. (...) são as rivalidades e antagonismos internos que tecem os fios da coesão. Sob essa luz, a comunidade aparece ainda com contornos nítidos, mas destacam-se, antes de tudo, a natureza heterogênea e o *status* cambiante de seus integrantes (FONSECA, 2000, p. 88).

Mulheres que são donas de casa ou que são autônomas (podendo, portanto, organizar o seu horário de trabalho), costumam contribuir em atividades que tenham a ver com a alimentação e com o “reparar as crianças”, isto é, organizá-las e/ou levá-las à escola/atividade de turno inverso e acolhê-las em suas casas até que haja responsável para que possam retornar para suas casas. Embora não tenha sido dito explicitamente, essa relação não parece ser mediada pelo pagamento em dinheiro: a moeda de troca é a reciprocidade, um compromisso moral de retribuir o auxílio a essa familiar em um momento de necessidade.

As mulheres que não possuem familiares parecem ter outro lugar na rede de solidariedade da vizinhança. Em abril do corrente ano, eu estava participando do Grupo de desenvolvimento quando as usuárias começaram a referir a situação de outra mulher atendida pelo CRAS (pelo que pude entender, ela fez parte do grupo em algum momento, mas não continuou frequentando). Os comentários eram muito negativos e duros ao se dirigirem ao fato dela ter engravidado e de seu companheiro ser usuário de drogas e estar desempregado. Uma das mulheres do grupo dizia: “Uma pessoa, quando está nessa situação, tem que fazer ligamento” (Diário de Campo, abril/2017). Elas atribuíam à mulher a responsabilidade das dificuldades vivenciadas e sentenciaram: “ela vai ir ganhar nenê e vão ficar com ele e a Fabiane [outra filha]” (Idem). Percebe-se, assim, que, ainda que situadas em um plano achatado de “vulnerabilidade” pelas práticas do serviço, existem condições que podem ser toleradas e que contarão com a proteção da rede de solidariedade, enquanto, em outras, as mulheres podem ser relegadas ao isolamento social, a mercê da intervenção do Estado.

Nos grupos de desenvolvimento e nas acolhidas, as usuárias participantes referiram arranjos de conjugalidade que não estavam pautados pelas normas tidas como ideais para a política pública. Existe um predomínio de mulheres solteiras e sem companheiro fixo, mas o casamento não figura como a única opção de relacionamento entre as mulheres: arranjos em que a mulher possui um companheiro, mas que não reside na mesma casa recorrentemente está presente nessas configurações. Além de prevenir possíveis violências contra os filhos (a principal preocupação é com o abuso sexual), as mulheres não precisam comprometer-se com

atividades domésticas referentes aos companheiros, tais como lavar suas roupas ou preparar refeições. Durante o período em que estive no CRAS, não tive contato com usuárias que evidenciassem relacionamentos não heterossexuais, o que vai ao encontro dos achados de Detoni (2016), de que as mulheres não verbalizam esse tipo de conteúdo espontaneamente no serviço e/ou de que essas mulheres não estão acessando o CRAS porque não se sentem acolhidas pelo equipamento.

As mulheres, durante suas conversas no grupo de desenvolvimento, referiam, na maioria das vezes, relações de consanguinidade e amizade como relevantes e consideradas de apoio, inclusive em detrimento das relações de conjugalidade. Moema, uma mulher negra de aproximadamente 50 anos, afirmou, por exemplo, que, quando adoecera, o companheiro a “entregou” para a mãe, pois não podia cuidar dela. Ela, em contrapartida, passou a pagar pensão ao filho, que seguiu morando com o pai, descontada de seu auxílio-doença.

Claudia Fonseca, em estudo de famílias chefiadas por mulheres, evidencia que os laços entre mãe e crianças, bem como entre irmão e irmã, são prioritários nas estruturas familiares, enquanto observa que “o laço conjugal é considerado menos solidário e menos intenso afetivamente (FONSECA, 2000, p. 64)”. No caso de Moema, o homem emerge como cuidador apenas na impossibilidade da mulher em cuidar do filho, devido a sua retirada da residência familiar. A fala das mulheres, ainda, indica que as redes de solidariedade se estendem à família extensa, tais como tias, primas, cunhadas e até comadres (mulheres cujos filhos foram “amadrinhados” por essas mulheres, sem necessariamente recorrerem a um ritual religioso para nomearem-se dessa forma). A inclusão nesse circuito de benefícios ocorre à medida que essas mulheres demonstrem determinados comportamentos que validem e reforcem os valores da benfeitora.

O principal aspecto observado pelas mulheres versa sobre a capacidade em gerenciar a própria casa e o bem-estar de crianças que estejam sob sua proteção. Para ter valor, a mulher precisa priorizar esses aspectos no uso do dinheiro, do tempo e da afetividade. Principalmente as mães de bebês, aquelas que “ficam pela rua” ou que são identificadas como alguém que só busca um companheiro foram duramente criticadas. Esses critérios podem ser aparentemente equivalentes aos da política, porém as mulheres fazem avaliações mais globais, relacionadas aos motivos que as levam a não poder, em dado momento, não se dedicarem a algumas tarefas. Como no exemplo referido anteriormente, em que a mulher havia engravidado mesmo em condições adversas, de desemprego e de uso de drogas pelo companheiro, o julgamento

moral sobre ela era ainda intensificado por outras razões: a casa em que a família morava era muito suja, devido à prática de coleta de material reciclável. As mulheres relatavam, então, que não forneceria roupas para ela ou para as crianças porque ela não as lavava. As roupas acabavam, segundo elas, ficando muito sujas e indo fora.

Um dos principais benefícios distribuídos nas redes de solidariedade é o cuidado com as crianças. Para uma mulher que deseje trabalhar fora de casa, o cuidado dispensado pela avó da criança ou por outras parentas se apresenta como um recurso importante e amplamente utilizado. Quando se carece dessa possibilidade, seja pela exclusão da rede de benefícios, seja pela inexistência dessa rede (devido à ruptura de vínculos familiares), a inscrição da criança em uma escola infantil²² aparece como alternativa.

Em suma, percebo que a estratégia de articulação entre as mulheres descrita até aqui configura-se, por um lado, como uma reação à ação do Estado, que cria barreiras estruturais para a população pobre, sobretudo para as mulheres negras. Por outro lado, evidencia a agência de tais mulheres para resistir aos avanços das práticas regulatórias que procuram inscrevê-las na dependência do poder público. Na seção seguinte, perceberemos como esses laços de solidariedade agem no contexto específico da política pública, por meio das caminhadas.

4.3.2 As caminhadas

Joana conta como conseguiu ajudar a vizinha, Maria Luiza, a “caminhar” pelos seus filhos. Ela e o marido, Tobias, eram usuários de crack, subsistindo a partir da coleta de material reciclável. (...) Maria Luiza precisou complementar a renda a partir da mendicância, para a qual levavam os filhos. (...) Sua presença frequente pelas ruas chamava a atenção das equipes de abordagem de rua. Ao se deparar com as informações sobre ausência na escola, mendicância e uso de substância dos pais, o conselho tutelar não hesitou em solicitar a medida de acolhimento familiar, retirando as crianças dos seus pais. (...) Joana viu o que acontecera à vizinha, de quem tinha uma lembrança carinhosa, pois fora

²² A maioria das escolas infantis da região são instituições comunitárias, isto é, escolas particulares, mas que oferecem atendimento a valores populares e que mantém convênio com a prefeitura municipal.

sua cuidadora para que a mãe pudesse trabalhar. Procurou saber o que acontecia para estar “rolando por aí”. Maria Luíza revelou-lhe seu infortúnio e, sabedora do falecimento da mãe de Maria Luíza, Joana resolveu caminhar com ela para que tivesse chance de reaver seus filhos.

A caminhada é descrita pelas mulheres como um esforço realizado para a proteção das famílias das iniquidades do próprio Estado. Trata-se de potente estratégia coletiva para acessar o espaço do Poder Judiciário e demandar ao Executivo, em aspectos que se referem tanto a Assistência Social, quanto à Saúde, à Educação, enfim, aos mais variados setores do poder público, quando esse acesso é dificultado pela própria máquina estatal. A caminhada tem duas funções principais: a de viabilizar a obtenção de algum recurso, usando um fluxo alternativo, e/ou a de intervir nos efeitos da intervenção do Estado sobre as famílias, aperfeiçoando processos que são atendidos pelos serviços do Estado. Por vezes, a caminhada serve como instrumental para os próprios técnicos sociais, como me confidenciou uma trabalhadora, dizendo que ela própria não conhece muitos dos fluxos que as usuárias dizem seguir: “eu gosto de ver que elas conseguem coisas que a gente nem imagina”.

As mulheres, principalmente em função dos laços de solidariedade, acabam compartilhando um sem número de informações sobre sua experiência de circulação em equipamentos vinculados às políticas públicas. Uma vez que essa usuária dos serviços socioassistenciais, a mulher negra pobre, insere-se nos atendimentos, ela costuma permanecer por um período longo, por vezes, durante toda a sua vida. Assim, o que as práticas e as narrativas das mulheres indicam é que, com o tempo e a partir da orientação de outras, elas passam a perceber regularidades quanto aos encaminhamentos, agenciando, dessa forma, práticas sofisticadas para fazer uso dos espaços de atendimento. Em uma acolhida, por exemplo, uma usuária solicitou encaminhamento para o SCFV. Quando a técnica social informou que não havia vagas disponíveis, ela informou que iria ao Conselho Tutelar para solicitar a vaga, pois, com a determinação do conselheiro de inclusão em SCFV, a entidade conveniada seria obrigada a disponibilizar as vagas (Diário de Campo, maio/2017). Ainda, percebi que um processo, ainda que encaminhado e acompanhado pelo serviço, pode ser acelerado por meio da caminhada. Uma usuária, por exemplo, relatando sua experiência em um grupo de desenvolvimento, explica como conseguiu inscrever a filha para o EJA (Educação de Jovens e Adultos), mesmo fora do período programado. Ela afirma “Eu resolvi

do meu jeito, eu não espero!” (Diário de Campo, abril/2017). Inclusive, as mulheres sinalizam que os processos judiciais, para terem um desfecho positivo, necessitam da caminhada. A usuária, participante do grupo de desenvolvimento do CRAS, informa que o processo encaminhado pela outra só não dava certo porque ela estava aguardando o fluxo normal. “Tu só não ganhou ainda porque ninguém caminhou por ti”. Uma das mulheres conta que já havia aprendido muito sobre lei e os seus direitos devido às caminhadas que ela realiza. Informa que, devido à experiência, já havia judicializado situações referentes a diversos setores da prefeitura municipal, sem a necessidade de recorrer ao trabalho de técnicos sociais.

Acredito que a reflexão mais importante que se depreende dessas práticas diz respeito ao apurado senso crítico em relação às orientações a elas dispensadas, uma vez que presenciaram diversas arbitrariedades e erros cometidos devido a negligência de profissionais no trato com pessoas negras pobres, passando por situações difíceis de vida. Uma usuária relata que questionou o médico sobre o diagnóstico realizado para uma criança de sua família quando ele sinalizou a necessidade de tratamento. Ao receber a negativa quanto ao diagnóstico, ela reflete “como pode dar o remédio se não sabe o que ele tem?”. Ainda assim, como aconteceu nesse caso, percebe-se que as mulheres não falam diretamente para os profissionais as suas reflexões, talvez por se sentirem inseguras quanto a repercussão que a sua fala pode ter. Como na escrivência desta dissertação, Maria Luiza questiona o motivo de precisar participar de um grupo para mães se ela já tinha experiência com muitos filhos, mas finalmente escolhe participar por temer que sua negativa prejudicasse a volta dos filhos acolhidos para casa.

Caminhar por alguém requer um acúmulo de experiência nos equipamentos do poder público que não pode ser meramente explicado ou ensinado – ele precisa ser vivenciado. A caminhada pressupõe se colocar em movimento para que um objetivo específico possa ser alcançado e, para tanto, é necessário que alguns passos sejam obedecidos. Não tive a oportunidade de interpelar as usuárias sobre como elas desenvolveram esse fluxos que dividem com outras mulheres, mas, a partir da maneira como narraram essas estratégias, é possível supor que esse aprendizado seja fruto de sua própria experiência no interior da política pública, quer tenham tais estratégias sido mapeadas por outras mulheres que “caminharam” por elas e/ou por outras, quer tenham sido originadas de suas próprias circulações. Caminhar por alguém remete a práticas de cuidado entre mulheres, nas quais emerge a afetividade e um senso de reciprocidade e justiça, no qual aquela que recebeu o

gesto de solidariedade se sente chamada a caminhar pela mulher que caminhou por ela anteriormente e também por outras mulheres, mediante avaliações sensíveis e implicadas (acionando, certamente, um conjunto de moralidades) acerca da situação que se coloca.

4.4 O fechamento de um ciclo

Um dos marcadores sociais da diferença subsumidos na discussão da Assistência Social diz respeito à sexualidade. Além das práticas cisheteronormativas, isto é, a reiteração das vivências heterossexuais e cisgênero como normais, universais e ahistóricas, percebe-se que a conduta dos/das técnicos/as sociais e demais trabalhadores/as evidencia os modelos binários de gênero e de sexualidade, em detrimento de outras formas de articulação desses marcadores, como a homossexualidade, a transgeneridade, a travestilidade, entre outros aspectos da diversidade relacionada às expressões do gênero e da sexualidade.

Além disso, o olhar sobre a mulher negra no que se refere aos aspectos afetivos e sexuais remete, em muitas situações, a lugares de subalternidade ou de exotismo, como demonstram os trabalhos de Jonatas Ferreira & Cynthia Hamlin (2010) e Mara Vigoya (1998). Ainda que diferentes marcadores sociais perpassem a materialidade do corpo, o marcador da raça parece depender de uma concretude do mesmo, ligada a elementos “visíveis”, como a intensidade da cor da pele, o tipo de cabelo, o formato do nariz e dos lábios, entre outros, para se potencializar na articulação com os demais marcadores. Na minha questão de pesquisa, configura-se um comum com as usuárias diante da materialidade da cor, fator de aproximação e de cumplicidade, levando a supor que há, aí, uma vulnerabilidade compartilhada.

Os lugares costumeiramente ocupados pelas mulheres negras, no contexto do ocidente, remetem a formas de vida que estão nas margens da norma, conforme afirma Judith Butler (2000), referindo-se à categoria sexo, mas que também auxilia na reflexão sobre raça:

A categoria do “sexo” é, desde o início, normativa: ela é aquilo que Foucault chamou de “ideal regulatório”. Nesse sentido, pois, o “sexo” não apenas funciona como uma norma, mas é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, isto é, toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir — demarcar, fazer, circular, diferenciar — os corpos que ela controla. Assim, o “sexo” é um ideal regulatório cuja materialização é imposta: esta materialização ocorre (ou deixa de ocorrer) através de certas práticas altamente reguladas. Em outras palavras, o “sexo” é um constructo ideal que é forçosamente materializado através do tempo (BUTLER, 2000, p. 151).

As práticas relacionadas à vivência e à experiência como mulheres negras estão materializadas em uma relação de subalternidade em relação a homens e mulheres brancos, expressas como força regulatória, ainda que Butler (2000) as considere constituinte da própria norma. Ou seja, essas forças atuam como eixos de normalização, naturalizando a mulher negra como destinatária de lugares subalternos. A presença de mulheres negras em ascensão social desperta questionamentos e fascínio, tornando-se uma atração exótica para olhares curiosos. A história evidencia que esse processo de exotificação e fascínio na cultura colonial não é um fenômeno atual, pois temos exemplos como a Saartjie Baartman (Venus Hotentote), que foi exposta nua em museus europeus ao longo do século XIX, bem como temos, no Brasil, a cultura da “mulata” de Carnaval. As práticas em torno do controle desses corpos dão conta, portanto, de torná-los mais ou menos visíveis.

Não obstante, mesmo que sejamos perpassados e perpassadas por diversos marcadores sociais, de modo que Avtar Brah (1996) afirma que o gênero e a classe são, desde sempre, racializados, em contextos como os da política pública, a raça desponta como uma diferença que parece mais fundamental para situar as mulheres em lugares de desigualdade nas relações. Percebe-se que o olhar institucional sobre as mulheres negras as situa no fracasso, na vulnerabilidade, restringindo-lhes a possibilidade de ocupar outras posicionalidades. As análises sobre os valores morais entre as usuárias demonstraram, ainda, que, assim como na PNAS, a homossexualidade é performada em diferentes momentos como algo “natural” e suposto, já que os critérios para incluir ou excluir uma mulher das redes de solidariedade também parecem regulados pela experiência da sexualidade, ao observarmos que nenhuma das mulheres que conhecemos explicitava uma expressão da sexualidade diversa da heterossexual.

Conforme analisa Amade M’charek “essas políticas de representação geralmente exigem o Outro para trazer sua versão. Esse Outro está lá para representar, para falar em nome de, e de fato, para incorporar um grupo objetificado fora de lá (M’CHAREK, 2010, p. 5)”. A agência, no entanto, atua no encontro com algo que potencialize justamente o marcador que comumente subalterniza: são capazes de narrar histórias nas quais elas figuram como protagonistas, vivendo suas vidas, para além do Estado, fazendo escolhas e exercendo a potência de enfrentamento e de resistência.

Nesse sentido, a presença de uma psicóloga negra em espaços de maioria branca desloca a narrativa. No caso desta pesquisa, permitiu que outras histórias fossem escutadas e

contadas. Conforme Butler (2000, p. 152), “são as instabilidades, as possibilidades de rematerialização, abertas por esse processo, que marcam um domínio no qual a força da lei regulatória pode se voltar contra ela mesma para gerar rearticulações que colocam em questão a força hegemônica daquela mesma lei regulatória”.

O encontro entre pessoas que se entendem comuns gera uma sensação de “nós”, atravessado pela materialidade da cor escura da pele. Butler (2006) explica que a constituição de um “nós” que está fora de “nós” (um “nós” despossuído) é consequência da vulnerabilidade a que os corpos estão expostos. Ela propõe uma questão ética de poder pensar esse “nós” para além de nós mesmos a partir de outro lugar do corpo, abrindo outro tipo de aspiração normativa para o campo político.

Assim, a partir dessa experiência corporal, constitui-se o círculo que produz as escrevivências, no encontro entre mulheres negras - eu, psicóloga, e as usuárias -, que ocupam posições distintas, mas não essencializadas nem necessariamente hierarquizadas nesse processo. De nosso encontro narrativo, ecoam outras vidas possíveis, que talvez não se cruzem no ambiente do CRAS, como a de Clarinda, personagem das escrevivências a quem se torna possível percorrer outros caminhos relacionados às de escolaridade e de trabalho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou as trajetórias de usuárias do CRAS Partenon, a partir da observação participante no serviço, utilizando-se da perspectiva interseccional para fundamentá-lo. Em comum, tais usuárias compartilhavam a experiência de mulheres, negras e em situação de pobreza. A escrevivência, no contexto da pesquisa etnográfica, emergiu como uma escolha analítico-metodológica para apresentar as histórias de vida dessas mulheres, que se articulam entre si bem como com a minha trajetória de mulher negra. Vimos que essas mulheres, produzidas como usuárias no interior da política de Assistência Social, constituem-se por meio de um contexto de precarização do Estado, no qual ocorre um patente desmantelamento dos serviços socioassistenciais, conforme ocorre um crescente avanço da privatização nesse campo. Ainda, a despeito de um contexto de desproteção, as participantes da pesquisa desenvolvem estratégias de articulação, como laços de solidariedade, compostos por familiares, vizinhança e instituições que compõem o seu território. Também conseguem circular no interior do poder público, por meio de sofisticadas estratégias, nomeadas de “caminhadas”, na qual desenvolvem fluxos paralelos, a fim de conseguirem alcançar êxito nos seus objetivos, sejam eles acompanhados ou não pelo CRAS.

Importa salientar que esse trabalho não se propôs a refletir sobre o conjunto das mulheres negras pobres, como se constituíssem um grupo homogêneo e totalizante. Além disso, existem mulheres que estão sendo acompanhadas em outros níveis de complexidade da política de Assistência Social, nos quais podemos inferir que existam outros modos de articulação entre os marcadores sociais de diferença analisados nesta dissertação, bem como outras estratégias acionadas no cotidiano de atendimento. Na mesma esteira de discussões não generalizantes, vale ainda destacar que muitas famílias de mulheres negras não estão em acompanhamento pelo CRAS, nem vivenciam condições análogas às descritas neste trabalho, considerando que a política não é absoluta quanto ao seu alcance de gestão da vida. A reflexão quanto aos marcadores sociais de diferença permite explorar aspectos particulares de experiências de subjetivação e de contato com o aparato público. Ao mesmo tempo em que remetem a questões sociais mais amplas, vivenciadas coletivamente, também evocam arranjos particulares, experienciados em cada trajetória, o que exige que tais características sejam consideradas para que possam receber o necessário espaço no interior de uma política pública.

Considero que alguns aspectos, mesmo tendo emergido durante o trabalho de campo, não puderam ser devidamente contemplados por este estudo, de modo que podem ser explorados em trabalhos posteriores, uma vez que se constituem como contextos relacionados à atualidade. Uma questão diz respeito aos imigrantes. O Rio Grande do Sul tem recebido um grande contingente de pessoas oriundas da África e da América Central, isto é, eminentemente jovens homens negros. Alguns chegaram na condição de refugiados, enquanto outros, por meio de consórcios transnacionais, vem ao Brasil para cursar o Ensino Superior. Essas diferentes posicionalidades, que também abarcam diferenças quanto ao idioma, à religião, entre outras, configuram outras trajetórias de vida que concorrem com as formas institucionais de governo pelo Estado. Crenshaw (1991) aponta o quanto a falta de fluência no idioma cria barreiras no acesso a direitos, ainda que as pessoas estejam em situação regular do ponto de vista legal. A autora também assinala, no caso estadunidense, a necessidade de acesso a direitos como motivador de fraudes, tais como os casamentos de fachada para a obtenção do visto de permanência no país (“*green card*”).

Ademais, outro aspecto relevante, mas ao qual esta pesquisa não se dedicou, diz respeito à economia emocional nas relações raciais. Laura Moutinho (2004) aponta a existência de preconceito no que diz respeito às mulheres negras pobres no que se trata da escolha de uma parceira. A autora salienta que essas relações também estão atravessadas por discursos que configuram regimes de verdade por meio de identidades, tais como os estereótipos de hipersexualização em detrimento da interdição da relação conjugal com essas mulheres. Por fim, percebo que nesse estudo não foram abordados aspectos aprofundados sobre a trajetória de mulheres negras no mundo do trabalho. Brah (1996) considera que os sistemas de poder que constroem a mulher negra como categoria racializada transmutam-nas em uma unidade racial para a força de trabalho, para as quais são historicamente destinados os mesmos lugares subalternizados, uma vez que são vistas como um bloco homogêneo e sem qualificação para ocupar outros postos no mercado de trabalho.

As perspectivas centradas nas vozes subalternas possibilitaram maior alcance quanto a práticas e discursos de militâncias contra hegemônicas. Mattos & Xavier (2016) discutem que o conhecimento produzido pelos Feminismos no Brasil não está restrito aos espaços formais da Academia, de modo que as autoras observam uma disseminação dessas ideias em espaços cibernéticos (blogs, redes sociais, entre outros), espaços colaborativos e grupos feministas. Além disso, pautas oriundas de grupos dissidentes vêm ganhando espaço nas políticas

públicas por meio de práticas que desafiam as políticas de Estado, demandando direitos e acesso para as mulheres, bem como discutindo os feminismos em termos não hegemônicos.

Em tempos de intolerância e de profundos retrocessos quanto ao acesso a direitos fundamentais, as escrevivências despontam como uma metodologia e uma ética de pesquisa que aposta na escrita como forma de resistência. Abordar as vidas de mulheres negras, não como objeto passivo da pesquisa, mas como potência artística, inventiva, por meio da escrita literária, é um modo de evidenciá-las(mo-nos) como protagonistas de suas(nossas) próprias histórias.

6. REFERÊNCIAS

AJURIS, 25/05/2017. *Coletivo de instituições forma a frente de enfrentamento à mortalidade juvenil*. Disponível em: <http://www.ajuris.org.br/2017/05/25/coletivo-de-instituicoes-forma-a-frente-de-enfrentamento-a-mortalidade-juvenil/>. Acesso em: 30 set. 2017.

ALCOFF, Linda. M. Uma epistemologia para a próxima revolução. *Revista Sociedade e Estado*. v 31, n. 1, p. 129-143, 2016.

ARBOLEYA, Arilda; CIELLO, Fernando; MEUCCI, Simone. “Educação para uma vida melhor”: trajetórias sociais de docentes negros. *Cadernos de Pesquisa*. v.45, n.158, p.882-914, 2015.

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza /Rumo a uma nova consciência. *Estudos Feministas*. v 13, n 3, p. 704-719, 2005.

BARCELLOS, Jéssyca. *Formação em Psicologia e a educação das relações raciais: um estudo sobre os currículos de graduação em Psicologia em Porto Alegre e Região Metropolitana*. Porto Alegre. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia – Hab. Psicólogo). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/148270>>. Acesso em: 27 set. 2016.

BAROSSO, Luana. (Po)éticas da escrevivência. *Estudos da literatura brasileira contemporânea*, n. 51, p. 22-40, 2017.

BARRETO, Paula C. S. Gênero, raça, desigualdades e políticas de ação afirmativa no ensino superior. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n 16. pp. 39-64, 2015.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. *Guia para a pesquisa de Campo: produzir e analisar dados etnográficos*. Petrópolis: Vozes, 2007.

BELTRÃO, Kaizô. I.; TEIXEIRA, Moema. *O vermelho e o negro: raça e gênero na universidade brasileira – uma análise da seletividade das carreiras a partir dos censos demográficos de 1960 a 2000*. IPEA, 2004. Disponível em: <http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/TDs/td_1052.pdf>. Acesso em 30 set. 2017.

BENTO, Maria Aparecida S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray. ; BENTO, Maria Aparecida S. *Psicologia Social do Racismo*. p. 25-58. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*. v 30, n 1, p 147-163, 2015.

BERNARDINO-COSTA, Joaze.; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra *Revista Sociedade e Estado*. v 31, n 1, p 15-24, 2016.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA M. de M. AMADO, J. (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, 183-191.

BRAH, Avtar. *Cartografias de la diáspora: Identidades em cuestión*. Madrid: Traficantes de Sueños, 1996.

_____. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*. n. 26. p. 329-376. 2006.

BRASIL, 1993. *Lei nº 8.742, dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências*. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm. Acesso em: 30 set. 2017.

_____. *Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. Disponível em: www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs/pnas-2004-e-nobsuas_08-08.../download. Acesso em: 27 set. 2016.

_____. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Texto da Resolução nº 109, de 11 de Novembro de 2015. Publicada no Diário Oficial da União em 25 de Novembro de 2009. Disponível em: www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 30 set. 2017.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, G.C. (org). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. p 151-172. Belo Horizonte: Autêntica, 1995.

_____. *Vida precaria: el poder del duelo y la violencia*. Buenos Aires: Paidós, 2006.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Reportagem especial licença-maternidade 2 - evolução das leis e costumes sobre licença-maternidade no Brasil*. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/347647-ESPECIAL-LICEN%C3%87A-MATERNIDADE-2--EVOLU%C3%87O-DAS-LEIS-E-COSTUMES-SOBRE-LICEN%C3%87A-MATERNIDADE-NO-BRASIL-\(06'02''\).html](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/347647-ESPECIAL-LICEN%C3%87A-MATERNIDADE-2--EVOLU%C3%87O-DAS-LEIS-E-COSTUMES-SOBRE-LICEN%C3%87A-MATERNIDADE-NO-BRASIL-(06'02'').html). Acesso em 30 Set. 2017.

CHEUICHE, Edson M. 120 anos do Hospital Psiquiátrico São Pedro: um pouco de sua história. *R. Psiquiatr. RS.*, v 26, n 2, p.119-120,2004.

COELHO, Maria C.; RUSSO, Jane; SARTI, Cynthia; VICTORA, Ceres. Dossiê Vitimização: políticas de moralidade e gramáticas emocionais. *Interseções*. v. 15 n. 2, p. 231-251, 2013.

COLLINS, Patricia. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*. v 31, n 1, p 99-127, 2016.

COSTA, Luis A. O corpo das nuvens: o uso da ficção na Psicologia Social. *Fractal, Rev. Psicol.*, v. 26, n. esp., p. 551-576, 2014.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. *Stanford Law Review*, v 43, n 6 , pp. 1241-1299, 1991. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1229039>. Acesso em: 30 set. 2017.

_____. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*. v. 10. n. 1. p. 171-188, 2002.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. *Cadernos pagu*. n 37, p. 9-41, 2011.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. 1990. 353p. Petrópolis: Vozes.

DETONI, Priscila. A produção performativa do gênero nas práticas da Assistência Social. Porto Alegre. 2016. Tese (Doutorado – Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. No prelo.

DIFRUSCIA, Kim T. Listening to Voices: an Interview with Veena Das. *Altérités*. v. 7, n. 1, p. 136-145, 2010.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. *Scripta*. v.13, n.25, p. 17-31, 2009.

_____. *Becos da Memória*. 2017. 200p. Rio de Janeiro: Pallas.

FASSIN, Didier & RECHTMAN, Richard. *The empire of trauma: an inquiry into the condition of victimhood*. 2009. 305p. Princeton: Princeton University Press.

FASSIN, Didier. *Humanitarian reason*. 2012. 336p. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.

FERNANDES, Fernando M. B. Considerações Metodológicas sobre a Técnica da Observação Participante . In: MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. *Caminhos para análise das políticas de saúde*. 1.ed.. Porto Alegre: Rede UNIDA. 2015. p.487-503.

FERREIRA, Jonatas; HAMLIN, Cynthia. Mulheres, negros e outro monstros: um ensaio sobre corpos não civilizados. *Estudos Feministas*. v.18(3),n. 336, p. 811-836, 2010.

FIGUEIREDO, Angela. Fora do jogo: a experiência dos negros na classe média brasileira. *Cadernos Pagu*, n 23, p.199-228, 2004.

FONSECA, Claudia. Antropologia e psicologia: apontamentos para um diálogo aberto. In: Kessler, Carlos. H. (org.). *Trama da clínica psicanalítica em debate*. Porto Alegre: UFRGS. 2004.

_____. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. 2000. 1ed. 246p. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 2002. 54p. São Paulo: Paz na Terra.

GARCIA, Vinícius G. *Questões de raça e gênero na desigualdade social brasileira recente*. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.

GÉLEDES (2013). *Racismo Institucional: uma abordagem conceitual*. São Paulo: Geledés, 2013.

KOFES, Suely & MANICA, Daniela (org.). *Vida e Grafias*. Rio de Janeiro: Lamparina & FAPERJ, 2015.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*. n 5, pp. 07-41, 1995.

HOOKS, bell. Eros, erotismo e o processo pedagógico. In: LOURO, Guacira C. (org). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. p 113- 125. Belo Horizonte: Autêntica, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *IBGE Cidades*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/alvorada/panorama>. Acesso em: 09 Out. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Censo da educação superior 2012: resumo técnico*. – INEP, 2014. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf. Acesso em: 30 set. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Famílias Chefiadas por Mulheres, segundo Cor/Raça da Chefe de Família e Localização do Domicílio - Brasil e Regiões, 1995 a 2013. *Retrato das Desigualdades*. IPEA, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_chefia_familia.html. Acesso em: 15 fev. 2016.

_____. *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. 2013b. 160 p. Disponível em: http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf. Acesso em: 30 set. 2017.

_____. Nota técnica PNAD 2014 – breves análises. IPEA, 2015. Disponível em: www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/151230_nota_tecnica_pnad2014.pdf. Acesso em: 30 set. 2017.

JESUS, Carolina M. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 2014. 200p. São Paulo: Ática.

LADSON-BILLINGS, Gloria. Discursos racializados e epistemologias étnicas. In: DENZIN, L. et al. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 259-79.

LIMA, Marcia; PRATES, Ian. Desigualdades raciais no Brasil: um desafio persistente. In: ARRETCHE, Marta. (Org.) *Trajetórias das desigualdades: como Brasil mudou nos últimos 50 anos*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

LLOBET, Valeria; MILANICH, Nara. La maternidad y las mujeres de sectores populares en las Transferencias Condicionadas de Ingresos. Un aporte al debate sobre el cuidado y las relaciones de género. *Zona Franca. Revista del Centro de Estudios Interdisciplinario sobre Mujeres*. n 23,p. 58-69, 2014.

LONARDONI, Eliana; GIMENES, Junia G.; Santos, Maria L.; Nozabielli, Sonia R. O processo de afirmação da assistência social como política. *Serviço Social em Revista*, v.8, n.2, 2006.

MATTOS, Amana; XAVIER, Giovana. Activist research and the production of non-hegemonic knowledges: challenges for intersectional feminism. *Feminist Theory*. v. 17, n.2, p. 239-245, 2016.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & ensaios*. n.32, p. 122-151

MINISTÉRIO DAS MULHERES, DA IGUALDADE RACIAL, DA JUVENTUDE E DOS DIREITOS HUMANOS. *Relatório sobre intolerância e violência religiosa no Brasil (2011-2015): resultados preliminares*. 146 p., 2016.

MOORE, Carlos. *Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. 320p. Belo Horizonte: Maza Edições, 2007.

MOREIRA, Lisandra E.; NARDI, Henrique C. Mãe é tudo igual? Enunciados produzindo maternidade(s) contemporânea(s). *Estudos Feministas*. v 17, n 2, p. 569-594, 2009.

MOUTINHO, Laura. *Razão, “Cor” e Desejo – uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul*, São Paulo: UNESP, 2004.

M`CHAREK, Amade. Fragile differences, relational effects: Stories about the materiality of race and sex. *European Journal of Women’s Studies*. v 17, n 4, p.1-16, 2010.

NASCIMENTO, Giovana C. X. Perigos dos negros brancos: cultura mulata, classe e beleza eugênica no pós-emancipação (EUA, 1900-1920). *Revista Brasileira de História*. v. 35, n. 69, p.155-176, 2015.

NOGUEIRA, Simone G. Ideology of white racial supremacy: colonization and decolonization processes. *Psicol. Soc.* v. 25. n. esp. p. 23-32, 2013.

OLIVEIRA, Luiz H. S. “Escrevivências”: rastros biográficos em Becos da memória, de Conceição Evaristo. *Terra roxa e outras terras – Revista de Estudos Literários*. V.17-B, p. 85-94, 2009.

PACHECO, Ana C. L. “Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar”: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. Campinas, 2008. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: www.revistaforum.com.br/wp-content/uploads/2015/09/PachecoAnaClaudiaLemos.pdf. Acesso em: 30 set. 2017.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v.11. n.2. p. 263-274, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. *A história dos bairros de Porto Alegre*. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/historia_dos_bairros_de_porto_alegre.pdf. Acesso em: 30 set. 2017.

_____. *Revista Observando: as condições sociais da população negra de Porto Alegre*. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/revista_observando_negro_revista_digital.pdf. Acesso em: 30 set. 2017.

_____. *Região Partenon*. Disponível em: http://portoalegremanalise.procempa.com.br/?regiao=8_11_234. Acesso em: 30 set. 2017.

_____. Apresentação FASC. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=56. Acesso em 30 set. 2017.

PRONI, Marcelo W.; GOMES, Darcilene C. Precariedade ocupacional: uma questão de gênero e raça. *Estudos Avançados*, v 29, p 137-151, 2015.

RODRIGUES, Luciana. Performances do vínculo na política de assistência social: um objeto múltiplo. Tese (Doutorado - Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/165860> Acesso em: 23 nov. 2017.

ROSEVICS, Larissa. Do pós-colonial à decolonialidade. In: CARVALHO, Glauber.; ROSEVICS, Larissa. (orgs.) *Diálogos internacionais: reflexões críticas do mundo contemporâneo*. 2017, p.P.187-92. Rio de Janeiro: Perse.

SCHUCMAN, Lia V. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”*: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese (Doutorado - Programa de Pós-graduação em Psicologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/pt-br.php>. Acesso em: 15 Ago. 2016.

_____. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da Branquitude paulistana. *Psicologia & Sociedade*. v.26. n.1. p.83-94,2014.

TAVARES, Gilead M.; GUIDONI, João P.; CAPELINI, Thalita C. As práticas que compõem a educação integral em Vitória (ES): uma análise da relação infância/pobreza/risco. In:

CRUZ, LÍlian R.; RODRIGUES, Luciana; GUARESCHI, Neusa M. F. *Interlocuções entre a psicologia e a política nacional de assistência social*. 2013. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

TRUTH, Sojourner. *E não sou uma mulher?* Disponível em: <http://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 15 fev. 2016.

VIGOYA, Mara V. *Dionisios negros Estereotipos sexuales y orden racial en Colombia*. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/ViverosVigola.pdf> (acessado em Maio/2016).

WASELFISZ, Julio J. *Mapa da Violência 2016: homicídios por armas de fogo no Brasil*. 74p. Brasil: FACSIO, 2016.

ZERO HORA, 26/05/2017. *Com fim de contratos, centros de assistência social em Porto Alegre podem ter de encerrar os serviços*. Disponível em: www.gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2017/05/com-fim-de-contratos-centros-de-assistencia-social-em-porto-alegre-podem-ter-de-encerrar-servicos-9800472.html. Acesso em: 30 de set. 2017.

7. ANEXOS

7.1 Figura 1 – mapa do território do CRAS Partenon



7.2 Figura 2 – panfleto de divulgação da caminhada do Partenon (2017)

